

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

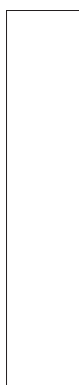
Cem Anos de Coabitação

cohousing como solução permanente

Joana Isabel Baltazar Abreu

M

2020



Cem Anos de Coabitação

cohousing como solução permanente

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Orientação: Professora Doutora Marta Rocha Moreira
Joana Isabel Baltazar Abreu
FAUP 2020

Agradecimentos

À minha orientadora, a professora doutora Marta Rocha,
pela dedicação, inspiração e rigor.

À FAUP, aos professores, aos colegas e aos amigos.
À minha Família.

Obrigada.

Resumo

“Cem Anos de Coabitação” é um estudo sobre o ‘habitar em comum’. O *cohousing* é o pretexto para a interpretação de ideias, problemas e referências em que se cruzam disciplinas e da qual resulta a exploração de uma ideia de projeto. A proposta de reflexão sobre uma forma de habitação marcada pela partilha e pela permanência dá origem a um percurso que é organizado através da distinção de escalas do habitar em *cohousing*.

A escala do Íntimo procura relacionar o indivíduo com a comunidade tendo em conta as noções de privacidade, conforto e propriedade. Segue-se a escala do Privado que se concentra na preocupação em criar uma comunidade diversa e inclusiva. Na escala do coletivo é feita uma leitura sobre a evolução das formas de organização social e de arquitetura em que a partilha é definida pelo grau de intencionalidade de vida em comum. Por fim, a escala do Público será oportunidade para explorar o conceito de utopia associado ao problema de relação entre edifício e cidade, comunidade e sociedade.

Ainda que independentes entre si, estas quatro abordagens são unidas pela perspetiva comum que tem por base a arquitetura de espaços de *cohousing* que contemplem a possibilidade de permanência.

Abstract

“One Hundred Years of Cohabitation” is a study about ‘living together’. Cohousing is the pretext for the interpretation of ideas, problems and references in which disciplines intersect and which results in the exploration of a project idea. The proposition of reflection about a form of housing identifiable by the idea of sharing and the idea of permanence gives rise to a path that is organized through the distinction of scales of living in cohousing.

The Intimate scale seeks to relate the individual to the community taking into account the notions of privacy, comfort and property. The Private scale, focuses on the concern to create a diverse and inclusive community. In the Collective scale, a reading is made about the evolution of forms of social organization and architecture, in which sharing is defined by the degree of intentionality of life in common. Finally, the Public scale will be an opportunity to explore the concept of utopia associated with the problem of the relationship between building and city, community and society.

Although independent from each other, these four approaches are united by their common perspective that is based on the architecture of cohousing spaces that contemplate the possibility of permanence.

Sumário

| | |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| Introdução | 13 |
| tema, metodologia, estrutura, terminologias, contexto nacional | |
| i. Íntimo | 27 |
| privacidade, conforto, apropriação | |
| ii. Privado | 53 |
| diversidade e graus de partilha | |
| iii. Coletivo | 79 |
| intencionalidade de vida em comum | |
| iv. Público | 113 |
| utopia como estratégia | |
| Considerações Finais | 143 |
| Referências Bibliográficas | 155 |
| Índice de Imagens | 161 |

Introdução
tema, metodologia, estrutura,
terminologias, contexto nacional

Um projeto de *cohousing* pode ser encarado como um exercício de equilíbrio entre escalas. O íntimo, o privado, o coletivo e o público relacionam-se de forma singular, num cenário em que o objetivo principal é tornar a habitação num elemento de coesão social. Em confronto com outras formas de habitação em que, pela sua natureza, o encontro entre escalas é uma característica inerente, como residências para grupos específicos da população,¹ ou alguns tipos de alojamento temporário,² no caso do *cohousing*, a perseguição por uma **forma de habitar permanente** coloca elevada exigência nesse mesmo equilíbrio.

Na presente dissertação, os “Cem Anos de Coabitação” podem representar, no sentido figurado, uma vida. Desde o início até ao fim de uma vida fazem parte o crescimento, as relações, as deslocações, as mudanças. A dificuldade de conciliar essas dinâmicas que são pessoais, com um grupo alargado de indivíduos, como uma comunidade, contribui para a constante limitação do ‘habitar em comum’ a situações temporárias, a grupos reduzidos ou a grupos uniformes. Esse facto torna-se evidente quando se observa o aumento do interesse pelo *cohousing*, especificamente por parte de uma população mais velha. O apoio mútuo, o convívio, a partilha de recursos ou ainda a tentativa de resposta ao isolamento que afeta essa população em específico³ são algumas das razões que certamente justificam esse interesse. Contudo, o pensamento sobre a permanência em *cohousing* motiva o questionamento dessa realidade. De facto, é possível olhar para os “Cem Anos” também como o espaço temporal de encontro entre diversas gerações. É o período de tempo suficiente para ocorrer uma total mudança nas prioridades, valores ou estilos de vida. Tendo isso em conta, considera-se importante o estudo de espaços habitacionais que tenham a capacidade de acolher e contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade tão diversa quanto a sociedade contemporânea.

1 Residências de estudantes ou residências assistidas, seja para pessoas idosas, de reabilitação, ou para pessoas dependentes.

2 Como hotéis, pousadas ou edifícios de *coliving*.

3 Apesar de acentuado nas gerações mais velhas, este problema é uma realidade da ‘vida moderna’ que levou à nomeação, no Reino Unido, de uma Ministra da Solidão. Em Portugal, estruturas familiares culturalmente mais fortes contribuem para níveis de coesão mais elevados, constituindo uma realidade menos grave, mas ainda assim a ter em atenção. Hardeep Aiden (ed.), *Trapped in a bubble: An investigation into triggers for loneliness in the UK*, Co-op, British Red Cross Society, 2016

“Representar algo significa representar as suas relações com outras cem coisas diferentes, (...) da mesma maneira que o entendimento científico surge apenas mediante uma actividade de comparação e relação, igual à que surge em qualquer compreensão humana. E ainda que essas outras cem coisas sejam, uma vez mais, indecentes e doentias: as relações não o são, e a descoberta dessas relações não o é nunca.”⁴

Como num projeto de arquitetura, ao realizar uma dissertação, a folha nunca começa em branco. Neste caso, está à partida manchada pela singularidade do indivíduo, pelas suas experiências e pelas suas referências. De seguida, com cada leitura abre-se uma série de novos caminhos, cada um deles com a capacidade de nos transportar para uma outra dimensão, também ela com um conjunto de direções que podem ser seguidas. Este movimento continuaria e por isso é necessário parar, dar mais atenção a algumas e guardar outras para mais tarde.

No presente estudo, a bibliografia consultada espelha a **metodologia** que foi seguida. Para além das referências que dizem respeito ao tema - sobre os seus antecedentes, a sua evolução ou as suas formas - reconhece-se o interesse do *cohousing* enquanto ponto de intersecção entre várias disciplinas - a arquitetura, a sociologia e a história - e as suas relações com a utopia, procurando-se analisar temáticas, questões e conceitos que vão além dos limites desta forma de habitação. O resultado é uma abordagem que assenta numa perspetiva ‘de fora para dentro’ em que se cruzam referências, fazem-se associações e procuram-se relações mais ou menos diretas com o objetivo de obter um entendimento abrangente do problema do ‘habitar em comum’.

No decorrer desse processo de contextualização e descoberta sobre o tema, surge o ensaio de algumas teorias e conceitos através da formulação de uma ideia de projeto. Experimentada através do desenho e representação gráfica, essa ideia vai-se desenvolvendo no desenrolar da dissertação e apoia-se na armação teórica elaborada em cada um dos capítulos. Como uma alusão ao pensamento utópico, trata-se de um raciocínio que parte da realidade mas que não se deixa limitar por ela e que tem o propósito, acima de tudo, de despertar o desejo por algo. Mais do que propor uma solução definitiva e detalhada, utiliza-se a abstração formal para traçar uma estratégia que pretende promover o debate e contribuir para a discussão acerca do *cohousing*.

4 Robert Musil (1911) cit. por Gonçalo M. Tavares, “*Arquitectura, Natureza e Amor*”, *Opúsculos*, n.º14, Dafne Editora, 2012.

“Muchos años después, frente al pelotón de fusilamiento, el coronel Aureliano Buendía había de recordar aquella tarde remota en que su padre lo llevó a conocer el hielo.”⁵

Gabriel Garcia Marquez começa a narrar a história da família Buendía, colocando-se fora da ação. Com a ligação entre o passado (“aquela tarde remota em que o pai o levou a conhecer o gelo.”), presente (o tempo a partir do qual é descrita a ação) e futuro (“Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento”), o leitor percebe, a partir do primeiro momento, que a passagem do tempo não será abordada de maneira linear. Mais tarde, é claro como o próprio tempo “não passava...mas que andava às voltas”⁶ numa constante repetição de comportamentos, características e até nomes de personagens, de geração em geração.

Na presente dissertação também não se encontra uma viagem linear. O passado (que aparece com o conjunto de referências que são citadas), o presente (realidade atual que serve de estímulo a este estudo) e o futuro (sob forma de ideia de projeto) encontram-se em cada um dos capítulos, cruzando-se períodos em que a história parece quase repetir-se.

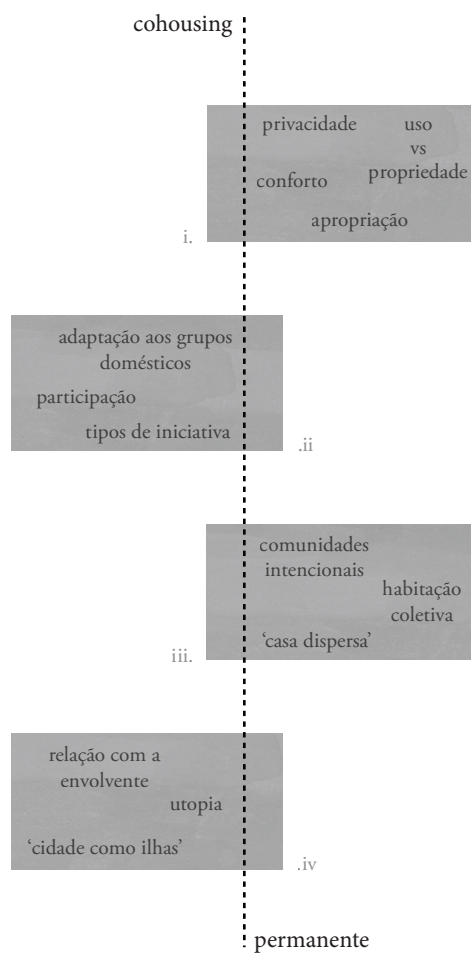
No sentido de organizar a narrativa, divide-se o trabalho em escalas do ‘habitar em comum’ que se apresentam em quatro capítulos principais: Íntimo (i), Privado (ii), Coletivo (iii) e Público (iv). Apesar de serem unidos e guiados por uma linha em comum, o *cohousing* permanente, cada um desses capítulos se debruça sobre questões e problemáticas diferentes.

O percurso inicia-se pelo olhar sobre o espaço que corresponde à escala mais íntima da habitação - a célula individual - em que se dá atenção às necessidades individuais de cada membro que pertence à comunidade. Contraria-se um tipo de visão unicamente coletivista e abordam-se questões como a privacidade, o conforto e a apropriação do espaço como fatores que participam no desenvolvimento do sentido de pertença e de relações saudáveis entre o indivíduo e o grupo.

No segundo capítulo contempla-se a potencialidade que os espaços privados de um projeto de *cohousing* - as unidades privadas - têm de contribuir para a conceção de uma forma de habitação acessível a uma porção maior e mais diversificada da população. Motivado pelas críticas que chamam a atenção para a homogeneidade dentro destas comunidades, com a análise apresentada

5 Gabriel García Márquez, *Cien Años de Soledad* (1967), Buenos Aires: Editorial Oveja Negra, 1994, p 7.

6 Gabriel García Márquez, *Ibidem*, p 263.



[01] Íntimo (i), Privado (ii), Coletivo (iii), Público (iv). Estrutura da dissertação

pretende-se sublinhar as razões pelas quais certos grupos da população são quase ‘excluídos’ desta forma de habitação e refletir sobre estratégias que se oponham a essa tendência.

Segue-se a escala do coletivo em que se faz uma leitura da evolução das formas do ‘habitar em comum’. Neste capítulo, salienta-se a ideia de intencionalidade, que se declara imprescindível para o desenvolvimento do sentido de comunidade num grupo que decide viver em conjunto. Alternativamente, indicam-se também algumas referências de habitação, coletiva ou com grande quantidade de espaços comuns que, do ponto de vista formal adotam interessantes estratégias de conjugação entre os espaços privados e os espaços coletivos. Sendo a escala que corresponde não só ao conjunto de espaços onde a totalidade da comunidade se encontra, como também que estabelece a relação entre o privado e o público, esta pode ser considerada a escala fundamental de um projeto de *cohousing*.

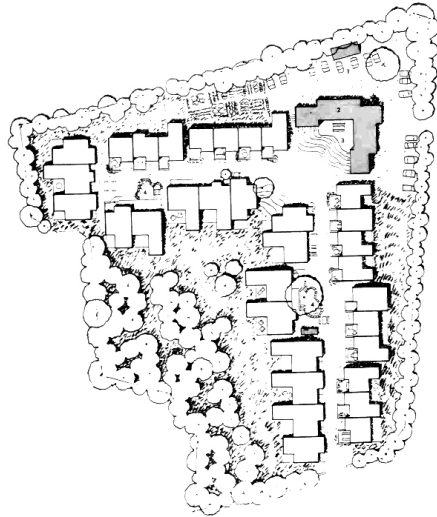
Por fim, no último capítulo aborda-se a relação com a cidade através da escala do público. Para isso, recorre-se o conceito de utopia que é repetidamente invocado na bibliografia sobre *cohousing*. De facto, é evidente como a mudança social inerente ao habitar em comum tem sido, recorrentemente, associada a ambições utópicas. Por essa razão faz sentido perceber o que envolve o referido pensamento, como se relaciona com o *cohousing* contemporâneo e como pode ser utilizado para estabelecer uma estratégia de atuação.

*

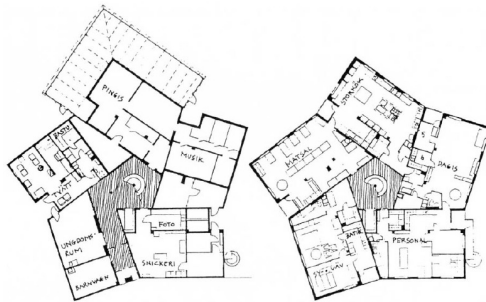
Uma vez decidido o tema a estudar, é durante a leitura e procura de referências que surgem as primeiras dúvidas e se começam a impor questões. Afinal a que se refere o termo *cohousing*? E será essa a terminologia mais correta a utilizar?

Num contexto nacional em que ‘habitar em comum’ parece estar direcionado a grupos da população específicos (como estudantes ou idosos), são constantes as associações erradas a diversos conceitos: comunas, *coliving*, ecoaldeias, habitação coletiva, entre outros. Para além disso, o desenvolvimento simultâneo, em diversos países, de diferentes ‘modelos’ de habitação em que a dimensão do coletivo é central conjugado com a importação do conceito para outros, implica a introdução de termos com algumas variações.

Na Dinamarca, o modelo organizado na horizontal, de baixa densidade denominou-se de *bofællesskab*. Um conjunto de famílias, cada uma com a sua residência unifamiliar, partilham os espaços de uma ‘casa comum’. Sendo que



[02] *Bofællesskab 'Trudeslund'*, Vandkunsten Architects, Birkerød, Dinamarca, 1981



[03] *Kollektivhus 'Stacken'*, Lars Ågren, Göteborg, Suécia, 1979 [adaptado para *cobousing*]



[04] *Centraal Wonen 'Hilversum'*, Leo de Longe e Pieter Weeda, Hilversum, Holanda, 1977

bo significa “viver em algum sítio” e *fællesskab* significa “comunidade”, podemos traduzir esse termo dinamarquês para “habitar em comunidade”.

Já na Suécia, um vestígio da história da habitação plurifamiliar do país é a definição utilizada para referir o modelo disposto verticalmente, *kollektivhus*. Traduzido literalmente para edifício (*hus*) coletivo (*kollektiv*) referia-se originalmente ao conceito lançado no início do século XX de edifícios com equipamentos partilhados - como uma cozinha central - em que o objetivo, mais do que criar uma comunidade, era alcançar uma forma de vida racional.⁷ Este modelo de edifícios foi evoluindo e, por volta dos anos 80, mantendo os espaços e equipamentos partilhados, foi adaptado a um tipo de habitação caracterizado pela autogestão e colaboração entre os residentes.⁸

O modelo holandês, *centraal wonen* ou “viver centralmente” aparece como um intermédio em que, mantendo a distribuição horizontal do modelo dinamarquês, os residentes são organizados em grupos mais pequenos (*clusters*) de 4 a 8 unidades habitacionais. Estes *clusters* partilham espaços de convívio, cozinha comum ou lavandaria e juntos formam um projeto global em que a coabitação (entre *clusters*) pode variar, limitando-se por vezes aos espaços exteriores.

A identificação destes modelos por vários autores apresenta apenas um conjunto de semelhanças entre projetos de um país, não estando esse país limitado a esse modelo e, evidentemente, não sendo esse modelo exclusivo a nenhum país.⁹

Quando Kathryn McCamant e Charles Durrett importam o conceito para os Estados Unidos,¹⁰ reconhecem a diversidade que o caracteriza, mas enumeram quatro características comuns aos projetos que tinham visitado na Dinamarca:

7 Dick Urban Vestbro, "History of Cohousing - Internationally and in Sweden" in *Living together - Cohousing Ideas and Realities Around the World*, Stockholm: Division of Urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p 46-48.

8 Dick Urban Vestbro, *Ibidem*, p 49-50.

9 Marta Vitorino, *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017, p 91. A partir da interpretação dos estudos sobre coabitação da psicóloga e socióloga Monique Eleb, a autora acrescenta ainda um quarto modelo, o francês. Atendendo às mudanças das estruturas familiares ao longo do tempo, este modelo caracteriza-se pela existência de um compartimento separado da unidade de habitação privada que pode ser partilhado e servir vários propósitos de acordo com a necessidade dos residentes.

10 Difundindo-o principalmente através do livro *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves* publicado em 1988.

o processo participativo, o sentido de comunidade encorajado pelo desenho, a grande quantidade de áreas comuns e a total administração pelos residentes.¹¹

Deste modo, ao adaptarem a sua interpretação do modelo dinamarquês à realidade cultural norte-americana, introduzem o termo *cohousing* para substituir *bofællesskab*. É precisamente pela indefinição do prefixo *co* (que neste contexto se pode referir a coletivo, cooperativo, comunitário ou colaborativo) que o termo *cohousing* se diferencia ao ter um sentido mais abrangente e favorável à utilização internacional.¹²

A definição dos termos utilizados é abordada, entre outros, por Annalisa Iorio, que chama a atenção para a diferença entre o caso de Itália (que tal como Bélgica ou República Checa) adotou o termo *cohousing* sem o tentar traduzir, e o caso de França em que a persistência de diversas definições para as iniciativas de coabitação (*habitat groupé, autopromotion, coopératives d'habitants, habitat participatif*) dificultou, num período inicial, a legibilidade do fenómeno.¹³

Em Portugal encontramos-nos atualmente no momento certo para refletir sobre este assunto. Entre os dois termos mais utilizados para referir esta forma especial de coabitação – *cohousing* e habitação colaborativa – existe uma relação muito próxima que leva a que sejam frequentemente utilizados como sinónimos, no entanto é necessário distingui-los. Neste mesmo sentido, Dick Urban Vestbro defende que a colaboração que existe na habitação colaborativa não se restringe a um momento do processo, ou seja, não tem necessariamente de acontecer num momento inicial sob a forma de projeto participativo, mas ser só uma colaboração no dia-a-dia entre os residentes ou apenas relacionada com questões de financiamento. O autor sublinha ainda que esse termo não estabelece características formais, como definição de espaços ou equipamentos comuns. É legítimo, portanto, referir ‘habitação colaborativa’ quando se fala de forma mais generalizada. É considerado um termo ‘guarda-chuva’ em que podem ser englobadas muitas outras iniciativas nas quais os habitantes interagem ou participam mais do que em formas de habitação tradicionais. Cooperativas de habitação, habitação participativa, algumas iniciativas de habitação social

11 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, 1988, p 36.

12 Esta indefinição permite várias interpretações e hoje não está limitado às características enumeradas pelos autores do termo. Dick Urban Vestbro, "History of Cohousing - Internationally and in Sweden", 2010, p 25.

13 Annalisa Iorio, "Le cohousing: un nouveau mode d'habiter?", *Socio-anthropologie*, n.º 32, 2015, p 87-101.

e, evidentemente, o *cohousing* podem ser consideradas formas de habitação colaborativa.¹⁴

Do mesmo modo, a pluralidade de termos que envolvem o *cohousing* é acompanhada por uma variedade que caracteriza a formalização dos projetos e que se reflete nas diferentes dinâmicas sociais desenvolvidas. Por um lado, tipos de iniciativa diferentes, como ações autopropostas pelos futuros residentes que se responsabilizam por todas as fases do processo (*bottom-up*) ou as que são conduzidas quer por entidades públicas, como municípios ou outras instituições, quer por entidades privadas (*top-down*). Por outro lado, a diversidade formal que surge das múltiplas possibilidades de organização dos dispositivos espaciais. E por fim, diferentes abordagens geográficas, não só entre países, mas também entre realidades urbanas mais centrais ou mais periféricas. Relacionando estes três aspetos, são várias as interpretações que o *cohousing* permite, no entanto a dimensão social de habitar em conjunto é comum.

*

Em Portugal, através de um olhar mais atento sobre a realidade atual, é possível encontrar casos de coabitação ‘informal’ um pouco por todo o território. Nomeadamente, destacam-se as experiências de casa partilhada em que os residentes dividem o espaço, frequentemente com o objetivo de reduzir despesas, num tipo de coabitação em que ao desejo de partilha, se sobrepõe, muitas vezes, a necessidade. Adicionalmente, seja por necessidade, conforto ou conveniência, existem também as soluções de casas anexadas por gerações da mesma família das quais resultam, por vezes, espaços comuns e um assinalável grau de vida em conjunto. Por fim, são ainda importantes de salientar as iniciativas de integração social que têm por base a coabitação em casas municipais partilhadas.¹⁵

Numa outra perspetiva está o conjunto de residências direcionadas a grupos específicos da população, em que o habitante deixa de ser responsável pela

14 Darinka Czischke; Claire Carriou; Richard Lang, “*Collaborative Housing in Europe: Conceptualizing the Field*”, *Housing, Theory and Society*, vol. 37, n.º 1, p 1-9, 2020.

15 Promovidas por municípios para auxiliar a integração social e autonomia em casos específicos - como adolescentes anteriormente institucionalizados - estas iniciativas resultam da parceria e apoio do Terceiro Sector (iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil). Mariana Almeida, “*Pensar o Comum: Cohousing como solução habitacional*”, Conferência apresentada no ciclo Retomar a Cidade, Mira Forum, Porto, 22 outubro 2019.

administração, gestão e manutenção dos espaços e que se caracteriza, geralmente, pela existência de um maior controlo da população. É o que acontece com a habitação sénior, em residências assistidas direcionadas a idosos, que promovem o envelhecimento ativo. E ainda nas residências de estudantes que, ao responder a uma necessidade de habitação provocada pela deslocação entre cidades, facilitam a existência de um elevado grau de partilha.

Ainda sobre a partilha de espaços em contexto de habitação, é pertinente mencionar o caso do *coliving*. Intitulado como ‘tendência mundial’ pelos seus promotores e presente, principalmente, em cidades marcadas pela intensa atividade turística, também em Portugal parece existir o interesse suficiente para compensar o investimento na criação destes espaços. Tal como o *cohousing*, também esta estratégia se caracteriza pelo complemento dos espaços privados através da coletivização de um conjunto de equipamentos. Contudo, é importante salientar que, por enquanto, soluções de *coliving* partem da iniciativa de organizações privadas que, naturalmente, têm como prioridade o lucro. Além disso, é ainda importante referir o facto do *coliving* ser menos direcionado para estadias prolongadas ou permanentes e de serem normalmente prestados serviços aos habitantes. Esse fator contrasta com uma das características fundamentais do *cohousing* em que a população trabalha em conjunto e se auto-organiza de modo a atingir um objetivo, tendo essa ação um importante papel no desenvolvimento do sentido de comunidade. Será com certeza por estes motivos que soluções de *coliving* são frequentemente vistas como uma alternativa mais comunitária aos meios de hospedagem convencionais - como hotéis ou pousadas - mas ainda assim distintas das soluções de *cohousing*.

Se estes são os casos em Portugal em que atualmente existe uma maior partilha de espaços ou de vida em comum, existem paralelamente ao longo da história recente do país, alguns exemplos aos quais se pode associar o termo de habitação colaborativa.

Neste contexto destacam-se as experiências do Serviço de Apoio Ambulatório Local que ficaram marcadas pela interação entre arquitetos, estudantes e moradores. Para responder às necessidades de realojar parte da população que vivia em condições de precariedade, como no caso das ilhas do Porto - outro exemplo marcado pelo elevado grau de vida comunitária - de 1974 a 1976, “a participação dos moradores verificou-se essencial e desejável, não só na definição do lugar como em todas as questões de carácter programático, que

poderiam ir da discussão sobre tipologias, sistemas construtivos ou materiais apropriados à gestão dos futuros aglomerados e processo financeiro.”¹⁶

Além disso, as cooperativas de habitação - que a partir de 1974 iniciaram um progressivo processo de constituição e desenvolvimento, alcançando nas décadas de 80 e 90 os seus anos de maior produção - também representam uma alternativa às opções do mercado imobiliário tradicional. Construídas maioritariamente para as classes média e classe média-baixa que não seriam abrangidas pela construção de habitação promovida pelas autarquias locais, as cooperativas são interessantes exemplos em que esforços individuais são reunidos para satisfazer interesses comuns.¹⁷ Dentro destas, destaca-se o caso do alojamento estudantil que, através de Repúblicas Universitárias ou casas comunitárias são, não só uma alternativa ao aluguer privado e às residências de estudantes, como fortalecem o espírito de comunidade e se caracterizam pela partilha de espaços.

A existência dos referidos casos de coabitação e os precedentes de colaboração no que diz respeito à habitação, demonstram que a procura ou necessidade de partilha de espaços e a capacidade ou cultura organizativa, tal como em muitos outros países, também está, até certo ponto, presente em Portugal. Contudo, ao contrário do que acontece em outros países Europeus em que apesar da distância aos percursos do *cohousing* já se encontram exemplos de projetos construídos,¹⁸ no caso de Portugal apenas recentemente começa a despertar o interesse por esta forma de habitação partilhada.

De facto, não é conhecida atualmente a existência de nenhum projeto de habitação no país ao qual possa ser associado o conceito de *cohousing*. No entanto, a verdade é que nos últimos anos têm sido feitos progressos significativos nesse sentido. A fundação da primeira associação que promove e apoia a criação de comunidades de *cohousing*,¹⁹ assim como a inclusão do conceito de habitação colaborativa na recente Lei de Bases de Habitação, que engloba várias iniciativas,

16 Alexandre Alves Costa, “Anotações para sete imagens” in *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia* - S. Vitor, coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa: Tinta da China, 2019, p 23.

17 Porém, é importante referir que nestes casos a colaboração é, normalmente, centrada em questões relacionadas com o financiamento, acabando no momento em que se começa a habitar.

18 É o caso de Itália ou Espanha cuja distância aos países nórdicos é tanto física quanto cultural.

19 Hac.Ora Portugal - Senior Cohousing Association é uma associação privada, não-governamental e sem fins lucrativos, criada em 2018. Também em Portugal parece existir, pelo menos numa fase inicial, um foco especial no sector mais velho da população.

entre as quais “a habitação (que) coexiste com espaços e serviços comuns partilhados”,²⁰ são os indícios mais significativos dessa mudança de paradigma.

Na prática, a divulgação do conceito ao grande público tem resultado num gradual aumento de pessoas interessadas em viver desta forma. Tal como acontece internacionalmente, também em Portugal predominam as iniciativas ‘*bottom up*’ em que a ação dos grupos é o principal motor para a realização de projetos. Nesse sentido o processo tem sido desenvolvido, exatamente, a partir da criação de grupos que se definem conforme as necessidades e ambições pessoais de cada membro. De seguida, as questões relacionadas com o financiamento são geridas através da constituição de uma entidade jurídica, sob forma de associação ou cooperativa, que vai ser a proprietária do projeto. E é ancorado nesses procedimentos administrativos que começa o projeto de arquitetura.²¹

20 Decreto Lei n.º 83/2019 da Assembleia da República, Diário da República: I série, n.º 168, 2019, p 28.

21 A informação sobre o modo como o desenvolvimento deste processo está a acontecer em Portugal foi obtida numa reunião do grupo “Cohousing Porto” com a participação de representantes da associação Hac.Ora, realizada dia 15 de novembro de 2019. Até à data não existia no país nenhum grupo com o processo avançado para além das fases referidas.

| | | |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| 16.45 | L'enfant va faire ses devoirs dans sa | CHAMBRE D'ENFANT |
| 18.30 | La mère prépare le dîner dans la | CUISINE |
| 18.45 | Le père revient de son bureau et remet son manteau dans l' | ENTRÉE |
| 18.50 | Le père va se laver les mains dans la | SALLE DE BAINS |
| 19.00 | Toute la petite famille dîne dans la | SALLE A MANGER |
| 20.00 | L'enfant va se laver les dents dans la | SALLE DE BAINS |
| 20.15 | L'enfant va se coucher dans sa | CHAMBRE D'ENFANT |
| 20.30 | Le père et la mère vont au ils regardent la télévision, ou bien ils écoutent la radio ou bien ils jouent aux cartes, ou bien le père lit le journal tandis que la mère fait de la couture, bref ils vaquent | SALON |
| 21.45 | Le père et la mère vont se laver les dents dans la | SALLE DE BAINS |
| 22.00 | Le père et la mère vont se coucher dans leur | CHAMBRE |

i. Íntimo

privacidade, conforto, apropriação

* 'L'appartement', *Éspèces d'Espaces*, Georges Perec, 1974

Pode ser invulgar começar um estudo sobre *cohousing* pelo espaço da casa que será menos partilhado. Olhar para a habitação sob uma perspetiva que assinala a coletividade torna, na realidade, essencial a atenção que é dada à persistência do espaço íntimo. Ainda que nem sempre tenham estado presentes, o aumento da importância atribuída às noções de **intimidade** e **privacidade** contribuiu, em parte, para a distinção e organização dos diferentes espaços domésticos consoante a sua função. Essa distinção, que continua a ser comum atualmente e está presente, por exemplo, quando se diferenciam zonas de noite de zonas de dia, reflete-se na dimensão, importância e grau de privacidade dos diversos compartimentos. Georges Perec apresenta em “*Espèces d’Espaces*”,²² o modelo caricatural de um dia, em que a cada atividade corresponde uma porção de tempo e a cada porção de tempo uma divisão do apartamento, expressando com clareza a ideia da ‘especialização dos espaços domésticos’.²³ Tal como as horas do dia, também as áreas se distribuem consoante as diferentes atividades – uma ligação entre espaço e tempo sobre a qual assenta uma das normas do desenho da planta de uma série de tipologias que vão desde mosteiros à habitação plurifamiliar: a subdivisão do espaço.²⁴

Em “*Comment Vivre Ensemble*”, Roland Barthes explora as formas do ‘viver junto’ de grupos em que a coabitação não exclui a liberdade individual,

22 Georges Perec, *Espèces d’Espaces*, Paris: Éditions Galilée, 1974, p 42-44.

23 Xavier Monteys afirma que o aumento desta especialização e conseqüente redução da existência de espaços indefinidos, tem contribuído para a perda de flexibilidade dentro do ambiente doméstico. Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p 46.

24 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Ibidem*, p 56.



[05] Célula individual, Mosteiro de Galluzzo, Florença,
Itália, 1342 [início da construção]

a partir do conceito de ‘ideorritmo’. Esta palavra de origem grega que surge da junção de *ídios* (próprio) e *rhythmós* (ritmo) pertence ao vocabulário religioso e refere-se ao tipo de organização monástica em que cada monge vive de acordo com o seu ritmo.²⁵ Tal como no ‘Apartamento’ de Perce, também nos mosteiros cada segmento do dia está ritualizado a partir de uma atividade específica que tem lugar num espaço concreto. Como num edifício funcionalista, a forma segue a função e a vida está formalizada até ao detalhe mais íntimo, desde as roupas e as rotinas diárias, às células individuais. Esta rigorosa organização do mosteiro – que é tanto espacial como temporal – não se destina a substituir a vida por uma regra, mas sim a fazer com que essa regra seja coerente com a forma de vida eleita pelos monges ao ponto de desaparecer como tal.²⁶ A arquitetura baseada na subdivisão do espaço, desde a definição das áreas coletivas à fundação da ideorritmia - o quarto, ou neste caso, a célula individual²⁷ - é o suporte a uma forma de vida em que o objetivo é exatamente o compartilhar de uma mesma regra.

Importa salientar ainda a incompatibilidade que o autor defende existir entre ideorritmia e poder, que exemplifica com algo que vê da sua janela:

*“... je vois une mère tenant son gosse par la main et poussant la poussette vide devant elle. Elle allait imperturbablement à son pas, le gosse était tire, caboté, contraint à courir tout le temps, comme un animal ou une victime sadienne qu'on fouette. Elle va à son rythme, sans savoir que le rythme du gosse est autre. Et pourtant, c'est sa mère! - Le pouvoir - la subtilité du pouvoir - passe par la dysrythmie, l'hétérorythmie.”*²⁸

É a presença de uma figura de autoridade, a restrição da liberdade individual e a falta de distância (suficiente mas que não quebre o afeto necessário) que o autor identifica em casais ou famílias, conventos ou falanstérios, que revestem a ‘fantasia da ideorritmia’ por uma tensão utópica.²⁹ Apesar disso, este

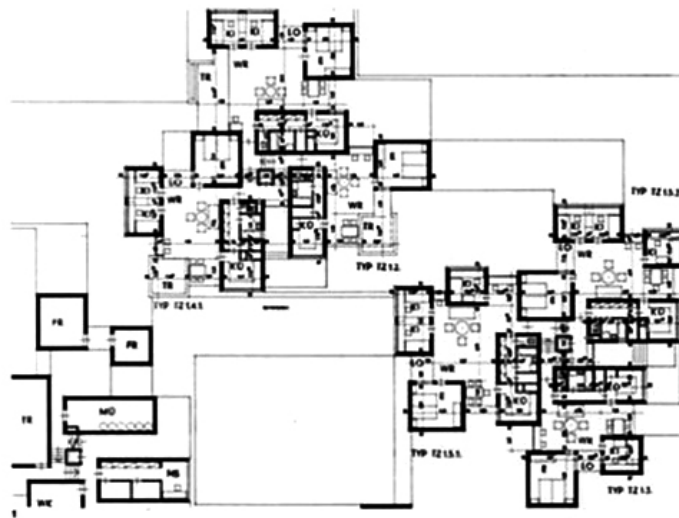
25 Roland Barthes, *Comment Vivre Ensemble: Cours et séminaires au Collège de France (1976-1977)*, Paris: Seuil/Imec, 2002, p 36-39.

26 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough: On Architecture and Asceticism*, Moskva: Strelka Press, 2013, p 27-32.

27 Roland Barthes, *Op. Cit.*, p 96.

28 Roland Barthes, *Ibidem*, p 40.

29 Barthes utiliza o termo ‘fantasia’ mais como uma ideia que ele persegue do que como algo contrário ao racional e lógico. Roland Barthes, *Ibidem*, p 178.



[06] Complexo residencial e unidade privada da proposta inicial para Neue Stadt, Oswald Mathias Ungers, Colónia, Alemanha, 1961

conceito poderá ser importante para o pensamento de espaços de *cohousing* em que também **a solidão possa ser vivida, neste caso como uma experiência coletiva** e não como resultado do individualismo que caracteriza a contemporaneidade.

Por sua vez, Xavier Monteys reflete sobre a conceção do espaço doméstico chamando a atenção para a realidade atual em que, por exemplo, a emancipação dos jovens cada vez mais tardia ou a necessidade de partilhar casa, transformam a forma como os espaços são utilizados. Em particular, o quarto aproxima-se hoje para muitos, mais da ideia de casa - um espaço onde se desenvolvem diversas atividades - do que apenas de dormitório. Consequentemente, justifica-se que um espaço da casa que nunca foi autónomo, **seja representado de forma cada vez mais independente e que vá ganhando área**, muitas vezes à custa da sala de estar.³⁰ Neste contexto, e perante uma oferta de soluções residenciais urbanas pouco diversificada, o autor propõe uma abordagem ao espaço doméstico que se baseie não na subdivisão, mas sim na agregação: um conjunto de espaços que, em vez de serem o resultado da divisão de um espaço maior, são obtidos através da associação (ou desassociação) entre eles.³¹

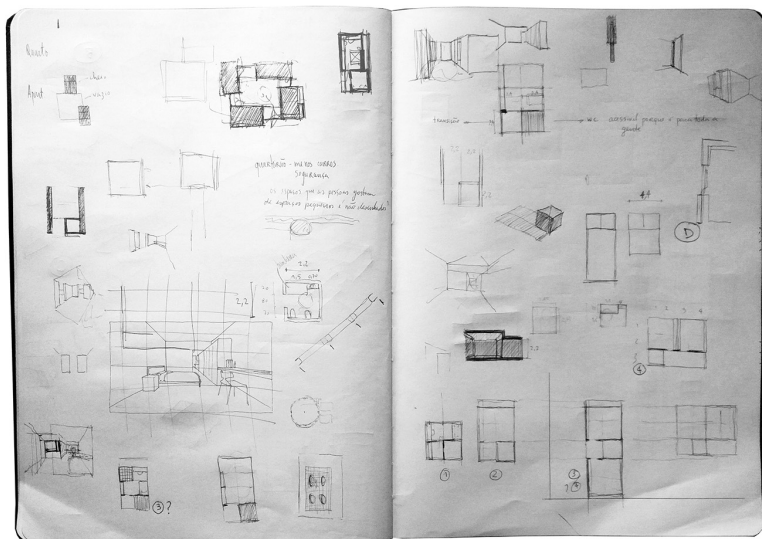
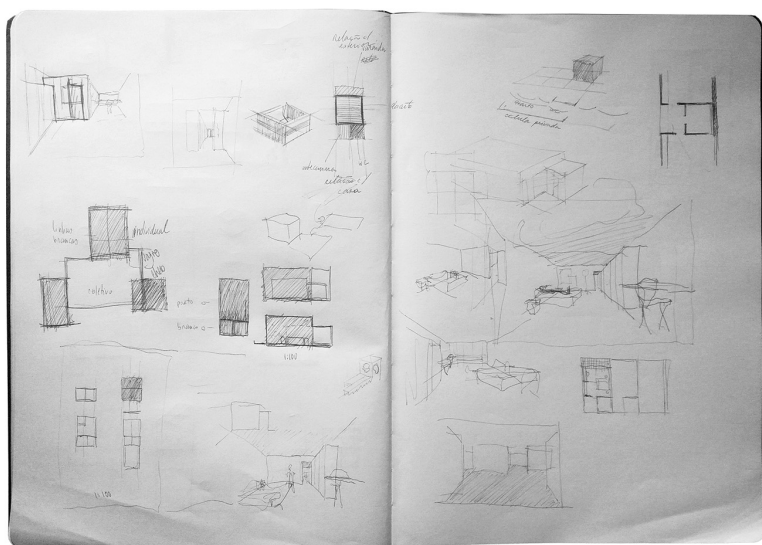
No projeto original para o quarteirão Neue Stadt em Colónia, Oswald Mathias Ungers segue uma estratégia semelhante transportando para o programa habitacional a ideia de ‘cidade feita de ilhas’.³² Como um grupo de edifícios numa cidade, os quartos, separados entre si e definidos por paredes estruturais, distribuem-se de forma irregular à volta do espaço coletivo do apartamento. Este sistema repete-se em planta, à volta dos acessos verticais, e em altura, formando uma complexa composição volumétrica de cheios e vazios. Assumir o quarto como **o elemento básico gerador de toda a planta**, e a tensão entre a simplicidade de cada parte e a complexidade do arranjo espacial criado pela composição total, são uma clara crítica à aplicação genérica de *standards* de construção e à monotonia espacial da arquitetura que caracterizava este período.³³

30 Xavier Monteys, *La habitación: Más allá de la sala de estar*, Barcelona: Gustavo Gili, 2014, p 18.

31 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, 2001, p 56.

32 É a realidade fragmentada de Berlim (resultado das destruições da 2ª Guerra Mundial e da divisão da cidade) que serve de base conceptual às interpretações urbanísticas do arquiteto. Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, Cambridge - London: The MIT Press, 2011, p 178.

33 Pier Vittorio Aureli, *Ibidem*, p 182-184.



[07] Estudos para célula individual, caderno de processo

Atualmente, as imposições de um mercado imobiliário onde impera a lógica do lucro não deixam muito espaço para a experimentação. Apesar disso, soluções como o *cohousing*, que se caracterizam pela inexistência de uma tipologia formal predefinida, pelo variado público alvo (com diferentes expectativas) e principalmente pela sua natureza de desafio do convencional, são oportunidades para explorar **métodos alternativos de pensar a habitação**.

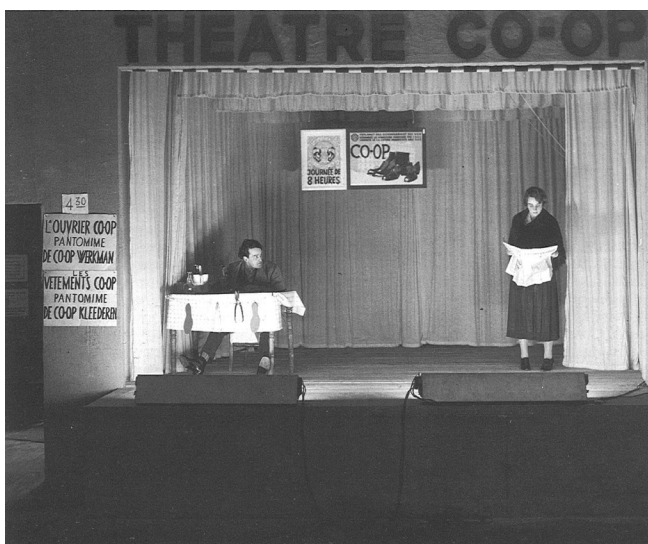
Neste sentido, aproveita-se este momento para formular uma ideia de projeto em que, a uma peça autónoma e fundamental - a célula individual - será possível, não só a associação de um diferente número de quartos ou células, como também de diversos dispositivos, com diferentes tamanhos, funções ou sem função definida, graus de privacidade e de partilha, introduzindo, desta forma, a flexibilidade pretendida para responder às necessidades que vão sendo atualizadas ao longo da vida. Por outro lado, reconhecendo a necessidade do indivíduo ter um espaço para o seu ritmo íntimo e individual, opta-se por definir a célula individual como elemento constante ao longo das tipologias, ao longo da vida. Será, dentro de um limitado número de possibilidades organizacionais e variedade de áreas, o elemento básico comum a todos os habitantes da comunidade.

Uma sociedade sem classes em que cada um dos seus membros possui os mesmos mínimos é precisamente no que se baseia Hannes Meyer ao conceber o Co-op Zimmer para uma exposição de desenho cooperativo que teve lugar na cidade de Gante, em 1924.³⁴ A encenação deste quarto faz parte de uma série de projetos, exposições, obras e peças de teatro desenvolvidas pelo arquiteto entre 1923 e 1926 com o objetivo de apresentar as vantagens do movimento cooperativo em relação ao individualismo que figurava nas classes médias.³⁵

Numa atitude distinta de muitos dos seus contemporâneos, Meyer define o quarto, em vez da casa, como a unidade base de vida que, tal como as células individuais dos mosteiros, seria o espaço mínimo que permite a cada pessoa viver

34 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough*, 2013, p 54.

35 É de notar que um dos primeiros projetos de Meyer foi um conjunto habitacional para a cooperativa suíça Union, em Freidorf. Desta forma, entre 1919 e 1921, teve a oportunidade de projetar e construir de acordo com os seus ideais, e ainda de contribuir na resolução de questões levantadas pela vida cooperativa (financiamento, definição de propriedade, estabelecimento de regras, entre outras). Claude Schnaidt, *Hannes Meyer: Buildings, projects and writings*, New York: Architecture Book Publishing, 1965.



[08] Co-op Theatre, Hannes Meyer, Gante, Bélgica, 1923

compartilhando o resto do espaço habitável.³⁶ Ao contrário da casa unifamiliar, o quarto é um espaço que jamais será autossuficiente, por essa razão a representação de uma peça isolada (cuja localização dentro de um edifício ou numa tipologia é indefinida) deixa em aberto qualquer possibilidade de associação que, de acordo com a visão cooperativista do arquiteto, teriam um carácter mais coletivo.³⁷ Desafiando as noções de espaço doméstico instituídas, a **redução ao mínimo do espaço privado** seria então complementada pela **coletivização dos serviços e trabalhos domésticos**.

Estamos perante o resultado do esforço de Meyer para ver na condição de precariedade, que forçava grande parte da população a mudar frequentemente de casa em grandes cidades como Berlim, a possibilidade para uma forma de vida desenraizada do sentido de posse.

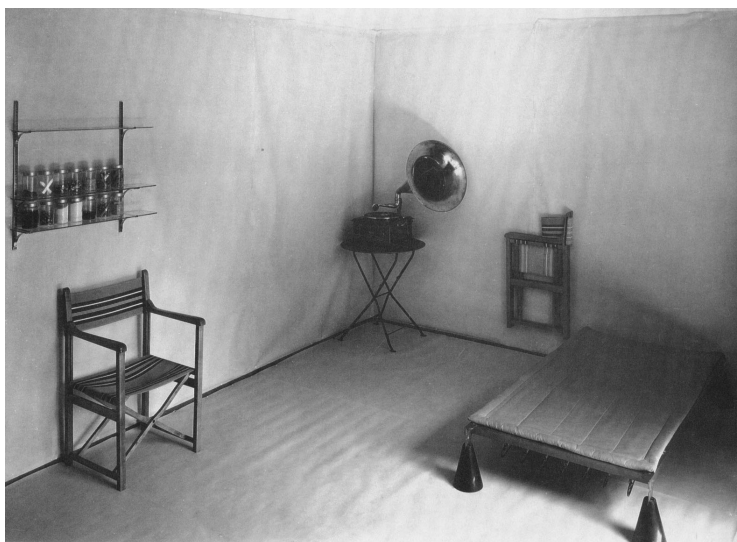
A estética da redução ao essencial e rigor geométrico alia-se ao nomadismo e ao ato de habitar efémero resultando numa imagem genérica de paredes vazias e reduzido número de objetos no seu interior, transmitindo a ideia de um espaço que pretende ser universal e de um interior fácil de habitar.³⁸ Representa, certamente, um exemplo do que é a **arquitetura de uso** - que resulta em espaços genéricos e anónimos - em oposição à arquitetura de propriedade marcada pela identidade e *status* do seu habitante.

Porém, mais do que a cama, as cadeiras ou os frascos com substâncias não identificadas, Pier Vittorio Aureli chama a atenção para o modo como a presença do gramofone contrasta com a ideia de vida austera ditada unicamente pela necessidade. Para Meyer, a resposta à mobilidade populacional seria uma oportunidade para alcançar uma vida livre das obrigações do espaço doméstico em que o vazio do quarto não significa incompletude nem sugere desenvolvimento futuro - é, precisamente, um limite no desenvolvimento porque o que existe já é

36 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough*, 2013, p 55. A preocupação com o espaço doméstico é manifesta na escolha da Habitação Mínima (*existenzminimum*) como tema da 2ª edição do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna realizado em 1929 em Frankfurt.

37 A inclinação política de Hannes Meyer, evidente no compromisso social da sua arquitetura, acaba por contribuir para o seu afastamento enquanto diretor da Bauhaus e posterior emigração para a União Soviética. Precedido por Walter Gropius e sucedido por Mies van der Rohe, Meyer ocupa o cargo de diretor entre 1928 e 1930 durante o qual procura sobrepor ao protagonismo individual uma visão da arquitetura enquanto produção coletiva.

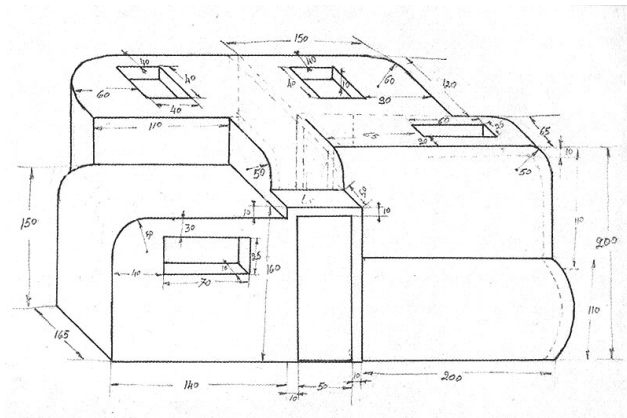
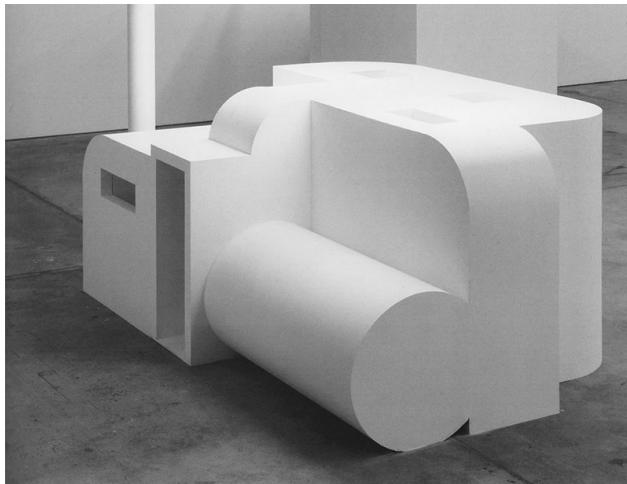
38 Pier Vittorio Aureli, “*The Theology Of Tabula Rasa: Walter Benjamin And Architecture in The Age of Precarity*”, *Log.*, n.º 27, Anyone Corporation, 2013, p 117-127.



[09] Co-op Zimmer, Hannes Meyer, Gante, Bélgica, 1924



[10] Célula de *coliving* constituída por quarto, wc e *kitchenette*, Colective Oak, PLP Architecture, Londres, Reino Unido, 2016



[11] Célula n.º 3, Absalon, 1992

suficiente.³⁹ O (hipotético) habitante do Co-op Zimmer escolhe a autonomia em relação à propriedade, como o monge escolhe viver segundo uma estrita regra.

Atualmente, a tentativa de resposta a uma parte da população para a qual a mobilidade, as experiências e as relações sociais ganham importância em relação à apropriação material, é explorada através do conceito de *coliving*.

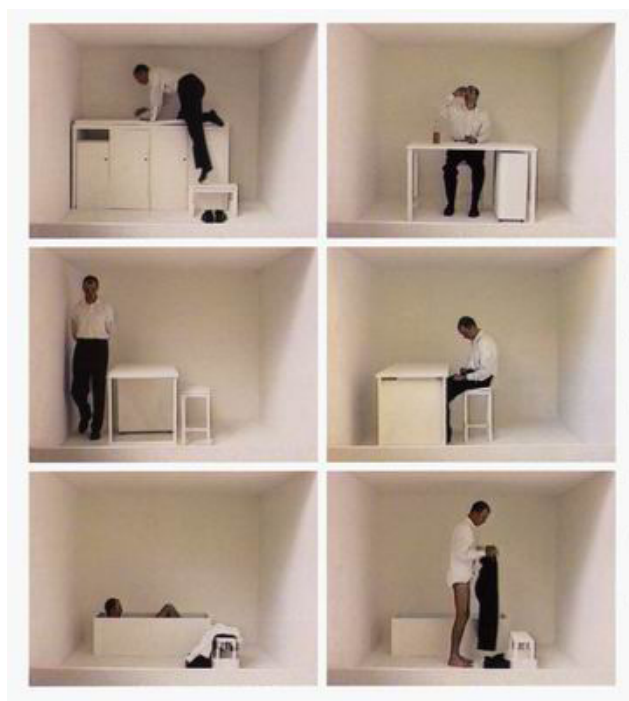
Desenvolvido a partir de uma premissa semelhante à do *cohousing* - o complemento do espaço privado por serviços e equipamentos de uso coletivo, com o objetivo de fortalecer os laços sociais - este conceito dá origem também a formas bastante variadas. Porém, é com frequência o resultado de uma ambição social explorada financeiramente. Mais uma vez, está presente a ideia de uma arquitetura que se usa como um produto e que pretende **responder a um habitante genérico**, mas que se distingue do Co-op Zimmer, em que o quarto para uma pessoa e os espaços coletivos se mantêm à margem de restrições rígidas.⁴⁰ Como se pode ver nas células privadas (e autossuficientes) do Colective Oak, um edifício de *coliving* em Londres, a incorporação de princípios da habitação mínima, que garantem o maior número de quartos no menor espaço possível, resulta em espaços individuais demasiado pequenos que, não só anulam qualquer possibilidade de estadia permanente como põem em causa a existência do ritmo pessoal necessário para viver numa comunidade.

De maneira mais radical, a mobilidade e o espaço individual mínimo têm o papel central na produção escultórica do artista Absalon.

Como solução pessoal de refúgio temporário da sociedade, seis células projetadas como protótipos de casas mínimas seriam construídas em espaços públicos de seis cidades diferentes - Paris, Zurique, Nova Iorque, Tel Aviv, Frankfurt e Tóquio - onde o artista estabelecia relações profissionais que o faziam viajar frequentemente. Seriam espaços íntimos que, sem nenhuma escala intermédia, se relacionariam diretamente com o espaço público. Construídas em madeira e gesso pintado de branco, com áreas entre quatro a nove metros quadrados distribuídos por um ou dois pisos, cada 'pequeno edifício' teria lugar para dormir, uma mesa, um espaço para cozinhar, um quarto de banho e ainda alguns armários. De fácil acesso a tudo e desenhadas para todas as funções do

39 Pier Vittorio Aureli, "The Theology Of Tabula Rasa: Walter Benjamin And Architecture in The Age of Precarity", 2013, p 117-127.

40 Ao ser reduzido ao espaço do quarto, o espaço privado que é o Co-op Zimmer pretende ir além de responder apenas às necessidades mínimas do seu habitante. Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough*, 2013, p 55.



[12] Representação do interior de uma célula, vídeo-instalação Solutions, Absalon, 1992

dia-a-dia, as células seriam autossuficientes, no entanto não haveria espaço para posses pessoais, excepto alguns livros e pequenos objetos. É de salientar no entanto que, de forma diferente das células privadas do *coliving*, as células de Absalon (que, como peças de arte, poderiam ser visitadas pelo público) não seriam concebidas como espaços universais para o habitante genérico. Antes pelo contrário, as dimensões destes espaços habitacionais mínimos seriam definidas conforme o seu próprio corpo. O objetivo não seria nem uma ambição social utópica de impor esta forma de vida à população, nem obter um interior fácil de habitar. Em vez disso, o desenho seria utilizado, mais uma vez, como instrumento para impor uma disciplina rígida na existência do seu habitante.⁴¹

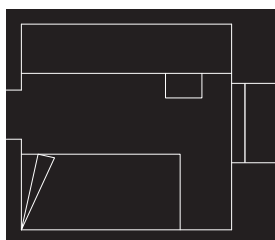
As células dos mosteiros, o Co-op Zimmer, os quartos do *coliving* ou as células de Absalon são exemplos que, tal como o quarto, representam no contexto da habitação a redução à escala mais íntima e colocam no espaço individual a maior importância.

É possível, neste momento, identificar problemáticas e características importantes para compreender qual deve ser a estratégia a adotar ao definir o espaço individual de um projeto de *cobousing*: o equilíbrio do público e do privado, a tentativa de responder a uma forma de vida que não se enquadre nos parâmetros tradicionais, as dimensões do espaço e a dicotomia entre a arquitetura de uso e de propriedade.

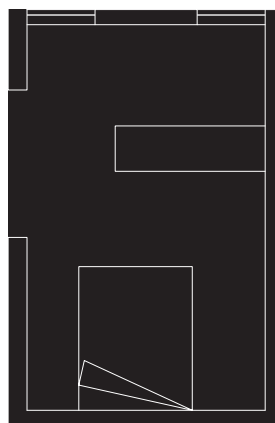
Neste sentido, apesar de ser abordado como espaço representativo do asceticismo - funcionando como uma ferramenta de ritualização do quotidiano, evidente na presença das células individuais nos mosteiros, no vazio do Co-op Zimmer ou no minimalismo e austeridade que as células de Absalon impõem - é importante sublinhar que o quarto no *cobousing* tem, acima de tudo, o papel de **garantir a privacidade do(s) indivíduo(s) em relação ao coletivo**. É o dispositivo principal que permite o retiro do indivíduo da vista do outro que, neste caso, podem ser os restantes membros da família,⁴² mas também os restantes membros da comunidade. A mesma distância que cada pessoa necessita ter da família é replicada na necessidade da própria família se 'proteger' do resto da comunidade. Desta forma, obtêm-se diferentes graus de privacidade e coletividade que correspondem às mais tradicionais escalas do 'habitar em comum' presentes no

41 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough*, 2013, p 71-80.

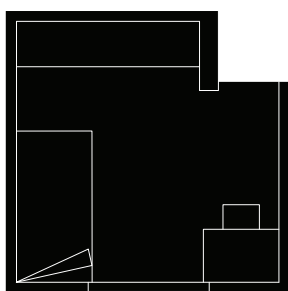
42 Neste contexto a utilização do termo 'família' refere-se ao grupo de pessoas que partilham o mesmo espaço privado, o grupo doméstico.



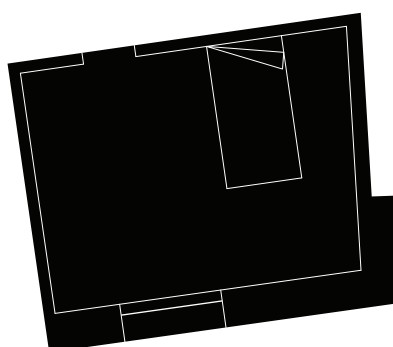
1. Wohnprojekt Wien, Einszueins Architektur,
Viena, Áustria, 2013



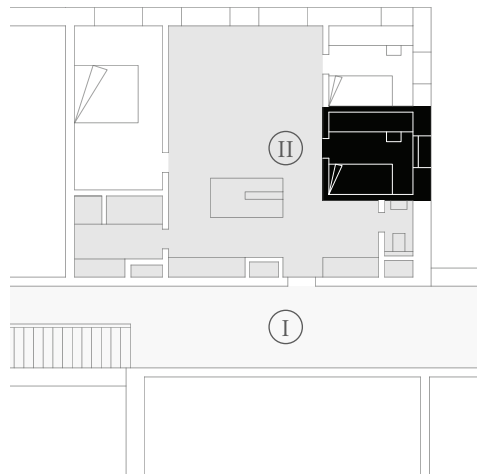
2. Habitação Cooperativa La Borda, Lacol,
Barcelona, Espanha, 2018



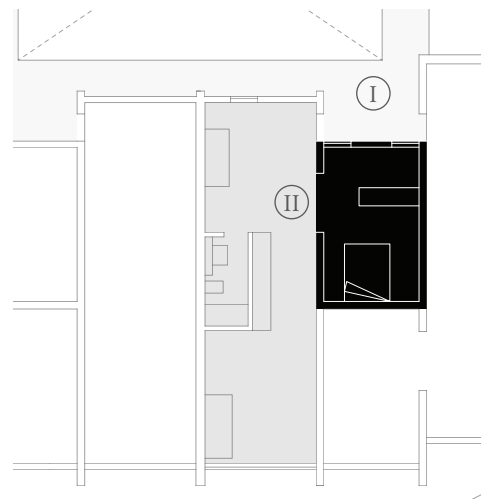
3. Shared Housing LT Josai, Naruse Inokuma
Architects, Nagoia, Japão, 2013



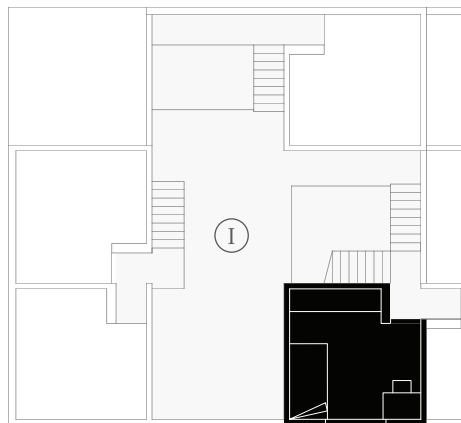
4. Hunziker Areal Haus A, Duplex
Architekten, Zurique, Suíça, 2015



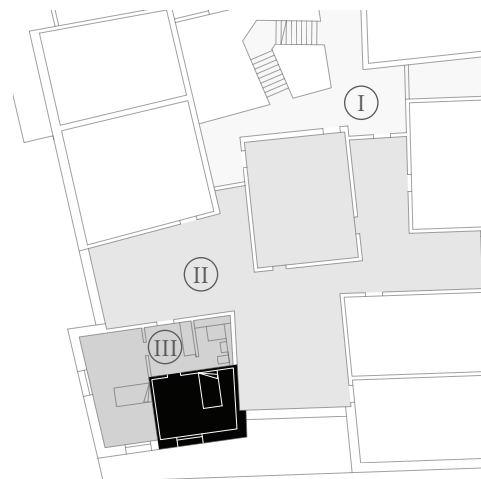
1. Wohnprojekt Wien, Einszueins Architektur, Viena, Áustria, 2013



2. Habitação Cooperativa La Borda, Lacol, Barcelona, Espanha, 2018



3. Shared Housing LT Josai, Naruse Inokuma Architects, Nagoia, Japão, 2013



4. Hunziker Areal Haus A, Duplex Architekten, Zurique, Suíça, 2015

[14] Quartos de *cohousing*: relação com a casa e com o exterior, através da distinção dos graus que separam o espaço público do espaço íntimo [diferentes escalas]

cohousing: íntimo (quarto), privado (apartamento), coletivo (edifício) e público (quarteirão).

É, portanto, legítimo afirmar que o equilíbrio entre público e privado constitui um dos principais temas do *cohousing*. Se inicialmente este equilíbrio era alcançado de forma maioritariamente linear (íntimo-privado-coletivo-público)⁴³ hoje, a introdução de maiores variações - formais, sociais ou económicas - tem como resultado também uma maior multiplicidade de vivências e consequentemente de respostas a este tema. Desde exemplos em que alguns destes graus são suprimidos, ou outros eventualmente adicionados, aos casos em que alguns destes se fundem, por exemplo com espaços abertos ao público apenas até determinada hora, a diversidade de espaços que levam do público ao íntimo é evidente quando se olha para as abordagens contemporâneas ao *cohousing*.

O Wohnprojekt Wien, em Viena, exemplifica aquele que é o modelo mais 'tradicional', aplicado num edifício coletivo. As 39 habitações privadas autossuficientes, entre T0 e T3, são complementadas pelo conjunto de espaços comuns distribuídos por três pisos do edifício. Também em Barcelona, no projeto de habitação cooperativa La Borda essa distinção dos espaços é clara. Neste caso, em virtude da flexibilidade de usos concedida a certas divisões, destaca-se a possibilidade de relação direta entre o espaço íntimo e os espaços de comunidade, que se desenvolvem à volta de um pátio central coberto.

Por outro lado, na Shared Housing LT Josai, em Nagoia, encontramos um exemplo em que, ao ser eliminado um grau intermédio, os 14 quartos se relacionam diretamente com o conjunto de espaços partilhados pela totalidade dos residentes.⁴⁴ Por último, é de notar o caso da Hunziker Areal Haus A, em Zurique, em que pequenas unidades privadas e autossuficientes, com um ou

43 Em que, por exemplo no modelo dinamarquês, o grau de coletivo é representado pela casa comum, sendo o espaço exterior um grau intermédio entre o público e o coletivo.

44 Neste caso pode ser questionada a caracterização enquanto projeto de *cohousing*. De facto, não existe um conjunto de 'casas' ou células autossuficientes que partilham um espaço, mas sim um conjunto de quartos dependentes dos espaços coletivos. Sendo assim, aproxima-se mais da ideia de 'casa partilhada', sem graus de comum adicionais, no entanto, ao ser projetado originalmente com esse objetivo, é clara a distinção formal entre os espaços privados (mais rígidos) e os espaços coletivos (mais fluidos). Marta Vitorino, *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017, p 103-245.

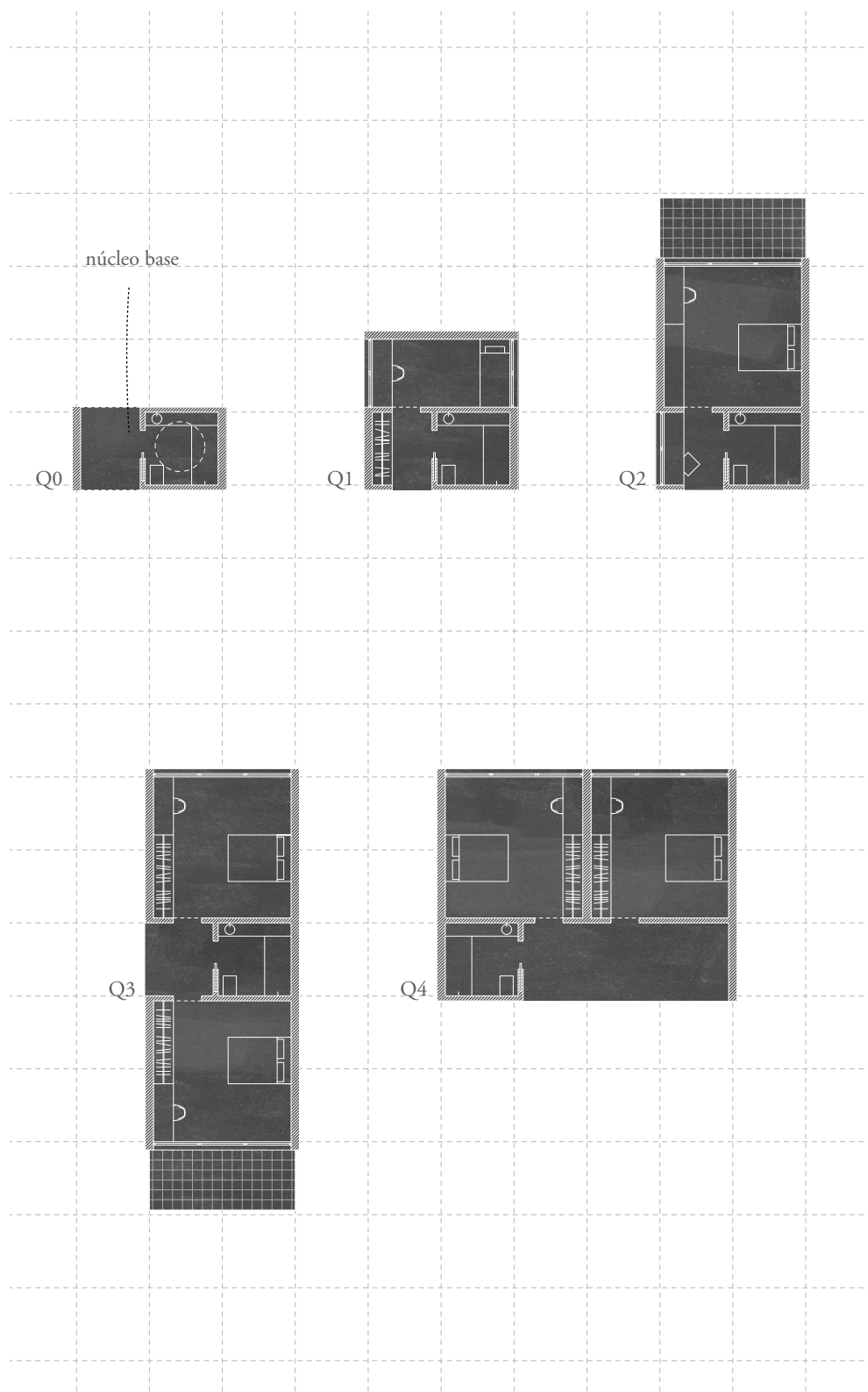
dois quartos, se inserem em unidades maiores, adicionando assim um nível intermédio entre o privado e o coletivo.⁴⁵

Apesar de não serem paradigmáticos (até porque, como já foi dito, no contexto do *cohousing* a variedade é a regra), estes exemplos demonstram também, que tipo de aproximação ao espaço íntimo tem sido feito no desenvolvimento de projetos de *cohousing*. Como tal, chama-se a atenção para a desconsideração pela relação com o exterior, que por vezes acontece apenas através da abertura de uma janela (como em Viena e Nagoia) ou, como no caso de Barcelona, em que é reduzida ao contacto direto com o espaço de acesso à unidade privada. Adicionalmente, também a autonomia e privacidade dos quartos em relação ao resto da unidade privada são em certos casos condicionadas, resultado da distância que se estabelece entre o quarto e o quarto de banho e da inexistência de espaços de transição entre as esferas íntima e familiar. Por fim, é também de salientar como as diferenças no dimensionamento do espaço íntimo resultam, evidentemente, em graus de conforto diferentes.

De uma perspetiva mais informada, definem-se prioridades, relacionadas com a privacidade, a adaptação a diferentes fases da vida e a valorização do conforto, a que o espaço íntimo do *cohousing* deve responder. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento da célula individual a partir de um núcleo base composto por um quarto de banho que garante a acessibilidade universal⁴⁶ - indispensável num projeto intergeracional - e um espaço intermédio que, como uma antecâmara, poderá ter outras funções para além de estabelecer a transição e garantir mais um

45 É de notar ainda como estes dois últimos exemplos, ao contrário dos primeiros, correspondem a projetos de iniciativa *top-down*. A relação entre o tipo de iniciativa e a natureza experimental dos espaços obtidos vai ser aprofundada no próximo capítulo.

46 A atenção à largura das portas, à formação de desníveis ou, especificamente, a substituição da banheira por um chuveiro sem barreiras, acessível a uma cadeira de rodas, permite uma utilização mais simples e reduz o risco de acidentes no caso de existir mobilidade reduzida. Em novas construções, a argamassa de regularização na área do chuveiro pode ser reduzida cerca de um ou dois centímetros em relação ao resto do quarto de banho e, com a inclinação obtida e azulejos modelados para tais construções, formar a base para receber a água. Antes da instalação do pavimento, pode também ser colocada uma calha de aço inoxidável para a qual a base do chuveiro se inclina, prevenindo assim a acumulação de água. Na remodelação de quartos de banho em que outras soluções não sejam possíveis, a substituição é feita através da colocação de uma base de chuveiro (com cerca de dois a três centímetros de altura) e adaptação do sistema de esgoto. Veja-se ainda: Christian Schittich (ed.), *In Detail: Housing for People of All Ages*, München: Birkhäuser, 2007, p 156.



[15] Núcleo base e possíveis alternativas de células individuais, escala 1:200

grau de privacidade entre o comum e o privado. Esta diferenciação entre espaços coletivos e íntimos será ainda reforçada pela redução de pé direito do conjunto de espaços mediadores.

De seguida, orientado por um sistema geométrico rígido, o desenho do quarto individual é o resultado dos objetivos e da circunstância a que pretenda responder. Nesse sentido apresentam-se quatro configurações que a célula individual pode assumir. Um espaço de dimensões mínimas que deve satisfazer as necessidades básicas do habitante - Q1. A duplicação dessa mesma área que garante um maior conforto e uma maior liberdade de usos e de configurações espaciais - Q2. A associação de mais um quarto, que partilha o mesmo núcleo base, adicionando um grau intermédio entre o espaço íntimo e familiar - Q3. Ou, igualmente associando um outro quarto, o aumento do espaço intermédio, em que é duplicada a área do núcleo base - Q4. Do mesmo modo, a possibilidade de adição de uma varanda de uso privado que serve de complemento ao espaço interior, vai influenciar a forma como o espaço íntimo se relaciona com o espaço exterior. A flexibilidade de composições relaciona-se com fatores como a duração da estadia, as possibilidades financeiras ou as necessidades individuais de cada habitante. Desta forma, pretende-se responder a um variado número de situações que surgem naturalmente da coexistência (seja entre gerações ou entre pessoas que se encontram em fases da vida diferentes) que a permanência em *cobousing* origina.

De facto, a sobreposição de alguns temas nas referências abordadas, como é o caso da mobilidade populacional, não invalida a procura de resposta a um dos problemas que se impõe neste estudo: **o *cobousing* duradouro e permanente**. Nesse sentido, é importante notar que, se os espaços reduzidos do *coliving* ou as células do Absalon são suficientes para uma estadia temporária, num espaço de permanência deve ser dada resposta tanto às diferentes atividades do dia - vestir, dormir ou trabalhar que têm o seu espaço dentro do quarto⁴⁷ - como ao resultado da passagem do tempo. Isto é, terá de responder às necessidades de indivíduos que se encontram em diferentes fases da vida. Por essa razão, tal como acontece no Co-op Zimmer, procura-se à partida um espaço genérico que não seja apenas o necessário mas que seja também o espaço para reclamar um elemento de tempo

47 Roland Barthes refere a autonomia do quarto enquanto estrutura própria, como uma “constelação flexível de lugares funcionais”. Roland Barthes, *Comment Vivre Ensemble: Cours et séminaires au Collège de France (1976-1977)*, 2002, p 89-90.



[16] Redefinição dos espaços íntimos, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, Monique Eleb e Sabri Bendimérad, 2018

‘não produtivo’ e,⁴⁸ por outro lado, que seja uma alternativa à efemeridade que caracteriza as formas de habitar referidas, tendo em conta o **processo de apropriação** inerente ao habitar permanente.

“(...) it is true, nevertheless, that the very privacy of one's holdings, that is, their complete independence from the common, could not be better guaranteed than by the transformation of property into appropriation or by an interpretation of the ‘enclosure from the common’ which sees it as the result, the ‘product’ of bodily activity.”⁴⁹

Assim como o espaço projetado tem a capacidade de influenciar a forma como os habitantes vivem e se relacionam entre si, também é possível olhar para o papel que o próprio habitante desempenha, ao transformar o quarto (ou a casa) em espaço habitado, como parte do processo de projeto. A partir do seu estudo empírico sobre os espaços de coabitação, Monique Eleb e Sabri Bendimérad assinalam a forma como o espaço individual, a partir da disposição do mobiliário, é organizado e transformado pelos próprios habitantes com o objetivo de tornarem o espaço seu e ainda de proteger a vida privada. Particularmente, nos casos em que a entrada para o quarto fica demasiado exposta às áreas coletivas, essa privacidade é procurada através da redefinição dos espaços, por exemplo ao afastar a cama da entrada, construindo uma espécie de alcova para evitar a vista e barulhos exteriores, ou ainda ao criar cantos mais reservados entre os móveis e as paredes.⁵⁰

Além disso, pensar no papel que o quarto, isoladamente, tem dentro do *cohousing*, poderá ser uma oportunidade para explorar novas formas de propriedade. Tendo em conta as exigências da sociedade contemporânea, é pertinente refletir sobre como a autonomização do espaço individual se pode traduzir num sistema de propriedade privada que permita libertar o indivíduo,

48 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough*, 2013, p 55.

49 As atividades humanas refletem-se na forma como vivemos e nos espaços que habitamos. Hannah Arendt aborda a evolução histórica da interdependência entre a esfera do público (*polis*) e do privado (*oikos*), que se separam e relacionam através da questão da propriedade privada - objeto de discussão filosófica desde a Grécia Antiga. Hannah Arendt, *The Human Condition* (1958), 2.ª ed., Chicago – London: The University of Chicago Press, 1998, p 112.

50 Monique Eleb; Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, Bruxelles: Éditions Mardaga, 2018, p 369.

conferindo-lhe a possibilidade de alcançar um grau de ‘ideorritmia’ em que o sentido de comunidade⁵¹ não anule a individualidade de cada um dos membros.

Em suma, na conceção da escala individual de uma forma de *cohousing* que tem em vista a possibilidade de permanência, impera o estudo de um espaço que garanta a privacidade necessária para o indivíduo manter o seu próprio ritmo - a sua autonomia, independência e intimidade; que assegure, até certo ponto, a igualdade entre o conjunto dos residentes mas que, simultaneamente, deixe em aberto a possibilidade de evolução e reversibilidade ao longo do tempo;⁵² e por fim, no qual seja valorizada a noção de conforto, assegurando o consequente processo de apropriação.

Definidas as soluções da escala individual, será com a associação a espaços coletivos de diferentes naturezas que a partilha que caracteriza o *cohousing* começará a acontecer.

51 Em 2011, o Bloque Onze do Bairro Can Batlló (uma antiga zona industrial com tradição de cooperativismo) em Barcelona, começa a ser transformada. Entre os projetos que surgem, o já referido edifício de *cohousing*, totalmente gerido pelos moradores - membros da cooperativa de habitação La Borda. O terreno em que se localiza é cedido à cooperativa durante 75 anos num sistema de ‘direito de uso’ (*cessió d’ús*) - uma das respostas à falta de habitação pública no especulativo mercado de habitação da cidade. Este sistema é apenas um exemplo que pode ser interpretado como um meio termo entre arquitetura de uso e arquitetura de propriedade. O terreno continua a pertencer à cidade é, por isso, uma ‘propriedade’ coletiva mas de uso pessoal prolongado. Josep Maria Montaner, “*Pensar o Comum: Cohousing como solução habitacional*”, conferência apresentada no ciclo Retomar a Cidade, Mira Forum, Porto, 22 outubro 2019.

52 Monique Eleb; Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, 2018, p 369-371.



Virruuo:
Adam:

la p^{er}sona auu^{er}ta
tra intendere: effi u
ffè il primo che fece
subito che Adamo
presto ricouero fmi
dalla necessita puu
tempi & dallacque
difi se la terra dou
uita delhuomo e'm
uendo Adamo fatt
fo & ingomoffi difi
dalcaldo delsole? Sic
che habitazione? fac
teffe quando g^o fuffe
mo:..e

TV potresti dire con
haueua ancora fen
fingegno diuuiere
mi & anche? come? q
delle? frafche & aq
della terra & fare
fecondo ilmo oppu
mi dire? caparme
mi furono quelli pr
il meglio deloro sep

ii. Privado

diversidade e graus de partilha

* Homem Primitivo protege-se da chuva, Libro Architecttonico, Filarete, c. 1464

A caverna, a cabana, a casa. O refugiar-se e proteger-se transforma-se no habitar e a capacidade criativa do Homem, assim como a sua cultura, manifestam-se no aperfeiçoamento da conceção da arquitetura.⁵³ O espaço de habitação passa a significar também o conforto, a privacidade e a identidade e são fatores culturais, sociais, ambientais, políticos, económicos e tecnológicos a produzir alterações na sua criação.

*“(...) our house is our corner of the world. As has often been said, it is our first universe, a real cosmos in every sense of the word. (...) if I were asked to name the chief benefit of the house, I should say: the house shelters daydreaming, the house protects the dreamer, the house allows one to dream in peace. (...) It is the human being's first world. Before he is ‘cast into the world’ as claimed by certain hasty metaphysics, man is laid in the cradle of the house.”*⁵⁴

A especialização das divisões, a segregação do exterior, a produção em série ou a standardização dos espaços, acompanham as mudanças nas relações entre quem vive junto, a separação entre a esfera doméstica e pública, o aumento do significado simbólico de lar ou a necessidade de construção rápida e acessível. Mais radicais ou mais graduais, hoje as transformações continuam a acontecer.

53 Alberto Campo Baeza, “*Tu casa, tu museo, tu mausoleo. Mi casa, ni museo ni mausoleo*” in *La Idea Construida*, (1996), 4.^a ed., Buenos Aires: Nobuko, 2009, p 54.

54 Gaston Bachelard, *The Poetics of Space* (1958), trad. Maria Jolas, Boston: Beacon Press, 1994, p 4-7.

Em Portugal, um pouco como por todo o mundo ocidental, o aumento da esperança média de vida, a destigmatização do divórcio,⁵⁵ o crescente número de casais que optam por adiar ou não ter filhos, ou até a proliferação de tecnologia de uso individual,⁵⁶ justificam algumas das mudanças na forma como temos habitado nos últimos 20 anos. O crescente número de agregados familiares entre 1999 e 2019, reflete não só o ligeiro aumento da população, como também a diminuição do número médio de pessoas que vivem juntas.⁵⁷ É importante salientar que os agregados de famílias monoparentais, de apenas uma pessoa ou de um casal sem filhos constituem hoje uma maioria que era, até ao início do milénio, ocupada pela tradicional família nuclear do casal com um ou mais filhos.⁵⁸

Para além disso, perante uma economia cada vez mais global, a procura por melhores condições de vida e a facilidade de trabalho remoto e de comunicação que a tecnologia permite, justificam o aumento constante da mobilidade entre cidades e países. Entre deslocações permanentes e temporárias, destacam-se os últimos dez anos em que a instabilidade e violência provocadas por tensões e conflitos políticos vividos em certas partes do mundo levaram a um evidente aumento de migrações.⁵⁹

55 Cuja percentagem mais do que duplicou entre 1999 e 2019. (*fonte: Pordata*)

56 A verdade é que atualmente não existe apenas um telefone ou um computador em cada casa. Todos os membros do grupo doméstico estão em constante contacto com o mundo exterior e, numa altura em que cada pessoa pode escolher o que ver no seu *smartphone* pessoal, até a televisão se arrisca a perder o estatuto de ‘novo centro da casa’.

57 Durante o período referido, este número passou de 3 para 2,5 em Portugal, encontrando-se ainda ligeiramente acima da média dos 27 países membros da União Europeia - 2,3. (*fontes: Pordata; Eurostat*)

58 Entre 1999 e 2019, o número de famílias monoparentais subiu de 260 484 para 459 344; os agregados constituídos por uma pessoa aumentaram de 520 101 para 934 108 (sendo que mais de metade representam pessoas com mais de 65 anos) e os casais sem filhos aumentaram de 688 407 para 1 030 116. Em oposição, o número de agregados familiares constituídos por um casal com filho(s) diminuiu de 1 565 741 em 1999 para 1 401 622 em 2019. (*fonte: Pordata*)

59 Segundo o Relatório de Migração Mundial de 2020, foram quase 40 milhões as migrações para a Europa em 2019. Globalmente, no mesmo ano, uma em cada 30 pessoas residia fora do seu país de origem, sendo que este número tem vindo a aumentar gradualmente. Marie McAuliffe, Céline Bauloz, Michelle Nguyen, Sophie Qu, “*Migration and migrants: A global overview*”, *World Migration Report 2020*, Geneva: International Organization for Migration, 2019, p 19-51.

É precisamente considerando a estrutura familiar, cada vez menos estática, como base de qualquer sociedade, que o olhar sobre a casa, ou apartamento - a unidade privada,⁶⁰ espaço da família - também vai ser atualizado. Ter consciência da forma como a sociedade contemporânea se organiza é fundamental para contextualizar a relação entre indivíduo, família e comunidade e assim começar a refletir sobre como o *cobousing* se pode tornar numa alternativa possível para um maior número de pessoas.⁶¹

A partir dos anos 70, o entendimento do *cobousing* enquanto forma de habitação alternativa, tem sido desenvolvido e adaptado a diferentes realidades. Evidentemente, desde essa altura, a literatura referente ao tema teve grande influência no modo como esse desenvolvimento e adaptação ocorreram. A Kathryn McCamant e Charles Durrett - que introduzem o conceito a um público mais global⁶² - seguem-se outros autores, desde sociólogos a arquitetos que, ao identificarem o potencial interdisciplinar do *cobousing*, o abordam sob perspetivas diferentes. Apesar disso, nota-se neste tipo de bibliografia uma série de objetivos semelhantes que passam pelo aprofundamento e difusão do conhecimento sobre o tema, pelo estudo de casos reais ou pela exposição das suas vantagens em relação à 'habitação convencional'.

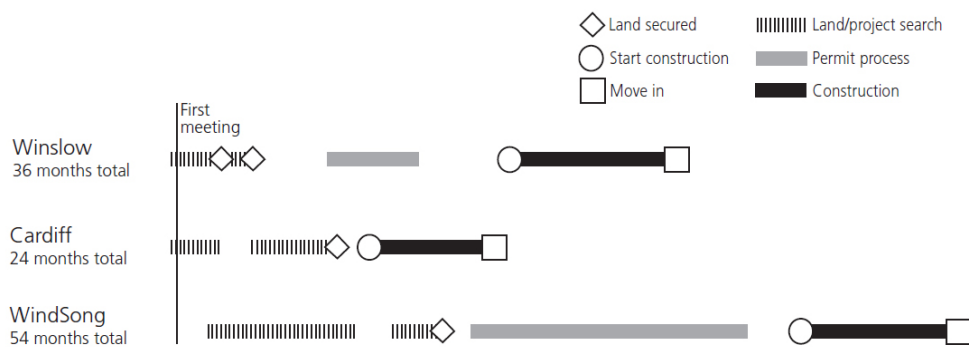
"*The Cohousing Handbook*"⁶³ de Chris e Kelly Scotthanson é um desses exemplos que, inclusivamente, se estrutura de forma a servir como guia prático para a criação de projetos de *cobousing*. Com informações e detalhes concretos, são enumerados os passos que os autores destacam após o seu estudo empírico e pesquisa durante cerca de 16 anos: a formação do grupo; a procura, escolha e aquisição do terreno; o desenvolvimento do projeto de arquitetura; o

60 Define-se como unidade privada o conjunto de espaços que garantem a autossuficiência de cada grupo familiar.

61 Mas será possível 'agradar a toda a gente?' Com uma provocatória distinção entre arte - que não responde a uma necessidade direta, não tem responsabilidade perante ninguém e pretende ser revolucionária ou causar desconforto - e arquitetura, Adolf Loos salienta a importância da casa enquanto expressão da cidade e da sociedade, '*The house has to please everyone*'. Adolf Loos (1910) Cit. por Joseph Masheck, *Adolf Loos: The Art of Architecture*, New York: Bloomsbury Publishing, 2013, p 118.

62 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cobousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, Berkeley, California: Habitat Press, 1988.

63 Publicado em 2005 como versão atualizada da publicação de 1996.



[17] Comparação do cronograma do processo de três projetos de *cohousing*, presente no capítulo sobre planejamento do livro *The Cohousing Handbook*, Chris e Kelly Scotthanson, 2005

envolvimento dos diferentes profissionais; o financiamento e as questões legais; o processo de construção e o processo de habitar em comunidade.⁶⁴

De facto, ainda que intercalado pelos procedimentos burocráticos específicos nas diferentes zonas ou países, continua a ser essencialmente este o processo da maioria dos projetos de *cohousing* - a iniciativa ‘*bottom up*’.⁶⁵

Importa, no entanto, questionar para quem é este *cohousing*. Quem tem realmente acesso a esta forma de habitação alternativa?

Em oposição a um tipo de literatura que poderá ser considerada mais, ou menos, ‘ativista’⁶⁶ - ao evocar o *cohousing* como uma resposta a problemas sociais, económicos ou ambientais - encontra-se um conjunto de publicações que, através de uma perspetiva mais crítica, sugerem a exclusividade manifestada em algumas destas comunidades.

Especificamente, ao contextualizar o *cohousing* dentro de outras ‘comunidades residenciais privadas’, Francesco Chiodelli e Valeria Baglione questionam o seu benefício para a sociedade urbana, colocando em causa a preferência desta a outras formas de habitação, no que diz respeito a apoios públicos. O paralelismo com comunidades religiosas, de desporto, de reformados ou condomínios fechados (*gated communities*) por exemplo, é feito com base na sobreposição de alguns aspetos que caracterizam tanto estas iniciativas como, por vezes, os projetos de *cohousing*. Nomeadamente, faz sentido referir o facto de, tratando-se frequentemente de uma propriedade privada governada por regras internas, ser definido quem tem acesso e quem pode utilizar os bens coletivos (serviços e equipamentos).

Os autores salientam ainda que, apesar de também serem comunidades contratuais, no caso do *cohousing*, a seleção dos habitantes se baseia em aspetos mais pessoais do que nas restantes comunidades referidas. Se nestas o valor monetário, a idade ou a religião podem ser fatores de eliminação, no *cohousing*, a convencional auto-seleção faz-se muitas vezes com base na empatia sentida, fator

64 Chris Scotthansen; Kelly Scotthansen, *The Cohousing Handbook*, Philadelphia: New Society, 2005.

65 ‘De baixo para cima’ são as próprias pessoas interessadas em habitar desta maneira (muitas vezes organizadas em cooperativas) que tomam a iniciativa de começar os projetos. Naturalmente, também este processo vai sendo atualizado e adaptado aos diferentes períodos e culturas em que o *cohousing* se desenvolve. Atualmente, as plataformas digitais facilitam a criação e comunicação entre grupos que muitas vezes se conhecem e organizam através da *internet*.

66 Peter Jakobsen; Henrik Gutzon Larsen. “*An alternative for whom? The evolution and socio-economy of Danish cohousing*”, *Urban Research & Practice*, vol 12, n.º 4, 2019, p 415.



[18] Entrevista a um possível novo membro para a comunidade. Imagem do filme '*Kollektivet*', Thomas Vinterberg, 2016

que, segundo os autores, poderá levar à procura por pessoas ‘iguais’ limitando a diversidade de preferências, valores e atitudes.⁶⁷

No sentido de aprofundar esta questão, Peter Jakobsen e Henrik Gutzon Larsen propõem um olhar realista sobre a situação dinamarquesa em que hoje o *cohousing* é uma conhecida e bem estabelecida alternativa à habitação convencional. Assim, a partir de um estudo analítico sobre o desenvolvimento de projetos de *cohousing* intergeracionais - uma compilação de 110 casos - investigaram-se as características socioeconómicas dos residentes. Uma população melhor posicionada profissionalmente, com um nível de educação significativamente mais alto que a média ou de ascendência esmagadoramente dinamarquesa, demonstram que, de facto, a população que vive em *cohousing* na Dinamarca, é menos diversa que a sociedade do país. Ainda neste ponto, os autores chamam a atenção para a forma como esta tendência é reforçada nos casos em que se trata de habitação em propriedade própria.⁶⁸

Explicam-se assim, algumas das preocupações e posições que sugerem projetos de *cohousing* enquanto enclaves para a classe média, nos quais prevalece a homogeneidade social, étnica e ideológica dos habitantes.⁶⁹

Por outro lado, iniciativas em que o *cohousing* é utilizado para reforçar a oferta de habitação pública são importantes indícios que demonstram como esse processo pode ser adaptado também a realidades em que os custos têm de ser mais controlados. Tendo em conta que as desigualdades financeiras são um determinante fator de inclusão e exclusão, é importante sublinhar casos como o projeto La Borda, em Barcelona, que se tornou possível a partir da conjugação entre as possibilidades económicas dos habitantes e uma série de estratégias e

67 Francesco Chiodelli; Valeria Baglione, “Living Together Privately: For a Cautious Reading of Cohousing”, *Urban Research and Practice*, 7(1): 20-34, 2014.

68 Os diferentes regimes de propriedade são um reflexo da evolução das leis do país no que diz respeito a apoios estatais para a criação de projetos de *cohousing* e são também, à escala global, um importante fator na distinção entre formas de habitação mais, ou menos, acessíveis. Dos casos analisados, 51% referem-se a comunidades que habitam em propriedade própria, 41% em propriedade arrendada e 7% pertencem a cooperativas. Peter Jakobsen; Henrik Gutzon Larsen. “An alternative for whom? The evolution and socio-economy of Danish cohousing”, *Urban Research & Practice*, vol 12, n.º 4, 2019, p 414-420.

69 Apesar de especificado o caso concreto dinamarquês, esta é uma problemática transversal aos vários locais em que o *cohousing* se tem desenvolvido. Pernilla Hagbert (ed.); Henrik Gutzon Larsen (ed.); Hakan Thorn (ed.); Cathrin Wasshede (ed.), *Contemporary Co-Housing in Europe: Towards Sustainable Cities?*, London – New York: Routledge, 2019.



[19] Participação da comunidade no processo de projeto de *cohousing*, La Borda, Lacol, Barcelona, Espanha, 2014-2018 [início do processo - fim da construção]

apoios externos.⁷⁰ Mais uma vez, trata-se de um projeto que parte da iniciativa dos futuros habitantes, neste caso organizados numa cooperativa, que participam no desenho, na construção e, posteriormente, na gestão do projeto.

É a partir da divulgação do conceito para além dos meios académicos e da adoção de políticas que facilitem e incentivem a criação de comunidades de habitação, aliadas a critérios socioeconómicos, que este processo se pode tornar numa opção de interesse social mais acessível e inclusiva.

Neste momento, e tendo em consideração o objetivo da presente dissertação, mais do que procurar e analisar soluções financeiras que promovam a igualdade de acesso ao *cobousing*, o que é proposto fazer através desta reflexão é continuar a olhar, de uma perspetiva crítica, para as restantes limitações impostas pelo processo de habitar em comum.

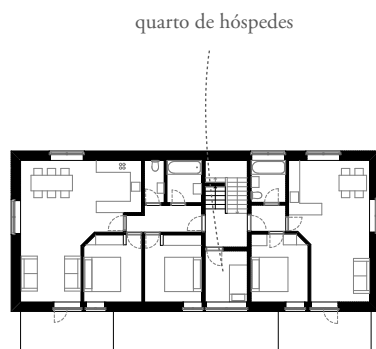
Para isso é fundamental chamar a atenção para a importância do processo participativo, que no tipo de iniciativa falada até aqui - *bottom up* - acontece desde as fases preliminares do projeto. Para além de ser uma característica diferenciadora, assinalada por vários autores como prática generalizada e fundamental desde os primeiros projetos é,⁷¹ aliada à auto-organização e à auto-gestão, um fator significativo para o desenvolvimento de relações entre os residentes, e para o reforço do sentido de pertença.⁷²

Numa realidade em que a standardização do espaço doméstico estipula um modelo com base num usuário anónimo e numa ‘família-tipo’, nem sempre o desenho é capaz de se adequar à realidade social em que se pretende inserir. Daí que a participação dos futuros habitantes, quer seja na escolha do terreno, na definição do programa, no desenho dos espaços, na tomada de outro tipo de decisões, ou na própria construção, se apresente como uma das soluções em direção à adaptação da arquitetura às transformações sociais e familiares inerentes à sociedade contemporânea.

70 Para além do apoio do Estado, que cede o direito de uso do terreno, destaca-se o contributo dado pelo arrendamento de um espaço no piso térreo e a colaboração com entidades solidárias de financiamento. Josep Maria Montaner, “*Pensar o Comum: Cohousing como solução habitacional*”, conferência apresentada no ciclo Retomar a Cidade, Mira Forum, Porto, 22 outubro 2019.

71 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, 1988, p 36-38.

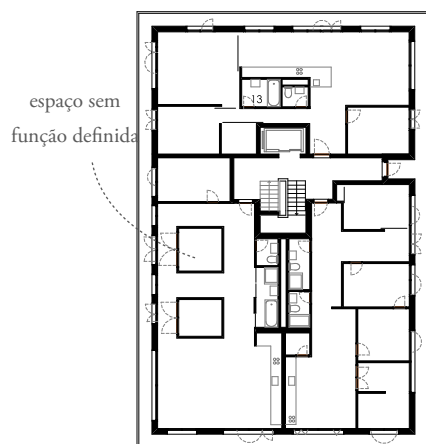
72 Maria Laura Rui, “*Participatory processes in designing cohousing communities: the case of the community project*”, *Housing and Society*, 43:3, 2016, p 177-179.



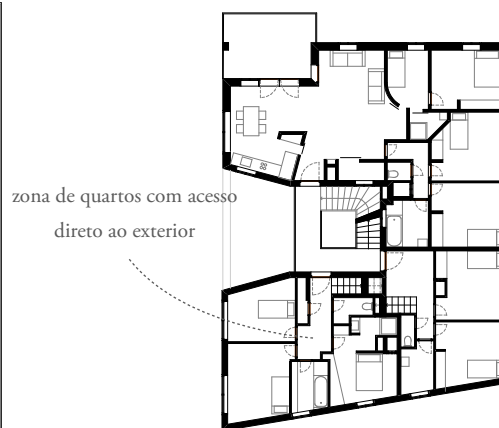
Lilac, White Design, Leeds, Reino Unido,
2013



Wohnprojekt Wien, Einszueins Architektur,
Viena, Áustria, 2013



R50, Ifau & Jesko Fezer e
Heide & Von Beckerath, Berlim, Alemanha,
2013



La Salière, Tekhnê architectes, Grenobla,
França, 2010

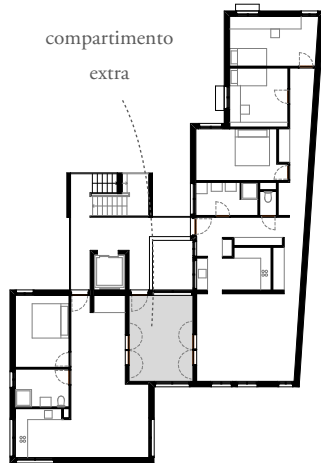
[20] Unidades privadas de projetos marcados pela iniciativa e participação dos residentes, *Cobousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Marta Vitorino, 2017, escala 1:400

No entanto, é importante sublinhar que essa não é a única opção. Estratégias como a conjugação e diversificação tipológica dentro do mesmo edifício, a utilização de elementos pré-fabricados e/ou modulares que facilitem a flexibilização do espaço doméstico, ou um tipo de construção que permita a evolução ao longo do tempo, são cada vez mais alvo de investigação e aplicação prática. No caso do *cohousing*, a adaptação do conceito às mais diversas realidades, tem demonstrado que, além da iniciativa para a criação de projetos não estar limitada à ação dos futuros habitantes, pode ser a arquitetura a contribuir para soluções em que, não se conhecendo o habitante final, utilizam-se os dados estatísticos para responder às necessidades de uma população diversa que pretenda viver numa habitação em que a partilha é a norma.

Neste mesmo sentido, interessa olhar para o estudo realizado por Marta Vitorino que, de forma clara e detalhada explora e distingue as estratégias de desenho adotadas em 12 casos de estudo.⁷³ A partir das informações recolhidas, a autora informa-nos dos diferentes tipos de iniciativa (*bottom up* ou *top down*) e dos diferentes graus de participação dos habitantes em cada projeto que, do ponto de vista da escala em que nos concentramos por agora - a unidade privada - têm uma perceptível influência na definição dos espaços.

Por um lado, nos seis primeiros exemplos analisados, que correspondem a duas estratégias de desenho distintas, uma “estratégia de independência” e uma “estratégia de agregação”, mas que têm em comum a participação e o tipo de iniciativa (do grupo de residentes), é clara a separação dos momentos da vida em coletivo e da vida em família. É a adoção de uma organização que vai ao encontro daquele que é o sistema mais ‘tradicional’ de *cohousing* - a autonomia dos espaços privados em relação aos espaços comuns - que estabelece como limite da partilha a escala do edifício, ou seja, só quando se sai da unidade privada é que começa a partilha de espaços entre residentes de várias famílias. Apesar disso, sublinha-se a intenção de responder às expectativas de uma população específica desafiando a monotonia do desenho associado à ‘abstratização’ do público, frequente na habitação plurifamiliar corrente. Esta resposta é dada através da implementação de quartos de hóspedes (Lilac, Reino Unido), do desenho de fogos diferentes adaptados a cada família (Wohnprojekt Wien, Áustria), da inclusão de espaços indefinidos dentro das habitações (R50, Alemanha), ou da autonomização de alguns dos quartos em relação ao resto da casa (La Salière, França).

73 Marta Vitorino, *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017, p 101-283. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura].



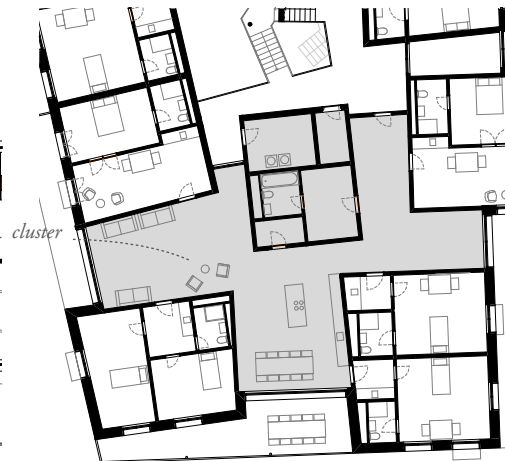
La Passerelle, Arcanes Minotaure - Roland Spitz, Mulhouse, França, 2003



Les Brouets, Raphaëlle Hondelatte et Mathieu Laporte, Mantes-la-Ville, França, 2011



Wohnüberbauung Kraftwerk 2, Adrian Streich, Zurique, Suíça, 2011



Hunziker Areal Haus A, Duplex Architekten, Zurique, Suíça, 2015

[21] Unidades privadas de projetos nos quais não existiu participação dos residentes, *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, Marta Vitorino, 2017, 1:400

Por sua vez, é quando não existe uma comunidade definida *a priori*, que se reconhece a existência de maior liberdade de organização dos espaços domésticos. Neste ponto, importa mencionar o conjunto de casos de estudo referentes à “estratégia de evolução” que, ao contrário dos primeiros, reduzem a coabitação à escala da unidade privada. Aqui destaca-se a introdução de um ‘compartimento extra’ que, partilhado por mais de uma família, pode ser utilizado em conjunto ou associado apenas a um dos fogos (La Passerelle, França) ou ser uma extensão da unidade privada que, de forma mais autónoma, responda às necessidades de um membro da família que pretenda ser mais independente (Les Brouets, França). Tal como indica a denominação dada pela autora, estes exemplos têm em conta a evolução da estrutura familiar ao longo do tempo.

Também os exemplos referentes à “estratégia de integração” demonstram a experimentação característica desta abordagem. À partilha de espaços à escala do edifício (como acontece nos primeiros exemplos mencionados) é adicionado um novo grau de vida em comum, dentro das unidades privadas, que formam *clusters* (ou grupos) de coabitação. Desta forma, cada um destes grupos configura uma parte da totalidade de residentes que formam a comunidade.⁷⁴

Para além de iniciativas que partem de municípios ou de outras entidades públicas (*top down*), importa salientar que a adoção de tipologias experimentais parte, por vezes, de grupos ou cooperativas de habitação que prevêm a admissão de novos membros, posteriormente à realização do projeto.⁷⁵

Faz sentido, a partir desta observação, recordar que participação não é sinónimo de experimentação assim como a existência de um público anónimo não significa a uniformização dos espaços habitacionais.

74 Marta Vitorino, *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*, 2017, p 101-283.

75 Local de rica tradição cooperativista, a cidade de Zurique, na Suíça, tem sido palco de um processo de renovação urbana que passa pela conjugação do conceito tradicional de habitação e da experimentação com formas adaptadas à diversidade e mobilidade da sociedade atual. Com diferentes objetivos dos do início do movimento (na primeira metade do século XX) que giravam à volta do núcleo familiar conservador, as cooperativas hoje são um instrumento de transformação urbana e uma oportunidade para testar fórmulas, como acontece nos exemplos apresentados em último lugar. Os exemplos apresentados fazem parte de um conjunto de iniciativas por parte de cooperativas que, para além da combinação programática e de assegurarem a construção de apartamentos ‘convencionais’, propõem outras tipologias, frequentemente disponíveis para serem arrendadas. Dominique Boudet (ed.), *New Housing in Zurich: Typologies for a Changing Society*, Zurich: Park Books, 2017.



[22] Unidade privada com dois quartos no projeto de *coliving* da empresa WeLive, Nova Iorque, EUA, 2016, escala 1:200.

[23] Unidade privada com dois quartos e estúdio no projeto Startblok, Amsterdão, Países Baixos, 2016, escala 1:200.

Complementados pelos espaços comuns fora das unidades habitacionais, estes dois exemplos demonstram algumas das limitações que ainda existem no acesso a uma forma de habitação mais comunitária. No primeiro caso, e evidentemente dependendo da localização, encontram-se valores frequentemente mais elevados do que seria alugar um quarto numa casa partilhada. No projeto Startblok acontece exatamente o contrário em que, sob forma de discriminação positiva, os habitantes são seleccionados precisamente de maneira a se obter um igual número de refugiados e de holandeses, que só têm acesso à habitação dentro de uma faixa etária específica (dos 18 aos 27 anos) e se não tiverem rendimentos acima de determinado valor.

Ao mesmo tempo, é necessário ainda questionar o peso que a estabilidade financeira e familiar ou a integração numa dada cultura têm na decisão de participar num projeto de *cohousing*.

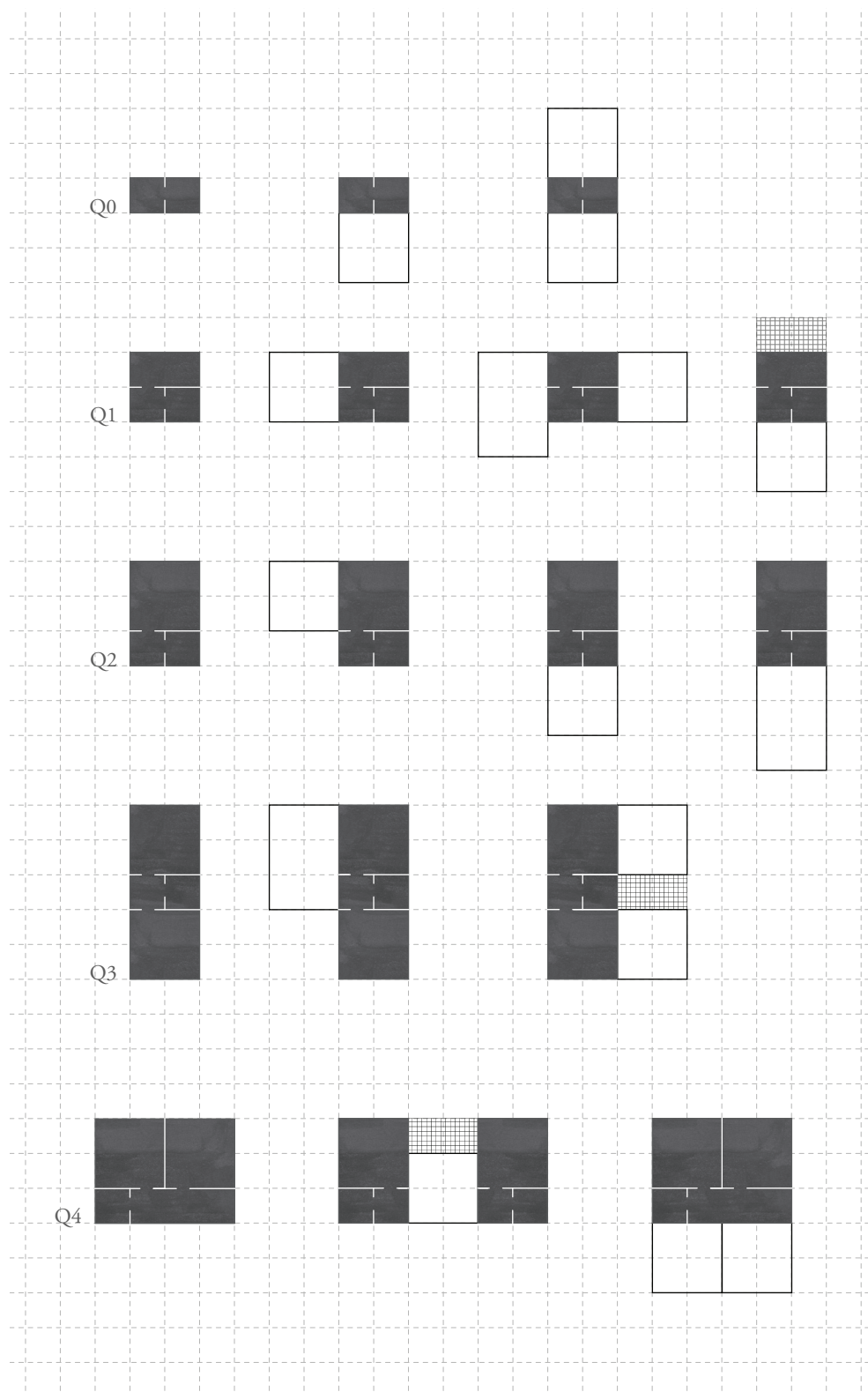
Com o desenho de espaços alternativos e ao explorar outras soluções organizacionais, procura-se dar resposta à população que, querendo viver em *cohousing*, não tem os meios, disponibilidade ou vontade para investir no processo (por vezes moroso) que a realização de um projeto ‘*bottom up*’ impõe.

É o que se passa com uma população mais jovem, por exemplo, que ao sair da casa dos pais não vê, no compromisso que a criação de um projeto exige, uma solução adequada; com o conjunto de pessoas que se desloca, quer entre cidades, quer entre países e que poderia ter numa comunidade de *cohousing* uma primeira receção à cultura ou realidade local; com uma população mais velha que não quer esperar pelo tempo que a criação de um projeto necessita; ou, evidentemente, qualquer pessoa que, por qualquer razão, não pretenda passar pelo processo de desenvolver um projeto em conjunto.

Neste contexto, não é de surpreender que novas soluções apareçam. Nomeadamente, casos como o *coliving* que, com espaços variados, prontos a serem usados e com contratos que podem ser diários, mensais ou ainda mais longos, é introduzida uma flexibilidade atrativa para alguém que pretenda ter uma experiência de habitação mais comunitária, sem o compromisso que o *cohousing* envolve.

Também outro tipo de iniciativas *top down*, como o projeto Startblok em Amsterdão, demonstram como o *cohousing*, ou outras formas de habitação colaborativa, podem satisfazer as necessidades de uma população específica e, ao mesmo tempo, ter um papel fundamental na integração de diferentes grupos.⁷⁶ Resultado do esforço das várias entidades (município, em parceria com organizações de habitação sem fins lucrativos) para responder ao acentuado influxo de migrantes que ocorreu a partir de 2015, este projeto piloto junta cerca de 280 jovens refugiados e cerca de 280 jovens holandeses, num sistema de auto-organização, de partilha de espaços e de realização de atividades em conjunto. Com quartos individuais que podem ser alugados em unidades privadas para duas ou três pessoas ou estúdios individuais com quarto de banho

76 Darinka Czischke; Carla Huisman, “Integration through Collaborative Housing? Dutch Starters and Refugees Forming Self-Managing Communities in Amsterdam”, *Urban Planning*, vol 3, n.º4, p 156-165, 2018.



[24] Processo de desenvolvimento da unidade privada: associações fundamentais entre espaços individuais, espaços coletivos e espaços exteriores, escala 1:400

e *kitchenette*, que devem ser ocupados intercaladamente, procura-se integrar os migrantes na nova cultura através do desenvolvimento de relações sociais.⁷⁷

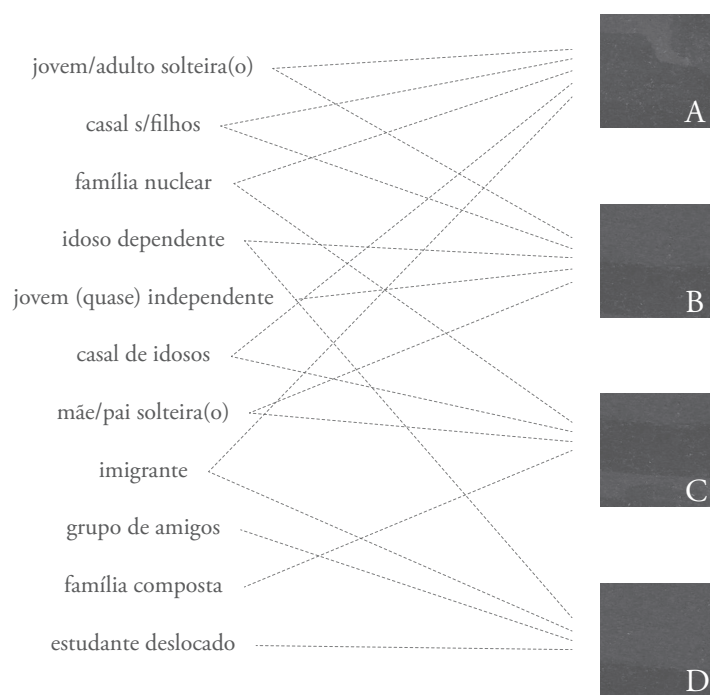
Talvez seja a combinação entre características das várias referências do ‘habitar em comum’ a enriquecer o pensamento acerca do *cohousing*, no sentido de formular uma solução de habitação permanente que tenha a capacidade de responder às necessidades de uma parte maior da população. De facto, é importante chamar a atenção para a simplicidade que soluções como o *coliving* representam, no que diz respeito ao acesso, mas também para a capacidade singular que comunidades de *cohousing* têm de criar e fortalecer relações sociais. O debate sobre o desenvolvimento do sentido de comunidade em grupos que não participam no processo de projeto, ou ainda que permitam a ocorrência de estadias temporárias, não deve porém ser um impeditivo ao estudo de uma resposta às necessidades desses mesmos grupos.

Identificados os objetivos principais aos quais a unidade privada deverá responder - o abrigo, a proteção, a identidade, mas também a atenção e inclusão da variedade estrutural que caracteriza a ‘família’ contemporânea - segue-se à reflexão e ensaio da sua forma, sempre com a ideia de *cohousing* presente.

Numa primeira fase, a partir de um processo de abstração que se baseia na distinção entre espaços íntimos (cheios) e espaços comuns (vazios), volta-se a olhar para as formas que a associação entre esses dois tipos de espaços (e ainda espaços exteriores) podem configurar. O resultado do complemento dos espaços individuais por um dispositivo rígido que se posiciona conforme a necessidade a que pretenda responder, é uma série de situações que poderão ser o ponto de partida para o desenho desta escala do ‘habitar em comum’. É esta capacidade da célula individual funcionar como elemento autónomo dentro de uma composição, que garante a pluralidade nas opções de desenho de uma unidade privada - seja a partir da associação variada de quartos ou de espaços comuns.

Por essa razão, tal como acontece com a habitação plurifamiliar corrente, em que não se conhece o futuro habitante, aqui a variação tipológica é utilizada no sentido de sistematizar as formas da coabitação. Contudo, tendo em conta a intenção de explorar o desenho com o objetivo de encorajar o sentimento de

77 Em 2018, este conceito voltou a ser aplicado noutra local da cidade, neste caso apenas com estúdios individuais. Três edifícios, com estúdios organizados ao longo de um corredor central, ocupados por jovens refugiados e holandeses intercaladamente, compõem um projeto com capacidade para acolher até 540 pessoas. Darinka Czischke; Carla Huisman, “*Integration through Collaborative Housing? Dutch Starters and Refugees Forming Self-Managing Communities in Amsterdam*”, *Urban Planning*, 2018.



[25] Diversidade de grupos domésticos na sociedade contemporânea e exemplo de associação às variações da unidade privada

comunidade,⁷⁸ estabelece-se como prioridade a diferenciação dessas mesmas variações conforme o grau de ‘vida em comum’ que apresentam. Nesse sentido, deverá ser o número de **espaços comuns**, e não o número de quartos, a definir cada uma das variações.⁷⁹

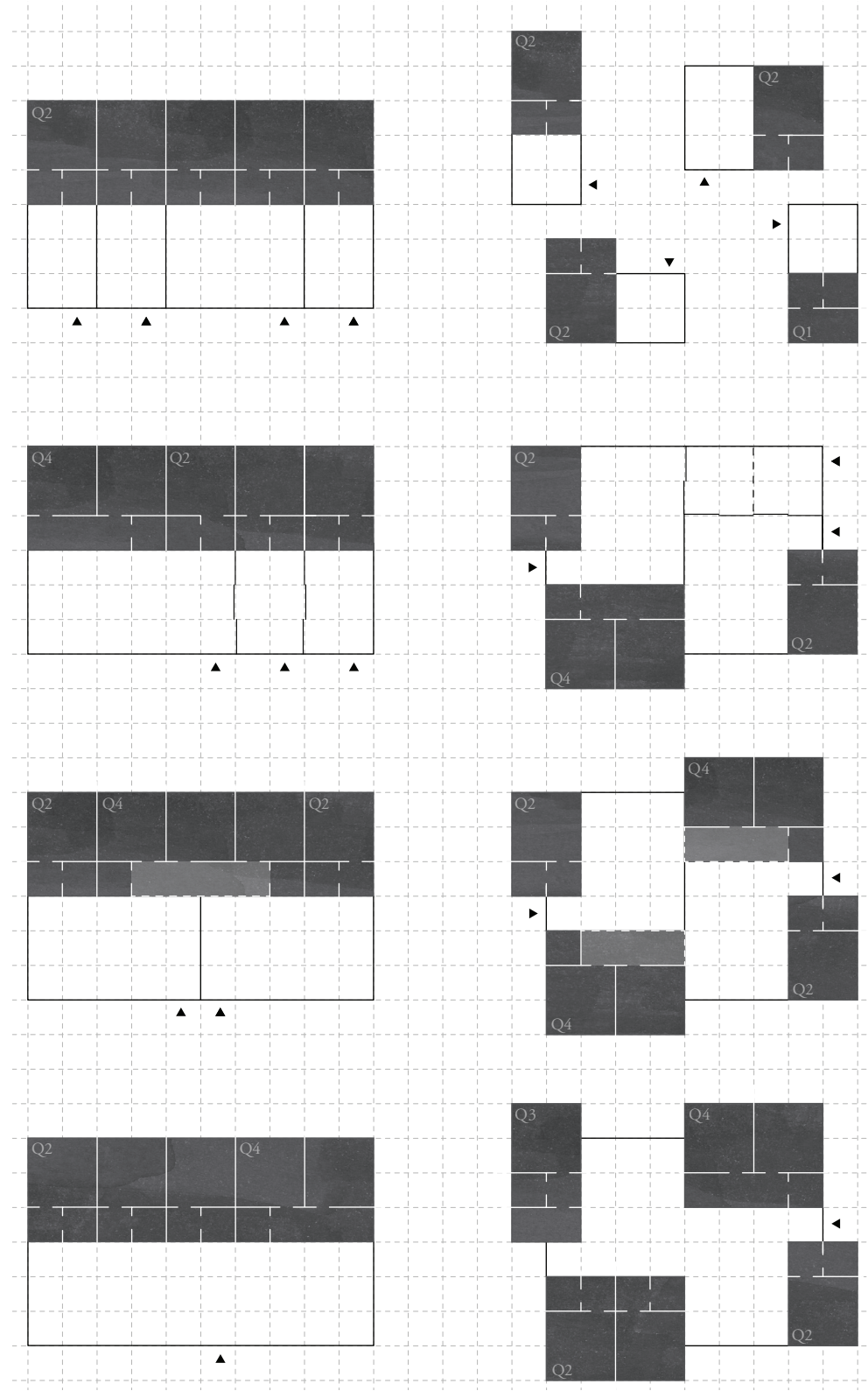
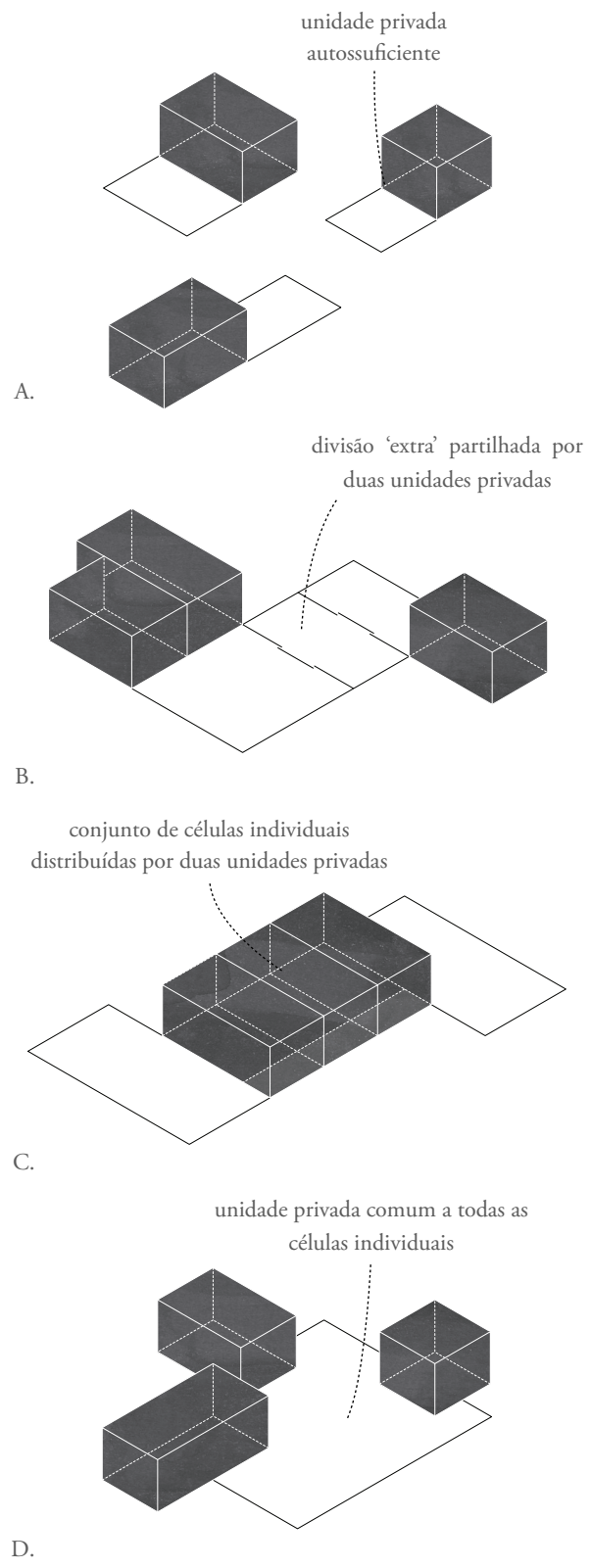
Assente no pensamento sobre o *cobousing* enquanto solução permanente, definem-se, num momento inicial, quatro variações associadas a diferentes fases da vida.⁸⁰ Desta forma, começa-se por refletir como seria um espaço de *cobousing* para uma criança (que vive com os pais), para um jovem, para um adulto ou para um idoso. No entanto, a verdade é que, tal como as necessidades individuais estão dependentes de variadíssimos fatores para além da faixa etária em que a pessoa se insere, também o grau de partilha que pretenda (ou não) ter à escala da unidade privada, não deverá ser definido de forma tão inconsequente. De facto, é importante assinalar que, apesar da apresentação de alternativas procurar responder à diversidade que a possibilidade de *cobousing* enquanto opção permanente envolve, essas alternativas não devem ser pensadas de forma linear. Em vez disso, deverão ter em atenção as dinâmicas próprias de cada habitante, que deverá ter a possibilidade de articular o seu espaço individual com o conjunto de espaços privados que formam a unidade habitacional, à medida das suas necessidades - independentemente da faixa etária em que se encontre.

Como resultado, experimenta-se um conjunto de variações (A, B, C e D) cuja definição parte precisamente da tentativa de resposta a uma comunidade que se quer diversa e heterogénea. Suporte conceptual para o desenvolvimento de cada uma das variações, as volumetrias apresentadas pretendem transmitir

78 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cobousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, 1988, p 36.

79 Em música, variação é uma técnica formal em que o material é alterado durante várias reiteraões, conservando sempre os elementos do tema principal. Também na presente escala se adota esse processo.

80 Olhar para questões como o número de vezes que cada pessoa muda de habitação ao longo da vida, é importante para nos informar da forma como a adaptação ao espaço doméstico poderá ocorrer. Segundo um estudo realizado em 2015, na Europa muda-se de habitação, em média, quatro vezes e, no caso particular de Portugal, esse número desce para três. Já nos Estados Unidos da América, possivelmente relacionado com o facto de se tratar de um território mais vasto cuja uniformização cultural, legal e linguística facilita a mobilidade populacional, esse número aumenta significativamente, para onze vezes. Neli Esipova, Anita Pugliese, Julie Ray, “*The demographics of global internal migration*”, *Migration Policy Practice*, vol 3, n.º 2, 2013, p 3-6; <http://www.at-home-in-europe.eu/home-life/europe>.



qual o ponto de partida que guia a procura por essas formas. Ao seu lado, a representação esquemática de duas hipóteses de articulação entre espaços íntimos (cheios) e espaços comuns (vazios), dentro das unidades privadas, aparece como um estudo formal dos conceitos abordados. Mais do que tentar responder a uma circunstância concreta, interessa neste momento explorar os diferentes graus de partilha sob duas estratégias de organização distintas. Na primeira, apresenta-se uma organização regular em que, associados lado a lado, as células individuais correspondem a um sector fixo da composição, ao qual se sucedem e associam os espaços comuns. Nesta associação, a transição entre a escala do edifício, a escala da unidade privada e a escala da célula individual, acontece de forma sequencial, tendo um carácter de estratégia de **justaposição**. Já na segunda, os espaços íntimos separam-se entre si, distribuindo-se em torno dos espaços comuns e estes, tal como acontece na proposta inicial para Neue Stadt de O. M. Ungers, têm uma forma mais orgânica, desempenhando um papel de 'átrio central',⁸¹ e criando uma estratégia **centralizadora**.

Do ponto de vista formal, destaca-se o papel que a célula individual tem na composição total. Na estratégia de justaposição existe uma regularização em que as células se fundem, definindo um **conjunto** em que todas as partes têm a mesma relevância. Já na estratégia centralizadora, através de um gesto de fragmentação, são definidos **elementos** claramente delimitados em que é amplificada a noção de individualidade.

Relativamente às variações, começa-se por aquela em que em que o grau de 'vida em comum' é menor. Tal como nas primeiras comunidades de *cohousing*, em que cada família tem a sua casa autossuficiente e independente dos espaços comuns, também na **variação A** isso acontece. Quarto, quarto de banho, espaço para cozinhar e espaço de estar são constantes em cada uma destas unidades. No caso das possibilidades apresentadas, destaca-se a forma como, na estratégia de justaposição, as unidades privadas têm a capacidade de responder às necessidades de uma pessoa singular, mas também de uma família, através do aumento da sua área e inclusão de mais quartos. Desta forma, é só na próxima escala (a do edifício) que a partilha de espaços acontece. No entanto, essa não é a única opção.

Apesar da autossuficiência da unidade privada, é possível que a **variação A** inclua espaços de partilha. De facto, pode-lhe ser associado qualquer tipo de espaços comuns das variações B, C ou D permitindo-se assim criar diferentes escalas de vida em comum entre essas mesmas unidades e as áreas coletivas do edifício. Ao

81 Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, Cambridge - London: The MIT Press, 2011, p 182.

serem adicionados, esses novos espaços viabilizam a redução da unidade privada, que pode acontecer ao serem adotadas estratégias como a introdução de módulos de cozinha mínimos. É perante uma sociedade em que predominam os agregados familiares constituídos por uma ou duas pessoas que se procura uma resposta que conjugue a independência de cada unidade privada com o incentivo da partilha e convívio a uma escala mais reduzida. Esta solução vai ao encontro dos projetos organizados em *clusters* mencionadas anteriormente, ou seja, um grupo de unidades de habitação organizadas à volta de um espaço comum. Enquanto que no exemplo do modelo holandês esses *clusters* eram, maioritariamente, constituídos por um pequeno grupo de habitações unifamiliares a partilhar um espaço comum, esta abordagem mais urbana caracteriza-se pela redução (por vezes ao mínimo) do espaço privado.

Segue-se a exploração da ideia de ‘compartimento extra’ na **variação B** em que, a duas unidades privadas, cada uma com os seus espaços íntimos e coletivos, se adiciona uma divisão (ou conjunto de divisões) que, não sendo autossuficiente, pode ser associada a uma das unidades e ser utilizada de forma autónoma. Para isso, além da aplicação de dispositivos que permitam a flexibilidade (como são as paredes móveis), é importante que este compartimento mantenha o seu próprio acesso aos espaços de distribuição do edifício.

Por outro lado, este compartimento pode também ser utilizado pelas duas unidades privadas em simultâneo, funcionando como espaço neutro de encontro entre as duas famílias. A presença de um idoso que necessite de maior proximidade, de um filho que procure maior independência, de alguém que só vem a casa ao fim-de-semana, ou o acolhimento de visitas, justificam a existência de um compartimento que tanto pode ligar as duas unidades, como servir para estabelecer uma maior distância entre o núcleo familiar e um dos seus membros, ou ainda ser utilizado apenas temporariamente para responder a necessidades específicas.⁸²

Continuando em direção a uma partilha de espaços cada vez maior, a **variação C** caracteriza-se pela presença de dois espaços comuns pelos quais são distribuídos um determinado número de quartos.

82 Monique Eleb; Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, Bruxelles: Éditions Mardaga, 2018, p 62.



[27] Unidades privadas do Edifício Residencial Verdemonte, Luigi Snozzi, Bellinzona, Suíça, 1976

“(...) cada pareja de viviendas consecutivas consta de su respectiva puerta de acceso y de una sala y una cocina propias, pero entre éstas se disponen una serie de habitaciones y servicios que pueden ser adquiridos por unos u otros y permiten, por lo tanto, obtener dos viviendas iguales o una mayor que la otra dependiendo del lugar en que se acabe por colocar la pared divisoria o, incluso, una única vivienda con dos puertas.

Ahora bien, este tipo de flexibilidad a priori, podría servir aquí como imagen de una noticia de prensa: una experiencia reciente de viviendas con dos puertas que permiten a los miembros de una pareja disponer de un ‘apartamento’ para cada uno, compartiendo las habitaciones de los hijos (...)un único núcleo, los hijos, vertebrados unos satélites autónomos, los padres.”⁸³

Como na variação anterior, aqui pretende-se ter em conta a evolução da estrutura familiar ao longo do tempo, focando-se este caso na presença de crianças.

De facto, a segurança, a partilha de responsabilidades ou o desenvolvimento de aptidões sociais estimulado pelo contacto com mais adultos são algumas das vantagens de educar uma criança dentro de uma comunidade.⁸⁴ No entanto, se no caso de um jovem ou adulto pode ser, acima de tudo, valorizada a sociabilidade ou a partilha de recursos, com a presença de crianças a estabilidade deve ser um dos objetivos principais. Nesse sentido, opta-se por uma solução que fixa os espaços comuns, os ‘espaços da família’. Por outro lado, é o conjunto de quartos que podem ser associados a uma ou outra unidade privada (ou ainda serem usados em simultâneo), consoante as dinâmicas familiares.

Por fim, a **variação D**, em que o grau de ‘vida em comum’ é maior. Aproximando-se ao tipo de coabitação informal mais frequente nos centros

83 Os autores referem-se ao Edifício Residencial Verdemonte, no qual se baseia o desenho desta variação. Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p 74-75.

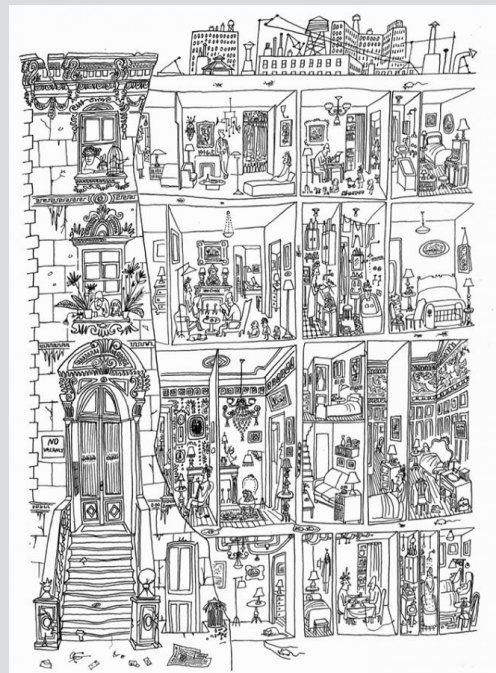
84 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, 1988, p 25-27.

urbanos, este caso define-se apenas por uma unidade privada que aparece para responder à necessidade (ou vontade) de um sector da população de partilhar o espaço doméstico. Nesse sentido, estuda-se uma variação que, mantendo os espaços íntimos, com wc privado ou partilhado entre dois quartos, permite que, até certo ponto exista alguma diversidade de oferta - promovendo, desta forma, o acesso a pessoas com diferentes interesses e possibilidades.

Assim como alguns projetos de *coliving* ou de residências quer de estudantes quer de idosos, nesta solução os espaços individuais serão complementados pelo conjunto de espaços coletivos: de comer, de cozinhar, de estar. Contudo, neste caso, decide-se pela redução do número de pessoas que partilha esses espaços,⁸⁵ tentando assim contribuir para o desenvolvimento de relações saudáveis e do sentido de família dentro deste pequeno grupo.

As formas que resultam do estudo destas variações podem ser vistas como cenário do primeiro grau de partilha dentro de uma solução de *cohousing*. Deste modo, os habitantes têm a possibilidade de desenvolver relações sociais num pequeno grupo de coabitação que, apesar de restrito, se vai inserir numa comunidade mais alargada onde se irá desenrolar o encontro entre a diversidade de grupos domésticos.

85 Numa pesquisa online com o objetivo de obter uma visão sobre o futuro da habitação partilhada, chega-se à conclusão que, em média, os participantes querem viver em grupos que contenham entre 4 e 10 pessoas. A única exceção são casais com filho(s) que prefeririam fazer parte de grupos ligeiramente maiores, entre 10 a 25 pessoas. Mesmo assim, esses números contrastam com alguns projetos de *coliving* em que se espera que centenas de pessoas vivam em comunidade. Veja-se: Christian Pagh (ed.); Jamiee Williams (ed.); Ricky Braskov (ed.); Caroline Christensen (ed.). “*Exploring the brave new world of shared living*”, *Imagine*, n.º 2, SPACE10, 2018, p 69.



iii. Coletivo
intencionalidade de vida em comum

* The Art Of Living, Saul Steinberg, 1949

Quando saímos do apartamento, encontramos o conjunto de espaços que fazem a ligação entre o privado e o público. Geralmente, espaços neutros que são de todos e de ninguém, onde as pessoas se cruzam quase sem se ver e por onde se ficam ‘esses embriões de vida comunitária’,⁸⁶ limitam-se à função de transição, estabelecendo assim uma ‘barreira’ que nos separa do exterior. A introdução de equipamentos para uso coletivo, o incentivo do contacto entre os habitantes através do desenho dos espaços, ou a organização social necessária para gerir o que é comum são fatores relevantes que influenciam o dia-a-dia, o sentido de pertença, a responsabilidade e as relações que se desenvolvem em projetos e comunidades de *cobousing*. A ligação acontece de forma mais gradual, criando-se assim um nível de vida em comum, uma **escala intermédia entre a vida privada e a vida pública** à qual diversos autores associam o conceito de **comunidade intencional**.

“(...) an intentional community is a group of five or more adults and their children, if any, who come from more than one nuclear family and who have chosen to live together to enhance their shared values or for some other mutually agreed upon purpose.”⁸⁷

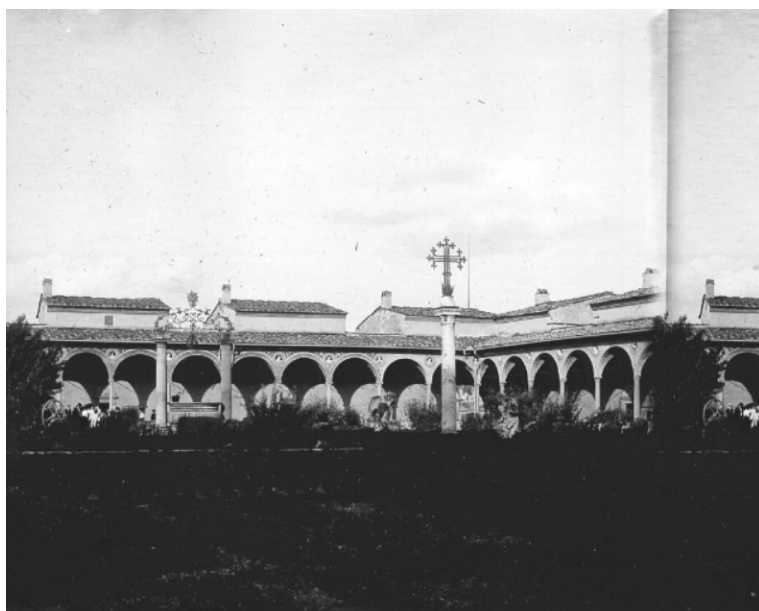
Esta definição é-nos dada por Lyman Tower Sargent⁸⁸ que chama ainda a atenção para o facto de ser, habitualmente, a partir da criação destas comunidades que visões idealistas (muitas vezes consideradas utópicas) são colocadas em prática.⁸⁹ Apesar de existirem casos de comunidades paternalistas em que é implementada a ideia de um reformista, a maior parte destes grupos de pessoas são, essencialmente, caracterizados pela democracia e igualdade. Ao partilhar pontos de vista sociais, políticos, religiosos ou espirituais, definem os seus objetivos

86 Georges Perec, *A Vida: Modo de Usar* (1978), trad. Pedro Tamen, 1.^a ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989, p 19.

87 Lyman Tower Sargent, *Utopianism: A Very Short Introduction*, New York: Oxford University Press Inc., 2010, p 29.

88 Professor, investigador e autor de bibliografia de referência nas áreas da utopia e ideologia.

89 Lyman Tower Sargent, *Op. Cit.*, p 52.



[28] Claustro do Mosteiro de Galluzzo (ou Cartuxa do Vale de Ema), Florença, Itália, 1910 [ano da imagem]

(relacionados com alimentação, sustentabilidade, práticas religiosas e partilha de espaços ou recursos estão entre os mais comuns) estabelecendo regras ou acordos que possibilitam a conjugação de vontades pessoais com os interesses do grupo. Para o pensamento em torno da habitação, e em particular do *cohousing*, o estudo de algumas destas comunidades revela-se determinante pois, como afirma Fátima Vieira, a apresentação de uma organização social alternativa requer muitas vezes uma organização espacial diferente que se vai distinguir conforme o objetivo coletivo.⁹⁰

Na tradição monástica encontramos um exemplo desse princípio. Neste caso, o singular equilíbrio entre a vida individual e a vida coletiva nasce da necessidade de conjugar o próprio isolamento com a solidariedade em relação ao outro (que também decide estar só). Como escreve Pier Vittorio Aureli, o desenvolvimento espiritual através deste tipo de asceticismo - que mais que um estado contemplativo ou um retiro do mundo é uma forma de questionar radicalmente as condições sociais e políticas - é exaltado pelo desenho, pela primeira vez, da célula individual.⁹¹

“The early monks who decided to live together would occupy single huts loosely aggregated around a central space, which in many cases would be the church. (...) In this condition they would be both isolated from and in contact with one another, in idiorrhhythmic clusters. Within the clusters, living together did not wholly impinge on the possibility of being alone. Barthes was fascinated by this way of living, and noted that precisely this form of monasticism was the seedbed for what would later become a fundamental typology of the modern world: the single cell or single room.”⁹²

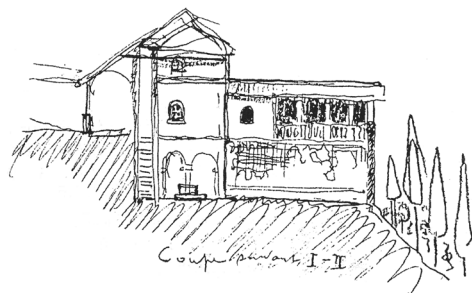
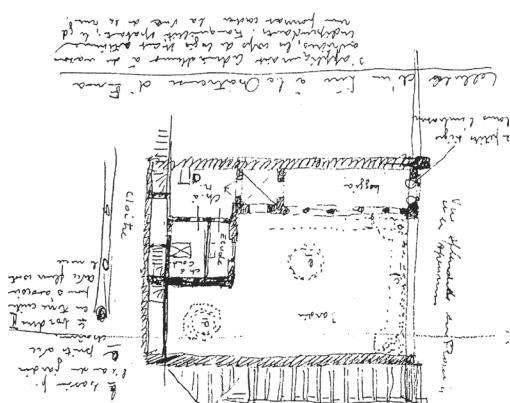
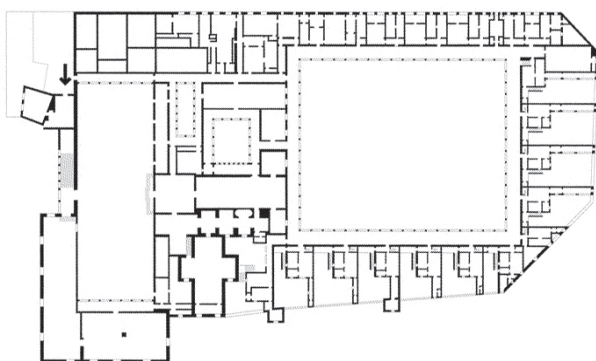
Ao se inserir num conjunto maior, em que cada espaço é dedicado a uma atividade específica, a existência do espaço individual é o que permite aos monges viver - invocando a expressão utilizada por Monique Eleb e Sabri Bendimérad - ‘juntos separadamente’.⁹³ Isso mesmo constatou Le Corbusier ao visitar a Cartuxa do Vale de Ema por duas vezes.

90 Fátima Vieira, *O legado de Thomas More*, Conferência de abertura apresentada no Colóquio Internacional Fronteiras da utopia: história e imaginário, Açores, 2016

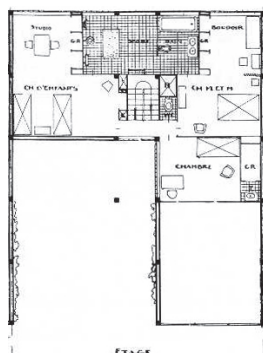
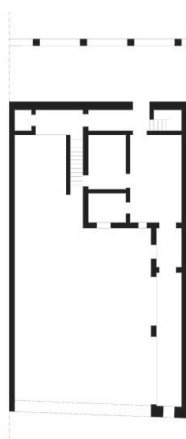
91 Pier Vittorio Aureli, *Less is Enough: On Architecture and Asceticism*, Moskva: Strelka Press, 2013, p 22.

92 Pier Vittorio Aureli, *Ibidem*, p 27.

93 Monique Eleb, Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, Bruxelles: Éditions Mardaga, 2018.



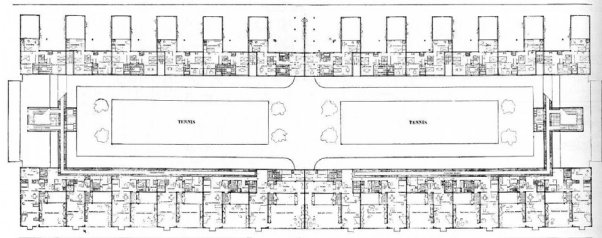
[29] Planta do Mosteiro de Galluzzo (ou Cartuxa do Vale de Ema), Florença, Itália, 1342 [início da construção]



[30] Estudos de uma célula individual do Mosteiro de Galluzzo, Le Corbusier, 1911

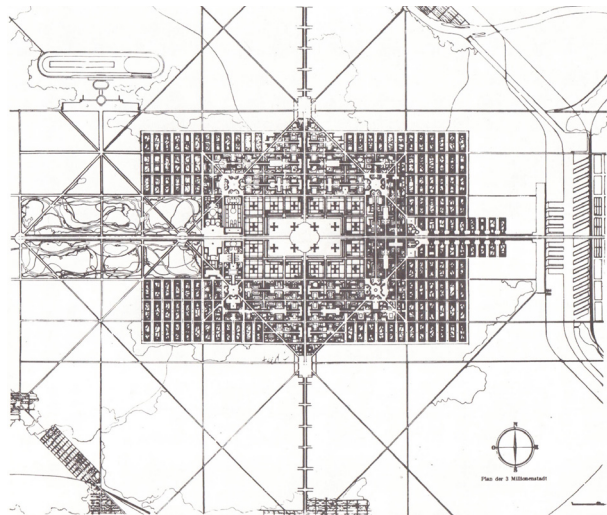
[31] Planta de uma célula individual do Mosteiro

[32] Planta de um apartamento dos Immeuble-Villas, Le Corbusier, 1922



[33] Planta do conjunto dos Immeuble-Villas, Le Corbusier, 1922

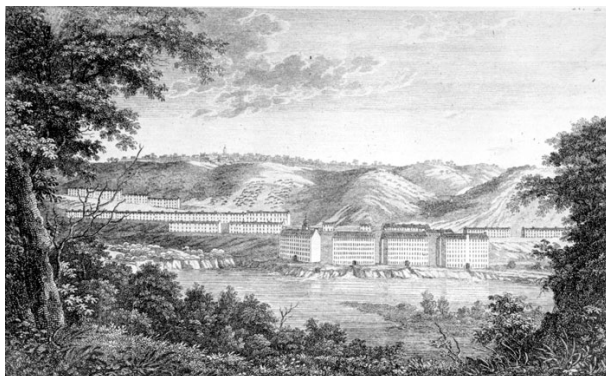
[34] Planta da Ville Contemporaine, a cidade para 3 Milhões de Habitantes, Le Corbusier, 1922



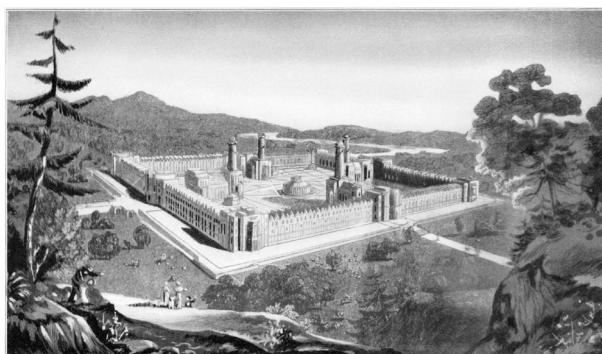
*“Cette ‘cité moderne’ est du quinzième siècle. La vision radieuse m’en est demeurée pour toujours. En 1910, revenant d’Athènes, je m’arrêtais une fois encore à la Chartreuse. Un jour de 1922, j’en parle à mon associé Pierre Jeanneret; sur le dos d’un menu de restaurant, nous avons spontanément dessiné les ‘immeubles villas’; l’idée était éclosée.”*⁹⁴

As nove células privadas dos monges, cada uma com um jardim e instalações necessárias que garantem a sua autonomia, são unidas pelo claustro que também dá acesso aos serviços comuns - igreja, refeitório, capelas. Esta justaposição entre a vida individual e a vida em comunidade tem grande influência nas ideias de habitação coletiva de Le Corbusier. É o modelo do *Immeuble-Villas* - note-se que cada família tem uma casa com jardim, o tipo de acesso ou a organização em L - que, sobrepostas em vários pisos, dispostas à volta de um espaço comum e complementadas por serviços de uso coletivo, formam os blocos de habitação utilizados no projeto utópico da Cidade para 3 Milhões de Habitantes.

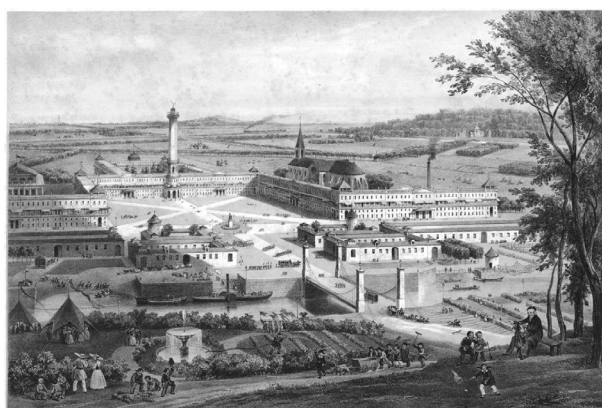
94 Le Corbusier, *Précisions sur un état présent de l’architecture et l’urbanism*, Paris: Altamira Editions, 1930, p 98.



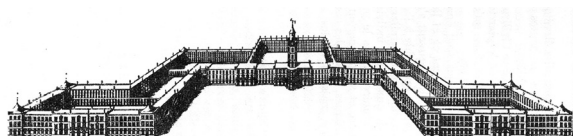
[35] New Lanark, Escócia, Reino Unido, c. 1799



[36] Proposta de um 'Parallelogram' de Robert Owen para New Harmony, Indiana, EUA, 1825



[37] Vista de um Falanstério de acordo com a teoria de Charles Fourier, gravura de Charles Daubigny, c.1848



[38] Vista de um Falanstério sem as áreas rurais e jardins representados

Ainda que não diretamente, esta organização da vida privada e coletiva, inspira também as ideias dos socialistas utópicos, assim denominados por Friedrich Engels. Ao assistirem à pobreza e miséria que o desenvolvimento industrial baseado no capitalismo provocara nas classes trabalhadoras, estes socialistas ambicionaram uma sociedade em que, não só seria exigida a igualdade de direitos políticos, como também das condições sociais dos indivíduos. Idealmente, essa igualdade resultaria na dissolução da distinção entre classes.⁹⁵

Entre 1800 e 1825, Robert Owen dirigiu uma comunidade industrial baseada na produção têxtil - uma fábrica de algodão em New Lanark, na Escócia.⁹⁶ Ao ser reconhecida a necessidade de proporcionar habitação e outras instalações para os trabalhadores, o desenho urbano e a arquitetura foram utilizados para dar resposta à preocupação pelo seu bem-estar, tornando-se assim New Lanark num modelo de comunidade ideal. Para além disso, ao mesmo tempo que era exigido o cumprimento de regras para o bem da comunidade e da produção, foram proporcionadas condições dignas aos trabalhadores. A redução do horário laboral, a criação de escolas e instituições médicas ou a abolição do trabalho infantil até aos 10 anos, foram algumas das medidas tomadas. Motivado e inspirado por esse sucesso, Owen imagina um modelo de comunidades industriais autossuficientes para cerca de 2000 trabalhadores, o 'Parallelogram' em que as habitações privadas seriam organizadas à volta de equipamentos comuns como cozinha, refeitório, escolas ou bibliotecas e em que, por exemplo, as crianças seriam educadas por toda a comunidade. Segundo Owen, este esquema poderia ser aplicado para reorganizar a sociedade.⁹⁷

Também Charles Fourier, preocupado em criar espaços que acolhessem relações humanas estáveis⁹⁸ descreve detalhadamente a arquitetura de um modelo de comunidade sustentada na indústria e na agricultura – o Falanstério.⁹⁹ Destinado a habitação para 1600 trabalhadores, o desenho do Falanstério seria baseado nas formas do Palácio de Versalhes, composto por um bloco central e alas que formariam pátios. Todo o conjunto seria ligado por ruas interiores ou galerias (cerca de 5 ou 7 metros de largura e 3 pisos de altura) ao longo

95 Friedrich Engels, *Socialism Utopian and Scientific*, Chicago: Charles H. Kerr & Company, 1907, p 29.

96 Classificado hoje como património Mundial da UNESCO.

97 Friedrich Engels. *Op. Cit.*, p 36.

98 Dolores Hayden, *Seven American Utopias: The Architecture of Communitarian Socialism 1790-1975*, Cambridge: MIT Press, 1976, p 43.

99 Fourier atribui a denominação de *phalanstère* a esta tipologia, combinando as palavras *phalange* e *monastère*.



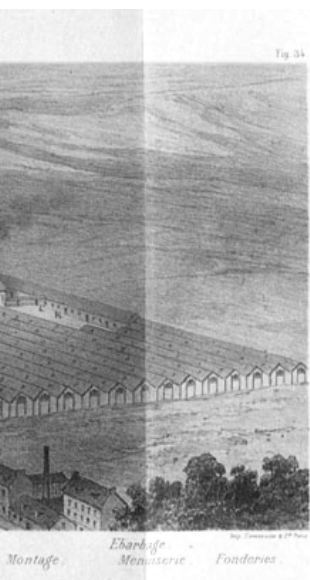
[39] Vista de projeto do Familistério com a representação da respetiva fábrica, Litografia de Jules Gaidrau mandada executar por Jean Baptiste Godin em 1870

de percursos que combinavam habitações, salas de reuniões e locais de trabalho no sentido de encorajar encontros espontâneos. Contrastando com a rigidez encontrada em alguns desenhos do Falanstério, gravuras como a de Charles Daubigny oferecem-nos uma interpretação das teorias de Fourier em que o edifício aparece integrado na natureza, demonstrando o objetivo de estimular o contacto entre os habitantes através de uma grande diversidade de atividades produtivas.¹⁰⁰

É da observação crítica das condições da sociedade em que viviam que nascem estas propostas em que a arquitetura, a partir de uma organização alternativa, é utilizada como instrumento de equilíbrio social. Contudo, Dolores Hayden observa que o trabalho de Owen, Fourier, entre outros, sugere o problema de projetos rígidos concebidos por filósofos, reformistas ou arquitetos visionários – são desenhados para espaços imaginários, não para o espaço de vida das comunidades.¹⁰¹ Projetos ideais para lugares ideais que acolheriam comunidades dominadas pela perfeição humana e felicidade universal eram claramente demasiado irrealistas, daí condenados a serem classificados de utopias.¹⁰²

Chama-se ainda a atenção para o referido conjunto de regras dentro destas comunidades. Para Fátima Vieira, a definição de regras rígidas é o resultado do ceticismo dos utopistas em relação à capacidade dos indivíduos de viverem em conjunto.¹⁰³ Se para os monges o objetivo de viver segundo uma mesma regra se reflete na forma como habitam, nestas comunidades que são autoritárias, o seguimento de um conjunto de regras é, pelo contrário, uma condição para habitar de determinada forma.¹⁰⁴

Tendo isso em conta, é inegável a influência que esses pensamentos tiveram, por exemplo na literatura utópica, ou o contributo que deram para a fundação de algumas comunidades experimentais dos EUA no século XIX. Na Europa, podemos encontrar aplicadas algumas das teorias de Fourier e Owen, no Familistério de Guise, em França. Mandado construir pelo industrial Jean



100 Dolores Hayden, *Seven American Utopias: The Architecture of Communitarian Socialism, 1790-1975*, p 151-154.

101 Dolores Hayden, *Ibidem*, p 34.

102 Frederick Engels, *Socialism Utopian and Scientific*, 1907, p 31.

103 Fátima Vieira, “The concept of utopia” in *The Cambridge Companion to Utopian Literature*, ed. G. Claeys, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p 7.

104 O ‘ideorritmo’, que os monges alcançam ao viver segundo uma regra, é impedido em comunidades autoritárias precisamente devido à imposição de regras. “Le pouvoir (...) passe par la dysrythmie, l’hétérorhythmie.” Roland Barthes, *Comment Vivre Ensemble: Cours et séminaires au Collège de France (1976-1977)*, Paris: Seuil/Imec, 2002, p 40.



[40] Espaço central de um dos volumes do Familistério, Jean-Baptiste Godin, Guise, França, 1880 [ano da imagem]



[41] Espaço central da Habitação Cooperativa La Borda, Lacol, Barcelona, Espanha, 2018



[42] Revolta estudantil, Paris, França, 1968. A Primavera de Praga na Checoslováquia, o movimento pelos Direitos Civis nos EUA, Maio de 68 em França, esta década ficou marcada pela luta pela renovação de valores sociais e políticos. Lyman Tower Sargent chama a atenção para a expectativa utópica que ressurgiu durante este período através do slogan utilizado em França: “*Soyez réalistes, demandez l'impossible*”.

Baptiste Godin em 1858, este conjunto de três volumes, cada um com habitações organizadas à volta de um pátio coberto, era complementado por uma série de serviços como infantário, escola, teatro ou biblioteca.¹⁰⁵ Neste ‘Palácio Social’ destinado a alojar os operários das suas fábricas e respetivas famílias, era possível alugar apenas uma divisão, por exemplo enquanto o trabalhador era solteiro, e à medida que a família fosse crescendo (ou diminuindo) ir associando (ou libertando) mais quartos.

Como sublinha Monique Eleb, estes exemplos não só nos mostram diferentes relações entre organizações da vida privada e coletiva como também soluções flexíveis adaptáveis às transformações dos grupos domésticos.¹⁰⁶ Além disso, é possível notar em soluções contemporâneas a influência que as formas e as prioridades destas primeiras comunidades continuam a ter no pensamento em torno do ‘habitar em comum’.

Já no século XX, a contracultura dos anos 60 que se alastrou pelo mundo ocidental impulsionou um conjunto de movimentos sociais relacionados, por exemplo, com os direitos civis, o feminismo ou a revolução sexual. Para além disso, fez também emergir a celebração de estilos de vida alternativos, como é o caso do movimento *hippie*. Deu-se uma explosão de comunidades intencionais - desde comunas,¹⁰⁷ comunidades rurais ou comunidades *hippies* - que desafiavam o estabelecido conceito de família nuclear e praticavam o que os seus membros viam como uma melhor forma de vida, menos materialista e mais livre.

Este movimento cultural foi absorvido pela sociedade em geral deixando um grande impacto na arte, música, moda, estilos de vida e a continuada existência de um número substancial de comunidades formadas nesse período sugere que os seus membros encontraram o que procuravam.¹⁰⁸

Inspirados pelo imprevisto que caracterizava as performances dos *happenings*,¹⁰⁹ dois estudantes, Clark Richert e Gene Bernofsky, desenvolveram em 1962 o conceito *Drop Art* deixando cair (*dropping*) tinta, pedras ou objetos de janelas ou coberturas de edifícios. Desta forma, estavam a criar arte de forma

105 Dolores Hayden, *Op. Cit.*, p 181.

106 Monique Eleb, Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, p 52.

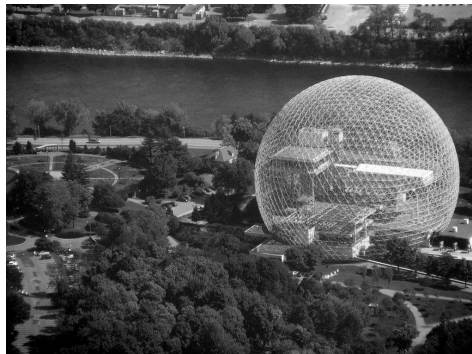
107 Do latim *communis*, refere-se a uma comunidade de pessoas a viver juntas partilhando, geralmente, não só interesses e valores mas também propriedade, recursos, rendimentos e bens.

108 Lyman Tower Sargent, *Utopianism: A Very Short Introduction*, p 60.

109 O termo *happening* ou ‘acontecimento’ foi inicialmente utilizado por Allan Kaprow em 1959 para descrever a forma de expressão artística em que a performance, o imprevisto e a participação do público convergem para criar eventos ou situações únicas.



[43] Cúpula sobre Manhattan, Buckminster Fuller e Shoji Sadao, 1960



[44] Pavilhão americano na exposição mundial de Montreal, Buckminster Fuller, Canadá, 1967



As ideias inovadoras de Buckminster Fuller não se limitaram à escala do edifício. Com esta icónica imagem do urbanismo utópico, em 1960 propõe uma 'cúpula' (de mais de 3 km de diâmetro) que, ao cobrir parte de Manhattan, permitiria controlar a atmosfera e o consumo de energia.



[45] Drop City, Colorado, EUA, 1967



[46] Ecoaldeia de Tamera, Odemira, Portugal, 1995 [ano da fundação]

espontânea, observando a reação de uma sociedade que consideravam ser cada vez mais materialista.¹¹⁰

Três anos mais tarde, em conjunto com JoAnn Bernofsky e Richard Kallweit continuam esse projeto artístico com o intuito de criar uma peça de *Drop Art* onde fosse possível viver. Impressionados pelo potencial das cúpulas geodésicas de Buckminster Fuller e ideias de Steve Baer,¹¹¹ começaram por construir, num terreno do Colorado, uma estrutura de cerca de 5,5 metros de diâmetro - com materiais recuperados, como madeira e tejadilhos de automóveis - onde viviam em coletivo explorando novas relações de família, trabalho e criatividade. À medida que foram atraindo outros artistas, escritores ou inventores, mais cúpulas e outras estruturas foram construídas formando-se assim aquela que é considerada a primeira comuna *hippie*.

A paradoxal atenção mediática (tendo em conta o relativo isolamento geográfico e o carácter de contracultura) e a consequente atração desmedida de visitantes acabaram por contribuir, nos anos 70, para o seu fim. Apesar disso, este grupo que celebrava o trabalho criativo contribuiu para o aparecimento de muitas comunidades e tornou-se um laboratório de construção experimental. Para além das suas ambições sociais radicais - que incluíam a inexistência de propriedade privada, hierarquias, violência ou discriminação - com as interpretações das cúpulas geodésicas e de outros sistemas estruturais geométricos ou a aplicação de sistemas passivos de energia solar, o seu impacto na cultura arquitetónica e tecnológica prolongou-se para além da sua curta duração.¹¹²

Finalmente, este percurso despertado pela insatisfação e definido pela proposta de diferentes formas de organização social é, mais recentemente, marcado por dois movimentos: as ecoaldeias¹¹³ e o *cohousing*.¹¹⁴ O facto destes conceitos terem alguns pontos em comum faz com que sejam frequentemente associados, tanto na literatura relativa a um tema como ao outro, pelo que é pertinente distingui-los. Note-se que as ecoaldeias se definem como comunidades que

110 Joan Grossman, *Drop City* [Documentário], Los Angeles: Seveith Art Releasing, 2012.

111 Engenheiro, inventor e pioneiro nas áreas da tecnologia de energia solar e do desenho geométrico de construções conhecidas como 'zomes'.

112 Joan Grossman, *Drop City* [Documentário], 2012.

113 O termo *eco-village* foi introduzido por George Ramsey em 1978 numa conferência sobre aplicação de energia passiva na construção. George Ramsey, "Passive Energy Applications for the Built Environment", *First World Energy Conference*, Association of Energy Engineers, Fairmont Press, 1979, p 239.

114 Lyman Tower Sargent, *Utopianism: A Very Short Introduction*, p 62-63.



[47] Comunidade de *cohousing* de Trudslund, Birkerød, Dinamarca, 1981

têm como objetivo a sustentabilidade - ecológica, económica, cultural e social. Esta última, a dimensão social, poderá representar uma das razões pelas quais as ecoaldeias são, por vezes, consideradas um subgrupo do *cohousing*, no entanto, é importante salientar que a dimensão ecológica assume nestas comunidades um ponto primordial. Para além de se localizarem, frequentemente, em áreas rurais, a redução no consumo de energia e recursos, a produção de energia renovável, a reciclagem de materiais e água, a adoção de rotinas diárias ecologicamente responsáveis ou, por exemplo, a possibilidade de construir a própria casa, são algumas das prioridades de quem vive em ecoaldeias.¹¹⁵

Por outro lado, quando se diz que a dimensão ecológica não é a central nas comunidades de *cohousing* não quer dizer que ela não existe. Antes pelo contrário, essa é atualmente uma das preocupações mais presentes em grupos que procuram esta alternativa, pelo que há cada vez mais estudos que nos oferecem uma perspetiva ecológica sobre o *cohousing*. Indícios que nos ajudam a compreender de que modo o *cohousing* poderá evoluir para uma forma de habitação com menor impacto ambiental são, por exemplo, a adoção e partilha pelo grupo de tecnologias mais sustentáveis, a possibilidade de admitir uma maior densidade (se pensarmos que as áreas privadas podem ser menores que noutros tipos de habitação) ou o incentivo do grupo ao individual no que diz respeito a atitudes ambientalistas.¹¹⁶ Contudo, é importante salientar que o *cohousing* tem origem num objetivo específico de criação de comunidade através da melhoria das relações sociais.

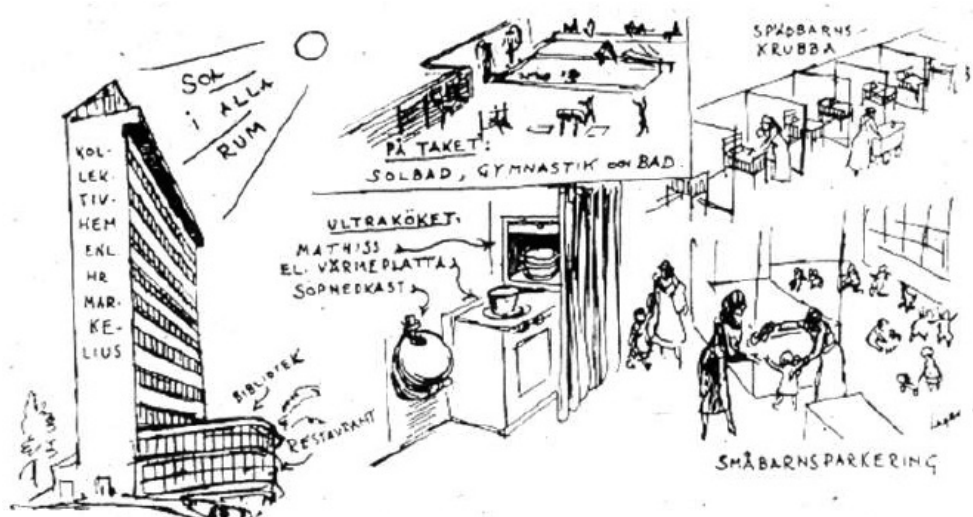
“*Children Should Have One Hundred Parents*” e “*The Missing Link between Utopia and the Dated Single Family House*” são títulos de artigos publicados em jornais dinamarqueses, em 1967 e 1968 respetivamente, que refletem a insatisfação de um grupo de pessoas em relação às opções de habitação tradicionais.¹¹⁷

A ambição por uma alternativa - uma nova forma habitacional que, redefinindo o conceito de vizinhança e comunidade presente nas aldeias, se enquadrasse nos estilos de vida contemporâneos - levam, nos anos 70, à criação das primeiras comunidades de *cohousing* na Dinamarca.

115 Bella Marckmann; Toke Haunstrup Christensen; Kirsten Gram-Hanssen, “*Sustainable Living and Co-Housing: Evidence from a Case Study of Eco-Villages*”, *Built Environment*, vol 38, n.º 3, 2012, p 415-419.

116 Bella Marckmann; Toke Haunstrup Christensen; Kirsten Gram-Hanssen, *Ibidem*, p 414.

117 O segundo destes, escrito pelo arquiteto Jan Gudmand-Hoyer após uma primeira tentativa falhada de criar uma comunidade de habitação em 1964. Lucy Sargisson, *Second-Wave Cohousing: A Modern Utopia?*, *Utopian Studies*, vol 23, n.º 1, 2012, p 28-56.



[48] Algumas das ideias de Alva Myrdal e Sven Markelius apresentadas numa reunião de mulheres profissionais, Suécia, 1932. Alva Myrdal escreve em 1932: “*Urban housing, where twenty families each in their own apartment cook their own meat-balls, where a lot of young children are shut in, each in his or her own little room - doesn't this cry for an overall planning, for a collective solution?*”. Dick Urban Vestbro, “*History of Cohousing - Internationally and in Sweden*” in *Living together - Cohousing Ideas and Realities Around the World*, Stockholm: Division of Urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p 47.

Tal como nos exemplos abordados até aqui, também estas comunidades se destacam pelo equilíbrio entre a vida privada e coletiva. Do ponto de vista formal, esse equilíbrio reflete-se na presença de espaços para uso coletivo, frequentemente localizados numa 'casa comum'. Com cozinha, sala de refeições, lavanderia, sala de convívio ou sala de ferramentas, essa casa comum partilhada pelo grupo de pessoas que pertence à comunidade serve de complemento às residências familiares autossuficientes. Outras estratégias fazem parte deste desenho deliberadamente social: a colocação do estacionamento numa das extremidades do conjunto que permite que as ruas internas sejam pedonais ou a definição de relações visuais entre as diversas partes do conjunto.

Além das características formais, o sentido de comunidade é reforçado pelo conjunto de regras e acordos que se estabelecem de forma democrática, tendo por base o consenso entre os habitantes. Essas decisões dependem dos objetivos do grupo, mas incluem frequentemente a realização de reuniões, refeições e outras atividades em conjunto, a autogestão, a partilha de tarefas e de responsabilidade e o trabalho em conjunto para o bem comum.¹¹⁸

Apesar da adaptação do conceito a outras realidades, nomeadamente a outros tipos de implantação que exigem estratégias de desenho diferentes, é na conjugação destas características - formais e sociais - que se identifica e distingue o *cohousing* de qualquer outra tipologia habitacional. Formalmente, um edifício em que é aplicado o *cohousing* poderia ser comparado a um edifício coletivo com equipamentos e serviços comuns, no entanto, a dimensão social do conceito requiere um certo grau de **intencionalidade de vida em comum** que se não existir pode comprometer as relações entre os habitantes e, eventualmente, gerar conflitos.

Neste mesmo sentido, abordar o *cohousing* a esta escala passa, inevitavelmente, pela menção de um conjunto de projetos de habitação coletiva. Apesar de não serem palco para o desenvolvimento de comunidades intencionais, estes exemplos constituem antecedentes importantes e contribuem para o nosso entendimento do que são e do que poderão ser edifícios de *cohousing*.

De facto, o desenho de modelos de habitação coletiva com serviços e espaços comuns nos quais se conjugam as esferas pública e privada, não acontece apenas como resultado de visões sociais e políticas mas também como soluções práticas (ou económicas) de resposta a necessidades do dia-a-dia.

118 Kathryn McCamant; Charles Durrett, *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, 1988.



[49] Imagem do filme 'Kommunalka', Françoise Huguier, 2008

“If there is an infinite aspect to space, it is not its expansion but its reduction. (...) In the USSR, the living quarters' minimum per person is 9 square meters. We should have considered ourselves lucky, because due to the oddity of our portion of the enfilade, the three of us wound up with a total of 40 meters. (...) Apart from an excess of thirteen square meters, we were terribly lucky because the communal apartment we had moved into was very small. That is, the part of the enfilade that constituted it contained six rooms partitioned in such a way that they gave home to only four families. Including

ourselves, only eleven people lived there. As communal apartments go, the dwellers can easily amount to a hundred. The average, though, is somewhere between twenty-five and fifty. Ours was almost tiny.

*Of course, we all shared one toilet, one bathroom, and one kitchen. But the kitchen was fairly spacious, the toilet very decent and cozy. As for the bathroom, Russian hygienic habits are such that eleven people would seldom overlap when either taking a bath or doing their basic laundry. The latter hung in the two corridors that connected the rooms to the kitchen, and one knew the underwear of one's neighbors by heart.”**

* Joseph Brodsky, "In a Room and a Half", *Less Than One: Selected Essays*, New York: Farrar, Straus, Giroux, 1986, p 452-454.

Dick Urban Vestbro destaca o aparecimento de edifícios de Cozinha Central nas primeiras décadas do século XX em diversas cidades europeias. Copenhaga, Estocolmo, Berlim, Zurique ou Londres são alguns exemplos onde se construíram edifícios nos quais, através de um pequeno elevador ligado à cozinha central, os habitantes podiam receber refeições nas suas residências privadas.

O autor prossegue realçando o caso da Suécia em que se seguiram outras ideias funcionalistas de edifícios com cozinha comum, espaço para refeições, creches, lavandaria ou espaços para praticar desporto. Perante uma sociedade patriarcal, esta visão funcionalista chamou, num período inicial, sobretudo a atenção de grupos feministas que encaravam a simplificação das tarefas domésticas como uma forma de libertar a mulher para uma vida profissional mais ativa. O que começou como uma tentativa de alcançar uma forma de vida mais racional através da prestação de serviços aos habitantes, passou a ter um sentimento coletivo e comunitário e foi substituído, nos anos 80, por um modelo colaborativo e de autogestão. Aparecem assim os primeiros edifícios de *cohousing* na Suécia.¹¹⁹

Também na União Soviética perspectivas revolucionárias sobre a vida quotidiana num cenário de tensão económica e grave crise social resultaram na experimentação arquitetónica.

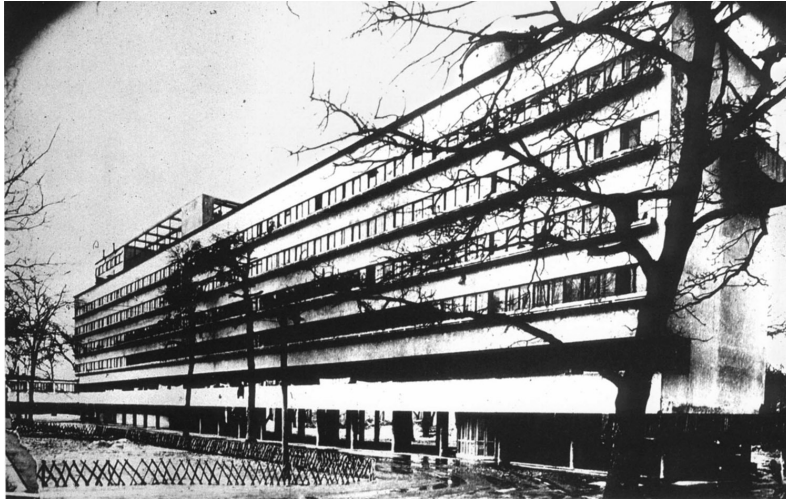
O panorama de crise do pós 1ª Guerra Mundial e Revolução Russa foi amplificado pelo ‘comunismo de guerra’ que levou, por exemplo, à nacionalização de terrenos e abolição de propriedade privada. Apartamentos privados, até então habitações para uma família, foram transformados em apartamentos comuns - ‘*kommunalka*’ - nos quais foi realojada a classe trabalhadora. A cada família era atribuído apenas um quarto sendo que a cozinha, entrada e quarto de banho eram espaços utilizados pelas várias famílias que viviam no apartamento.¹²⁰

Uma das respostas à escassez habitacional provocada pelo rápido aumento da população nas cidades durante os anos da Nova Política Económica,¹²¹ foi o modelo experimental de projetos de habitação coletiva, *dom-kommuna*. O

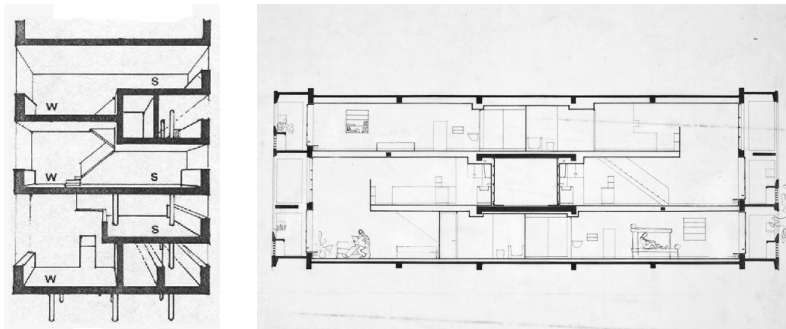
119 Dick Urban Vestbro, “History of Cohousing - Internationally and in Sweden” in *Living together - Cohousing Ideas and Realities Around the World*, p 42-55.

120 Os apartamentos comuns tornaram-se parte da cultura russa e ainda hoje podem ser encontrados exemplos desta forma de vida em comum.

121 Período entre 1921 e 1928 (em que, por exemplo, a população em Moscovo duplicou) que interrompeu o ‘comunismo de guerra’ na tentativa de reconstruir a economia através da liberalização do mercado. Daniel Movilla Vega, “Housing and Revolution: From the Dom-Kommuna to the Transitional Type of Experimental House (1926–30)”, *Architectural Histories*, 8(1): 2, 2020, p 1-16.



[50] Edifício Narkomfin, Moisei Ginzburg e Ignaty Mili, Moscovo, Rússia, 1932



[51] Corte transversal pelo Edifício Narkomfin

[52] Corte transversal por duas células duplex organizadas à volta de uma 'rua interior' da Unité d'Habitation de Marselha



[53] Unité d'Habitation, Le Corbusier, Marselha, França, 1952

desenvolvimento desta nova tipologia habitacional tinha ainda como objetivo, ao introduzir diversidade programática na habitação, incentivar padrões de comportamentos coletivos no sentido de redefinir a ‘família socialista’. Foram desenvolvidas várias propostas em que, para além da linguagem moderna, a realidade económica levou à adoção das ideias do *Existenzminimum* utilizadas na Alemanha no mesmo período.

Entre vários projetos, o edifício Narkomfin foi desenvolvido como protótipo por Moisei Ginzburg e Ignaty Mili em 1928. Neste edifício, 54 habitações privadas (ao longo do volume principal) e espaços coletivos (no volume mais pequeno) são ligados por uma passagem coberta. Diferentes tipologias de apartamentos foram desenhadas e a interação entre os habitantes era encorajada tanto pela utilização de galerias nos acessos às residências como pelos equipamentos e serviços comuns - cozinha, ginásio, sala de refeições.

Apesar das alterações ao projeto original este edifício completado em 1932, tornou-se um ícone do Modernismo Soviético. Os princípios sociais, espaciais e construtivos estudados por Ginzburg e aqui aplicados, chamaram a atenção dos seus contemporâneos europeus que estudavam novas formas de organização habitacional. Entre eles, Le Corbusier.¹²²

O desenho de apartamentos duplex, a combinação de várias tipologias, a mistura programática de habitação, serviços e equipamentos, o piso térreo livre, ou a presença do espaço recreativo na cobertura tiveram, certamente, influência nas unidades de habitação de Le Corbusier.

Depois de abordar o tema no projeto do Immeuble-Villas, na Unité d'Habitation de Marselha, o arquiteto teve a oportunidade de colocar em prática o estudo da combinação de espaços privados e equipamentos coletivos num único edifício.

Com o objetivo de realojar vítimas de bairros destruídos na cidade durante a 2ª Guerra Mundial, este edifício contém 337 apartamentos com variações tipológicas e, para além do espaço coletivo na cobertura - com ginásio, piscina ou escola - tem também uma área comercial de dois andares - com hotel, bar, restaurante, lavandaria, padaria, cabeleireiro e outros espaços e serviços comunitários - que proporcionam o encontro e contacto entre os habitantes, o que reforça o carácter social do projeto.¹²³

122 Daniel Movilla Vega, “*Housing and Revolution: From the Dom-Kommuna to the Transitional Type of Experimental House (1926–30)*”, 2020, p 2-14.

123 Le Corbusier; Willy Boesiger (ed.), *Le Corbusier: Oeuvre Complète 1946-1952* (1953), 6.ª ed., Zurich: Les Editions d'Architecture, 1970, p 102.



[54] Tietgen Dormitory, Lundgaard & Tranberg Architects,
Copenhaga, Dinamarca, 2005



[55] Linked Hybrid, Steven Holl Architects, Pequim, China, 2009



[56] Edifício de apartamentos e escritórios Schwitter, Herzog & de
Meuron, Basileia, Suíça, 1988

Xavier Monteys e Pere Fuertes denotam como a tendência de desaparecimento de edifícios de habitação coletiva com serviços comuns se pode relacionar com as ‘suspeitas que o coletivo comporta’ no contexto de uma realidade social bastante diferente da existente durante o segundo pós-guerra.¹²⁴

De facto, hoje a partilha de espaços no âmbito da habitação está frequentemente direcionada a grupos de população específicos, como em residências para estudantes ou para idosos, ou então limitada a escassos serviços ou equipamentos comuns. Também o olhar sobre estratégias de desenho de projetos desta natureza, em que o encontro entre coletivo e individual é uma característica inerente, deve ser valorizado. É o caso do Tietgen Dormitory em Copenhaga que combina residências individuais, espaços comuns e um grande pátio aberto, integrando de forma gradual o privado, o coletivo e o público. Por outro lado, o complexo habitacional Linked Hybrid em Pequim, procura opor-se à ideia de ‘edifício objeto’ que caracteriza as grandes cidades, a partir da criação de um espaço de uso público organizado entre os volumes das diversas torres. Desta forma, um espaço exterior permeável à cidade e com serviços públicos recebe um conjunto de oito edifícios de apartamentos que se unem, do 12º ao 18º andar, por uma série de passagens elevadas. Para além de complementarem os equipamentos presentes nas torres (como ginásio, bar, lojas ou galerias) estes percursos pretendem gerar encontros entre os habitantes num espaço comum que contrarie o (cada vez maior) isolamento e privatização da cidade.¹²⁵

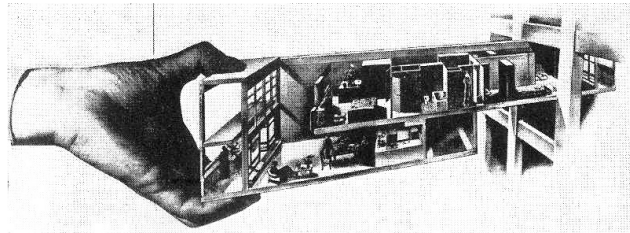
Monteys e Fuertes prosseguem o seu raciocínio sobre o bloco habitacional referindo a ideia de ‘casa dispersa’ pelo edifício. Como um quarto de hotel que serve de quarto de visitas aos apartamentos da Unité d’Habitation, ou um terraço privado que se separa do apartamento para conseguir melhor orientação, no edifício Schwitter em Basileia. Para além de admitir organizações familiares mais diversificadas, uma casa dispersa que se opõe à unidade compacta dentro do edifício, permite uma maior flexibilidade e variedade de espaços.¹²⁶

Apesar de não estar necessariamente dependente da existência de espaços comuns, não será este conceito uma das características principais do *cohousing*? Uma unidade com uma certa autonomia que é complementada por um conjunto de equipamentos, neste caso de uso coletivo ou público, que se podem distribuir

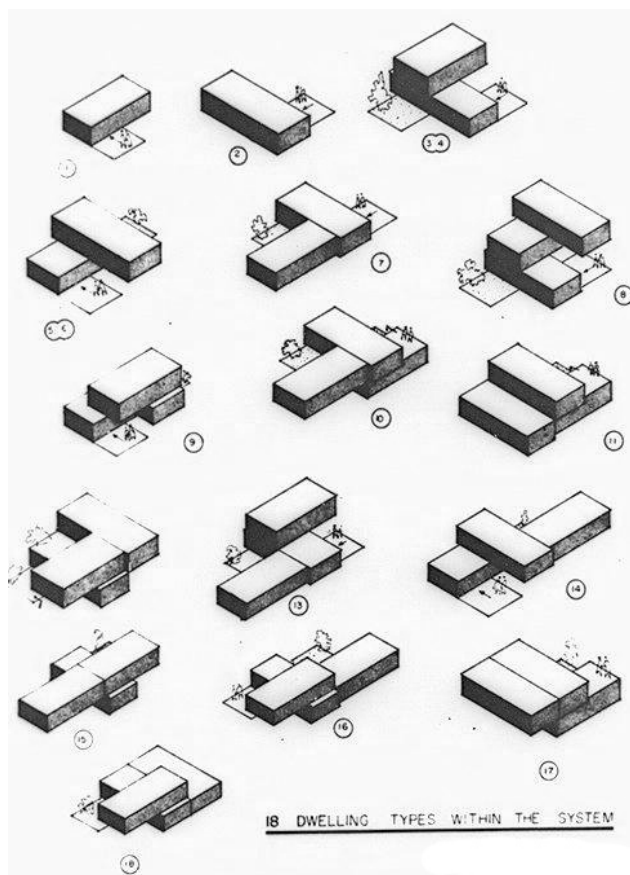
124 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p 144.

125 Fernando Márquez Cecilia (ed.); Richard Levene (ed.), “Steven Holl Architects: 2003-2008”, *El Croquis*, n.º141, El Croquis Editorial, 2008, p 228-232.

126 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Op. Cit.*, 2001, p 146-147.



[57] Como uma garrafa numa garrafeira, o apartamento é um elemento completo. Unité d'Habitation, Le Corbusier, Marselha, França, 1952



[58] Módulos pré-fabricados associam-se formando a composição. Habitat 67, Moshe Safdie, Montreal, Canadá, 1967

ao longo do edifício ou do terreno. Sendo que os espaços coletivos de um projeto de *cohousing* idealmente serão entendidos como uma extensão da unidade privada, poderão talvez ser interpretados como parte de uma verdadeira ‘casa dispersa’.

Se por um lado a definição de variações em que se apresentam unidades privadas ‘completas’ contrasta com a ideia de casa dispersa, a verdade é que quando o tema é *cohousing* - ou outro tipo de comunidade intencional - o espaço da casa não se limita nem à célula individual, nem à unidade privada.

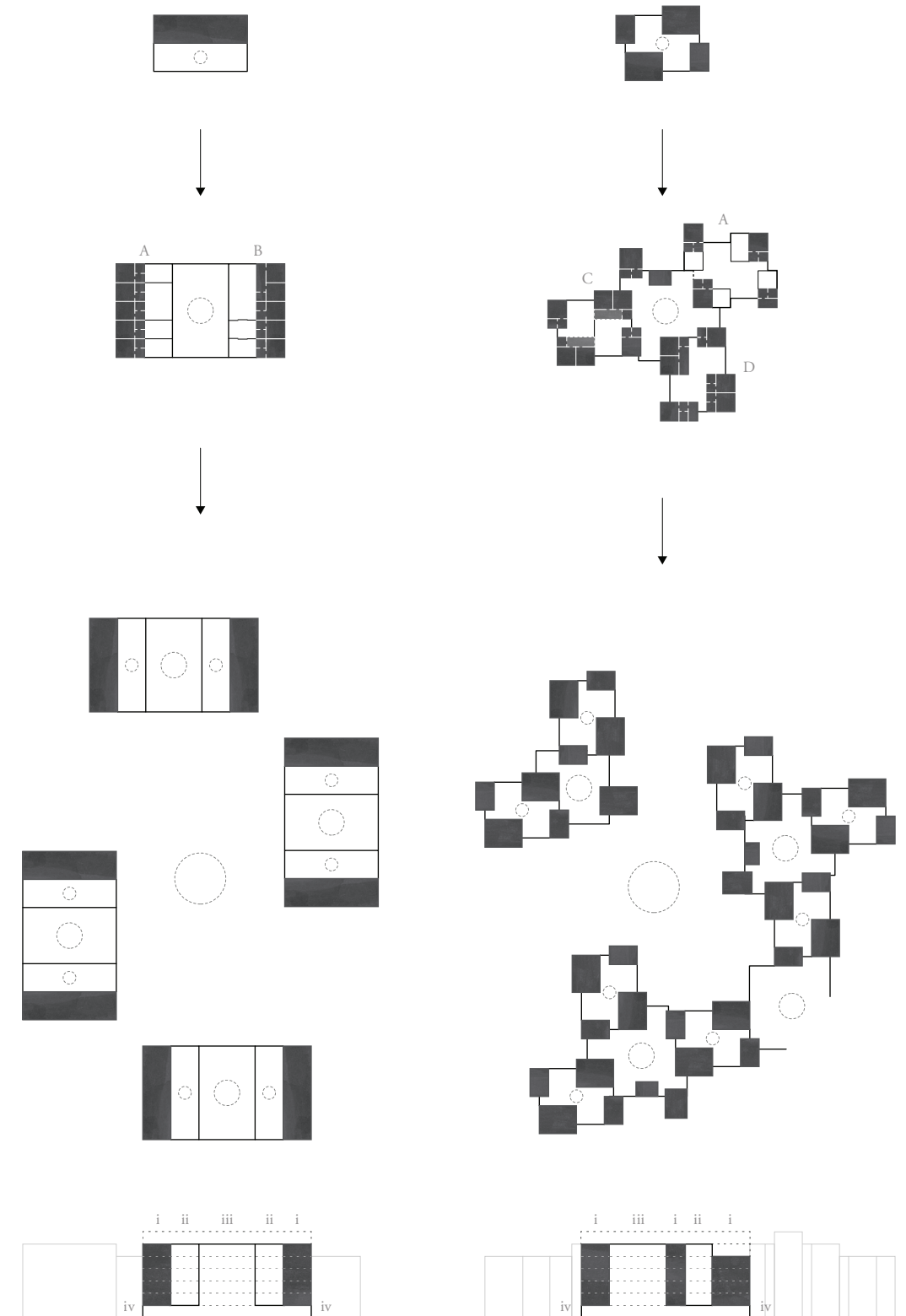
Como foi possível verificar ao longo deste capítulo, são inúmeras as extensões da casa que podem servir um conjunto alargado de pessoas. Dos equipamentos que participam na simplificação das tarefas do dia-a-dia, como lavanderia, espaço de trabalho, sala de ferramentas, creche ou quarto de hóspedes, aos espaços comuns que, como uma alternativa aos espaços privados, contribuem para o desenvolvimento do sentido de comunidade, como é o caso da existência de uma cozinha comum, de sala de refeições ou de salas de convívio.

E "*Si el modo de habitar influy en la forma de la casa y en la autonomia de sus piezas*",¹²⁷ na ‘arquitetura do comum’ é evidente a diversidade de estratégias que podem ser adotadas. Como um tipo de organização central, que tem acompanhado a existência destas comunidades desde a arquitetura monástica, passando pelos ‘palácios sociais’, até às abordagens contemporâneas ao conceito. A organização por estratos, em que num edifício se combinam áreas coletivas (frequentemente nos primeiros ou nos últimos pisos) e áreas privadas. Ou uma estratégia mais complexa em que, num grande volume, uma composição ‘flutuante’ de cheios e vazios define aqueles que são os espaços privados e coletivos.¹²⁸

Ao passo que os dois primeiros casos podem seguir a lógica estrutural da Unité d’Habitation de Marselha (em que o apartamento é um elemento completo em si mesmo e pode ser ‘colocado’ no edifício que tem um esqueleto de betão armado), na organização mencionada por último existe a necessidade de olhar para outros tipos de sistemas estruturais. Nomeadamente a utilização de paredes portantes ou a integração da estrutura nos próprios elementos individuais que compõem o edifício, de forma a obter a diversidade de espaços que caracteriza essa arquitetura. É precisamente isso que acontece no projeto experimental do Habitat 67, construído para a Exposição Mundial de Montreal, em que

127 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, 2001, p 148.

128 Monique Eleb, Sabri Bendimérad, *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*, p 372-373.



[59] Íntimo (i), Privado (ii), Coletivo (iii), Público (iv). Duas estratégias de desenho, escala 1:1500

módulos pré-fabricados se associam de várias maneiras para formar diferentes unidades privadas, que no seu conjunto produzem uma complexa composição volumétrica.¹²⁹

Acima de tudo, é importante recordar que estudar o *cobousing* a esta escala, é estudar o espaço da comunidade, o espaço entre o público e o privado. Ao articular a vida familiar (que acontece na unidade privada) e a vida pública (que acontece na cidade) esta é a escala central de um projeto de *cobousing*. De facto, será neste conjunto de espaços que se irão desenvolver as relações, as atividades e os encontros entre todos os habitantes que, ao escolher viver desta forma, têm certamente como objetivo o reforço dos laços sociais através da participação numa comunidade. Uma solução de habitação permanente que tenha por base o *cobousing* significa, a esta escala, a criação e coexistência de uma comunidade diversa, que vai partilhar espaços, serviços e momentos do dia. Neste sentido, independentemente dos graus de vida em comum que existem dentro das unidades privadas, é nos espaços partilhados do edifício que vai acontecer o convívio entre a totalidade dos habitantes. Consequentemente, é provável também que seja a escala em que vai acontecer, pela primeira vez, o contacto entre os diversos grupos domésticos.

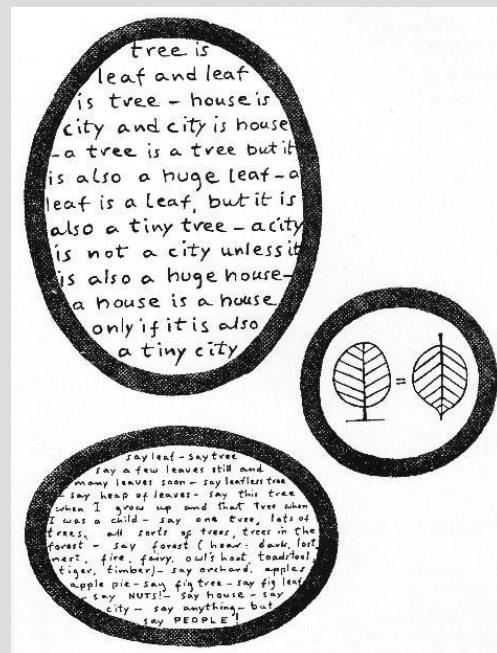
Sejam interiores ou exteriores, abertos ou fechados, de acesso público ou restrito à comunidade, estes espaços serão, acima de tudo, entendidos como locais de encontro. Sendo assim, utiliza-se o esquema apresentado para observar o modo como os diferentes graus de 'vida em comum' se relacionam, independentemente da estratégia de organização - de justaposição ou centralizadora - ou sistema estrutural que é adotado.

A partir do momento em que saímos do espaço íntimo (cheio), o nosso 'círculo social' (o grupo de pessoas com as quais desenvolvemos algum tipo de relação social) aumenta, logo a dimensão do espaço que recebe esse círculo é, também ela, cada vez maior. Na presente escala é evidente, mais uma vez, como as diferentes estratégias de agrupação das células individuais resultam em diferentes composições. Apesar disso, ao definir a associação de duas ou mais unidades privadas por piso, em torno de um espaço central, obtêm-se relações e graus de vida em comum equivalentes.

A atenção que deve ser dada aos espaços que nos levam do público ao privado, reflete-se no aumento da sua área ou na valorização da entrada de luz natural, no sentido de transformar um espaço de transição num espaço de

129 Xavier Monteys; Pere Fuertes, *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, p 147-148.

permanência. São, não só os espaços de chegada e de distribuição, como também os que estabelecem a ligação entre os vários elementos da referida 'casa dispersa': os equipamentos e serviços coletivos que vão complementar as unidades privadas. Por essa razão, também os acessos, sejam eles verticais ou horizontais, desempenham um importante papel no modo como os habitantes se relacionam nos espaços comuns. A distância física que uma construção demasiado vertical provoca é, claramente, um fator opositor ao contacto social e ao objetivo de privilegiar o acesso por escadas (e de remeter a utilização de elevador para segunda opção). Além disso, os movimentos dentro do edifício vão ser condicionados pela localização e pela forma de aceder aos equipamentos e serviços comuns. A distribuição de alguns desses espaços pelos pisos superiores do edifício não só permite manter a distância entre o público e o privado, como também de incentivar um movimento menos circunscrito dentro do edifício. Por outro lado, a concentração, no piso térreo, de programas que tenham a capacidade de servir a cidade, permite, ao edifício e à comunidade, ter uma participação mais ativa no contexto em que se inserem.



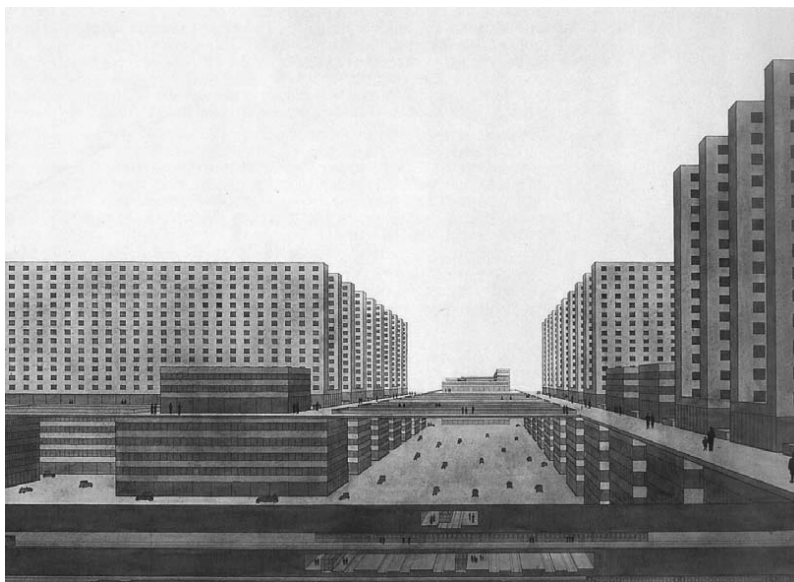
iv. Público utopia como estratégia

* Leaf Tree Diagram, Aldo Van Eyck, 1962

De forma intuitiva e poética, Aldo van Eyck exprime a relação de reciprocidade que existe entre casa e cidade. O contexto e a singularidade são apresentados numa analogia entre arquitetura e natureza em que a parte, não deixando de ser uma entidade própria, é também o todo, e vice-versa. A ideia de um todo guia a criação de cada uma das partes que, por muito pequenas que sejam, nunca são concebidas de forma isolada. O olhar sobre a cidade é fundamental no processo de projeto de um objeto, seja ele uma casa, um edifício ou um conjunto de edifícios. Desta forma, é possível ser informado das lógicas urbanas, de como as pessoas usam e se movimentam nos espaços ou das necessidades que ainda não estão satisfeitas. Por sua vez, quando se projeta um pedaço de cidade, a adoção de um conjunto de regras e de uma perspectiva racional não se deve sobrepor à experiência quotidiana de quem usará esses espaços. Esta intenção de diminuir a separação entre o que é arquitetura e o que é urbanismo, culmina com a introdução da escala humana. “*Say house – say city – say anything – but say PEOPLE!*” pode ser lido como uma reação ao urbanismo modernista da primeira metade do século XX.¹³⁰

A Cidade Contemporânea para 3 Milhões de Habitantes, apresentada por Le Corbusier em 1922 e a Cidade Vertical apresentada por Ludwig Hilberseimer dois anos mais tarde são duas propostas que refletem a racionalidade

130 Karin Jaschke, “*City Is House and House is City: Aldo van Eyck, Piet Blom and the Architecture of Homecoming*” in *Intimate Metropolis: Urban Subjects in the Modern City*, ed. V. di Palma, D. Periton e M. Lathouri, London - New York: Routledge, 2009, p 175 – 177.



[60] Cidade Vertical, Ludwig Hilberseimer, 1924

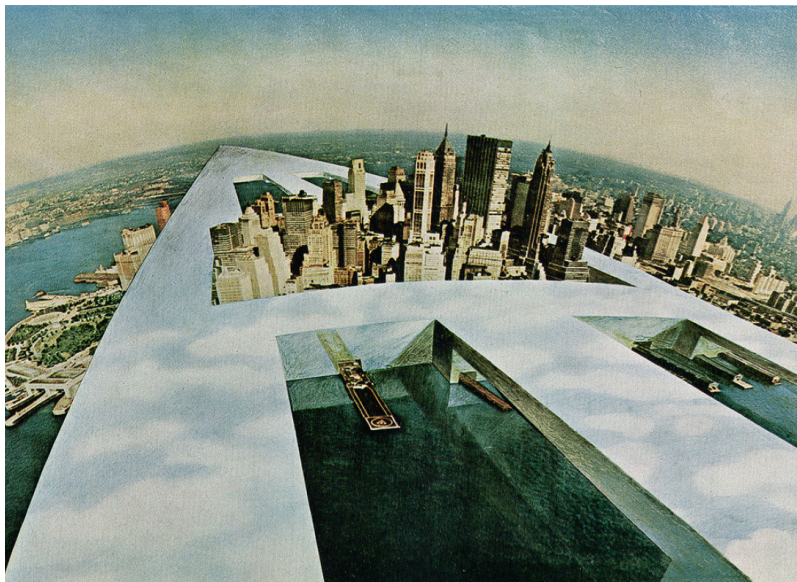
característica desse período. A primeira, um exercício teórico para chegar aos princípios fundamentais do planeamento urbano, parte de um sítio ideal, plano e vazio em que os edifícios de diferentes tipologias se distribuem conforme a sua função. Centro de negócios, zona habitacional, espaços de desporto e zona industrial são ligados por um conjunto de vias e complementados por uma grande quantidade de áreas verdes. Por outro lado, Hilberseimer propõe também um sistema organizacional rígido, mas em que as funções são distribuídas na vertical. Nesta *Hochhausstadt* (Cidade Vertical) existe apenas uma tipologia, que engloba habitação e espaços de trabalho no mesmo edifício, resolvendo assim o problema das deslocações horizontais que o arquiteto identificava no projeto de Le Corbusier. O resultado é uma configuração urbana dominada pela repetição de uma unidade - a parte multiplica-se indefinidamente até formar o todo - em que a individualidade é anulada por uma coletividade imposta e uniforme.¹³¹

Estes dois casos, à semelhança do que acontece em cidades que foram efetivamente construídas, como Brasília, pretendem dar uma resposta ao caos que a introdução do automóvel provocara na 'cidade tradicional'. As objeções a esta abordagem demasiado radical e funcional são evidentes, destacando-se o arquiteto Jan Gehl que, com base nos seus estudos sobre espaço público realizados desde os finais dos anos 60, chama a atenção para algumas das suas consequências negativas: ruas demasiado largas, caminhos demasiado longos para serem percorridos a pé e a desconsideração do espaço público enquanto espaço de encontro.¹³² Apesar disso, é inquestionável a influência que estas conceções tiveram no estudo do urbanismo e na aplicação do pensamento utópico na arquitetura.

É o caso da ideia de repetição infinita de um elemento mínimo, visitada novamente pelo grupo Superstudio que, entre 1969 e 1972, apresenta, através de uma série de imagens, o Monumento Contínuo. Desenvolvido como uma crítica e alerta para as consequências da redução da arquitetura e do urbanismo a uma estrutura rígida, foi também uma oportunidade de estudar um sistema social alternativo em que uma rede homogénea de energia e informação seria a base para uma distribuição ordenada e racional dos recursos. Representado através de um único gesto, seria uma estrutura regular constituída através da multiplicação infinita do cubo, que poderia ser aplicada em qualquer lugar e que, ao satisfazer

131 Peter Trummer, "The City as an Object: Thoughts on The Form of the City", *Log*, n.º 27, Anyone Corporation, 2013, p 52.

132 Jan Gehl, *Cities for People*, Washington - Covelo - London: Island Press, 2010, p 194-197.



[61] Monumento Contínuo em Nova Iorque, Superstudio, 1969

as suas necessidades básicas, libertaria o indivíduo do trabalho, da propriedade ou da necessidade de residência fixa.¹³³

Esta ‘possibilidade de uma arquitetura absoluta’,¹³⁴ resultante da repetição do elemento mais básico - que na Cidade Vertical era constituído pela tipologia de habitação e de trabalho, no Neue Stadt de Oswald Mathias Ungers seriam os espaços mais privados do apartamento e para Hannes Meyer seria a célula individual - poderá ser explorada no contexto do *cohousing*. A célula individual, já estabelecida como elemento mínimo e comum a todos, teria então a flexibilidade para se desenvolver e repetir em qualquer lugar, participando ativamente no desenho urbano, num sistema em que a singularidade e o contexto são dependentes e se influenciam mutuamente.

Claramente fator de referência ao longo deste estudo, a dimensão utópica tem ganhado relevo à medida que se aumenta a escala. Está presente em propostas totalizantes como a Cidade para 3 Milhões de Habitantes ou a Cidade Vertical mas também aparece sob a forma de propostas de organização social alternativas, como são as comunidades intencionais. E é precisamente pela amplitude do pensamento utópico e pela sua estreita relação com o pensamento arquitetónico que se torna relevante falar de utopia quando se fala de *cohousing*.

Apesar de serem demasiado complexas para aplicação absoluta, as utopias obrigam-nos a olhar para o todo. Como se tratasse de um modelo informativo - note-se como Corbusier utiliza os estudos urbanísticos mais grandiosos e os adapta aos contextos onde intervém - a observação global influencia as partes que são, de facto, realizáveis. Além disso, é impossível negligenciar o papel da utopia na formulação da imaginação social.¹³⁵ Seja com maior ou menor êxito, é a convicção em ‘tornar as coisas melhores’ que leva Corbusier e Hilberseimer mas também Owen, Fourier ou Godin a preocuparem-se com as formas sociais e em como as acolher.

133 Superstudio, *Supersurface: An Alternative Model for Life on the Earth* [Filme], New York: Marchi Produzioni, 1972.

134 Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, Cambridge - London: The MIT Press, 2011.

135 Nathaniel Coleman, *Utopias and Architecture*, London – New York: Routledge, 2005, p 3.

*“Ella está en el horizonte - dice Fernando Birri - Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.”*¹³⁶

Após uma reflexão crítica do contexto social, político, económico e religioso em que se encontrava a Europa no século XVI, Thomas More dá-nos a conhecer, pela voz do (fictício) navegador português Rafael Hitlodeu, a ilha de Utopia.¹³⁷ Nesta obra, a perspetiva humanista é evidente não só na crítica inicial, mas principalmente na confiança no ser humano de utilizar a razão para construir um caminho alternativo, um futuro melhor. More descreve com algum detalhe como se vive em Utopia. Existem 54 cidades, todas elas semelhantes entre si, com a mesma arquitetura, a mesma língua e as mesmas leis. O dia de trabalho tem apenas seis horas, não existe propriedade privada e, apesar de totalitária, existe liberdade religiosa. É ainda de destacar o facto de as refeições nas cidades serem feitas em conjunto e das habitações serem ocupadas rotativamente de modo a evitar o apego aos bens materiais.¹³⁸

Claramente influenciada pelo espírito contemporâneo da era dos descobrimentos, é de notar que esta conceção teórica de Thomas More não deve ser interpretada como uma proposta ou um plano para o futuro. Representa sim um exercício de imaginação e reflexão crítica que propõe ao leitor olhar para o seu mundo através de uma nova perspetiva.¹³⁹

Apesar da alusão à tradição de pensamento que vem desde a Grécia antiga, com “A República” de Platão,¹⁴⁰ este conceito é uma característica do

136 Eduardo Galeano, *Las Palabras Andantes* (1993), 5.ª ed., Buenos Aires: Catálogos S.R.L., 2001, p 230.

137 Palavra criada por More do grego *ouk* (não) e *topos* (lugar) ao qual acrescenta o sufixo *ia* (que indica lugar). Esta tensão e dualidade entre afirmação e negação (um lugar que é um não-lugar) é reforçada pela introdução de um outro termo que utiliza para descrever a ilha, *eutopia* (lugar bom). Fátima Vieira, “The concept of utopia” in *The Cambridge Companion to Utopian Literature*, ed. G. Claeys, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p 4-5.

138 Thomas More, *Utopia: ou a melhor forma de governo* (1516), trad. e pref. Aires de Nascimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

139 Fátima Vieira, *Op. Cit.*, p 8.

140 Esta obra do século IV a.C., mencionada por More, toma a forma de diálogo socrático na qual é imaginada uma forma alternativa de organizar a sociedade e apresentada uma cidade ideal.

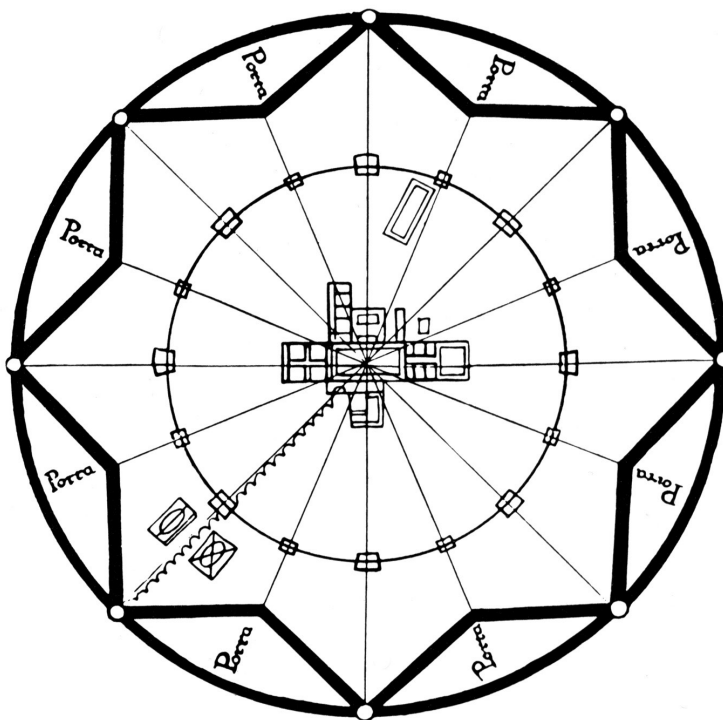
pensamento moderno. Torna-se não só o nome para lugares ideais e paradisíacos, como também inaugura um género literário - um tipo específico de narrativa que foi ganhando diferentes significados, e servindo novos interesses. Desde utopias sobre sociedades perfeitas, ecológicas ou feministas, passando pelas distopias, ou heterotopias, seja na representação literária, filmes ou projetos - tal como esta obra, as utopias que se seguem refletem, frequentemente, os problemas que são importantes no período em que os seus autores vivem.¹⁴¹

Perante a pluralidade de interpretações, Fátima Vieira analisa a visão particular do mundo que o discurso utópico exige, defendendo que passa pela adoção de um conjunto de raciocínios. Entre eles, o pensamento **prospetivo** que, tal como diz Fernando Birri, nos obriga a olhar para o horizonte, a ser ambiciosos. A autora acrescenta ainda a diferença deste em relação ao pensamento extrapolativo, em que as conclusões aparecem com base num reduzido número de dados. Nas utopias, o primeiro passo é estabelecer metas e apenas posteriormente uma estratégia para as alcançar. O pensamento **crítico**, essência da primeira parte do livro de Thomas More que se deve estender, para além da realidade atual, aos diferentes caminhos que podem ser seguidos de forma a analisar as potencialidades de cada um. O pensamento **holístico**, ou seja, um pensamento global consciente do facto de a sociedade funcionar por sistemas. Todos os aspetos estão ligados, por isso alterar um deles terá influência sobre tudo o resto. O pensamento **inclusivo**, que se baseia num debate alargado onde é discutido o interesse coletivo, não o individual. E por fim, o pensamento **criativo**, indispensável para a construção de conhecimento novo.¹⁴²

Da perspetiva de quem estuda arquitetura, este discurso é-nos familiar. Também o arquiteto olha para o que existe, imagina o que poderá existir e utiliza a criatividade para resolver os problemas que surgem ao longo do processo. Tal como a utopia, a arquitetura implica uma mudança e procura ter um impacto positivo na vida das comunidades. Mas poderá, como os socialistas utópicos e algumas propostas do movimento moderno ambicionam, um projeto de arquitetura mudar comportamentos?

141 Lyman Tower Sargent, *Utopianism: A Very Short Introduction*, New York: Oxford University Press Inc., 2010, p 42.

142 Fátima Vieira, “O legado de Thomas More” in *Colóquio Internacional Fronteiras da Utopia: História e Imaginário*, CHAM, Açores, 2016.



[62] Planta da cidade de Sforzinda do Libro Architecttonico, Filarete, 1457. A representação de ideais utópicos através da arquitetura está presente desde a tradição da Cidade Ideal do Renascimento. Através da descrição de Sforzinda, Filarete pretende mostrar uma alternativa ao duque de Milão do que poderá ser a sua cidade.

Em “*Collage City*”,¹⁴³ de Colin Rowe e Fred Koetter, é feita uma leitura crítica sobre a evolução do conceito de utopia desde os primeiros exemplos literários e as cidades ideais que serviam, principalmente, como instrumentos informativos, até ao ‘idealismo ingênuo da utopia ativista do período do pós-iluminismo’.¹⁴⁴

Esta perspetiva negativa da utopia enquanto projeto para o futuro, que passa pela resistência à ideia de *tabula rasa* sobre a qual as formas da arquitetura moderna poderiam, sim, influenciar e transformar o indivíduo e a vida social, é contra-argumentada por Nathaniel Coleman. Consequentemente, o autor chega mesmo a colocar em causa a existência de uma visão utópica nas propostas do movimento moderno criticadas, afirmando que a associação entre arquitetura e utopia requiere, entre outros pontos, um nível significativo de detalhe da transformação proposta, particularmente da sua dimensão social.¹⁴⁵

Tendo isso em conta, mais do que analisar a problemática entre arquitetura e utopia, pretende-se clarificar o estado do pensamento utópico contemporâneo e a influência que poderá ter nas formas alternativas de habitar.

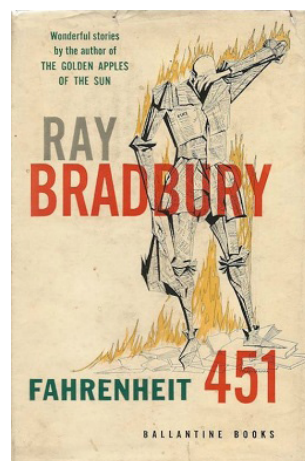
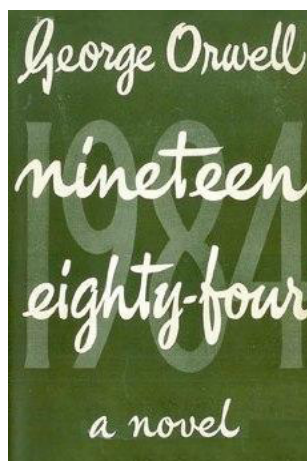
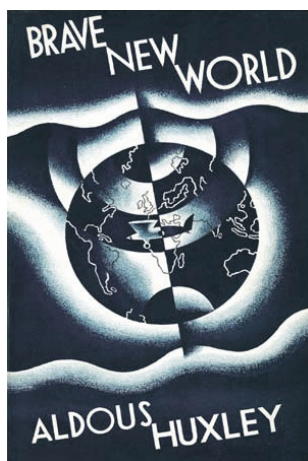
Na verdade, a ideia de totalitarismo e de um futuro completamente diferente a que estava associado o conceito de utopia desde finais do século XIX foi substituída por abordagens a uma escala menor e mudanças mais graduais.¹⁴⁶ Não esquecendo a sua perspetiva crítica do presente, hoje é considerado um **processo de transformação**, uma estratégia que poderá ter uma **função catalisadora**. O presente não é visto como uma realidade que tem de ser destruída e substituída por uma sociedade totalmente diferente (como no Plano Voison para Paris), mas como um ponto do qual se deve partir.

143 Ao método utópico da *tabula rasa* em que se baseava o planeamento modernista, opõe-se uma cidade que, como uma colagem, é composta pela *bricolage* de diferentes exemplos de arquiteturas históricas.

144 Colin Rowe, Fred Koetter, *Collage City*, Cambridge - Massachusetts - London: MIT Press, 1978, p 13-14.

145 A influência da utopia na arquitetura e na sua dimensão social é aprofundada na bibliografia referenciada do autor. Nathaniel Coleman, *Utopias and Architecture*, London - New York: Routledge, 2005, p 54.

146 A autora destaca as duas Guerras Mundiais, a aspiração utópica de Hitler de ‘purificar a raça humana’ e o colapso dos regimes comunistas como fatores que levaram à adoção de perspetivas maioritariamente realistas. Para além de levar ao domínio das distopias dentro deste género literário, esta estigmatização da utopia motivou a redefinição do seu campo de ação. Fátima Vieira, “*The concept of utopia*”, 2010, p 22.



[63] Na procura por uma sociedade perfeita está implícita uma mudança que por vezes se aproxima perigosamente de métodos controladores e totalitários. Durante o século XX, os ideais utópicos foram predominantemente expressos através de narrativas distópicas. Retratando visões negativas do desenvolvimento social e político, obras como Admirável Mundo Novo (1932) de Aldous Huxley, Mil Novecentos e Oitenta e Quatro (1949) de George Orwell, ou Fahrenheit 451 (1952) de Ray Bradbury exemplificam um tipo de discurso que, acima de tudo, nos pretende alertar para ‘o que pode correr mal’.

Neste contexto, e apesar de frequentemente recusarem o rótulo de utópicas, têm sido as comunidades intencionais, nomeadamente de *cobhousing*, as maiores manifestações do pensamento utópico colocado em prática.¹⁴⁷

Toda a narrativa construída até ao momento para situar o *cobhousing* no discurso utópico tem o objetivo, não só de salientar as semelhanças que se reconhecem entre o processo de desenvolvimento de cada um deles, como também de identificar problemas comuns que enquadram a abordagem projetual deste capítulo.

Ao mesmo tempo que defendem o *cobhousing* como um movimento importante na procura de novas soluções habitacionais, Jacopo Gresleri, Francesco Chiodelli, entre outros, chamam a atenção para a tendência que esta forma de organização alternativa tem de se isolar do contexto em que se insere.¹⁴⁸

De facto, tal como a ilha de Utopia (separada do resto do mundo) ou os ‘Parallelograms’ de Robert Owen (que se elevam numa plataforma), também algumas comunidades intencionais, em que a coabitação é aplicada, acabam por ser ‘espaços fechados’.¹⁴⁹ É importante sublinhar que este fenómeno não é de todo accidental, ou seja, na definição de objetivos, populações ou regras específicas, está implícita a dissociação, de determinada comunidade, do ambiente do qual se quer diferenciar. Esta distância, que pode acontecer por razões geográficas, ideológicas ou para garantir a segurança dos seus membros, traduz-se em aspetos físicos e resulta, geralmente, num campo de ação que não vai muito além dos seus limites físicos.

Da mesma forma que se verifica em projetos de *cobhousing*, também outros grupos, comunidades ou eventos em que a coabitação, a entreaajuda ou a partilha de recursos está presente, se defrontam com o problema da relação com ‘quem, ou o que não é, ou não pertence’. No sentido de aprofundar esta problemática, apresentam-se de seguida, três referências do ‘habitar em comum’ que, a três escalas diferentes (uma cidade, um quarteirão e um edifício), se relacionam com o que está à volta também de formas diferentes.

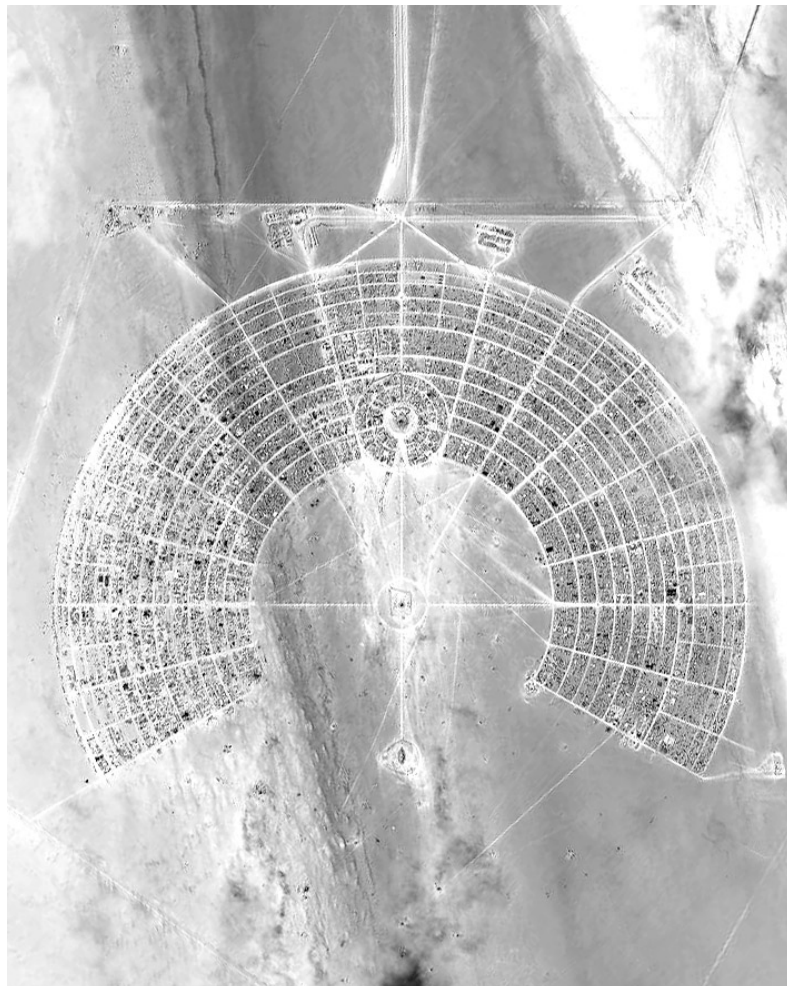
147 Lyman Tower Sargent, *Utopianism: A Very Short Introduction*, 2010, p 53.

148 Jacopo Gresleri, “*Space and Collectivity in the Mediterranean Culture*”, *Journal of Comparative Cultural Studies in Architecture*, n.º 11, 2018, p 11-12. Francesco Chiodelli; Valeria Baglione, “*Living Together Privately: For a Cautious Reading of Cobhousing*”, *Urban Research and Practice*, 7(1): 20-34, 2014.

149 Desde os mosteiros às comunas *hippies* é evidente como o objetivo de seguir ideias radicais, aliado à autossuficiência, reforçam o afastamento entre estas comunidades e o resto da sociedade.



[64] Gravura da ilha de Utopia presente na primeira edição da obra, 1516



[65] Imagem de satélite do Burning Man, Black Rock City, EUA, 2019



[66] Burning Man, Black Rock City, Nevada, EUA, anual desde 1986

O fundamento da partilha em que se baseia o *cobhousing* e que se prolonga por vários anos, está presente também, por exemplo, em festivais durante um curto período de tempo. A efemeridade é uma característica destes eventos. Encontra-se nas estruturas erigidas para abrigo, espetáculos ou serviços mas também no espírito comunitário. Durante um tempo limitado, esse espírito é levado ao extremo ao ponto de se abdicar da privacidade ou da necessidade do espaço individual.

Num deserto de cerca de 2500 km², a cidade efémera de Black Rock é o palco do Burning Man, um evento que desde 1986 foi evoluindo até atrair atualmente mais de 60.000 participantes todos os anos.

Nesta *tabula rasa*, a cidade formou-se como um círculo à volta de uma fogueira. Neste caso, a fogueira é o Burning Man - uma escultura de madeira, com cerca de 12 metros de altura que é ardida na despedida do evento - e o círculo é aberto para preservar a vista sobre a paisagem - a 'playa' que, como uma grande galeria a céu aberto, recebe o conjunto de esculturas, edifícios, performances e instalações realizadas pelos participantes.

Com o aumento da 'população', a cidade foi crescendo e as ruas concêntricas subdivididas em quarteirões por uma série de ruas radiais. O Burning Man torna-se assim o ponto de referência visual, como um ícone que conecta todos os participantes. Esta definição de um centro, o desenvolvimento baseado na cooperação ou a decisão de estabelecer limites para o trânsito rodoviário - automóveis têm limite de velocidade de cerca de 10 km por hora no sentido de dar prioridade a peões e bicicletas - revelam parte do carácter ideológico deste desenho urbano, que encontra analogias tanto no planeamento de outras cidades utópicas, como na ideia de Cidade Jardim, desenvolvida por Ebenezer Howard durante a viragem para o século XX.¹⁵⁰

Para além do planeamento urbano, que fica a cargo da organização do evento, durante cerca de uma semana, grupos de pessoas organizados criam campos temáticos e 'aldeias' em que colaboram para criar algo ou oferecer algum serviço. Independentemente e autonomamente, os participantes moldam o seu ambiente, guiados por um sistema de 'princípios' que sugerem (não impõem) a participação, a inclusão, a responsabilidade civil ou a autossuficiência,

150 Kerry Rohrmeier, Scott Bassett, "Planning Burning Man: The Black Rock City Mirage", *The California Geographer*, n.º 54, 2015, p 25-37.



[67] Complexo Social de Alcabideche, Guedes Cruz Arquitetos, Cascais, Portugal, 2012

incentivando a interatividade, colaboração, ligação à natureza, descoberta e partilha de experiências.¹⁵¹

Reduzindo a escala, encontramos no Complexo Social de Alcabideche - um complexo social para idosos - um exemplo de equilíbrio entre a privacidade e a vida em comunidade, ao nível do quarteirão.

Numa área de cerca de 10.000 m², 52 unidades privadas compõem uma malha regular de 7,5 metros de lado. A exceção - o edifício coletivo - contém o conjunto de equipamentos de apoio às unidades e ainda os espaços que permitem o convívio entre os residentes: lavandaria, enfermaria, quartos individuais ou duplos para residentes acamados, ginásio, piscina interior e sala de refeições. Os espaços exteriores, com diferentes dimensões e todos comuns, funcionam como um prolongamento dos espaços privados. Percursos pedonais pontuados por espelhos de água, hortas e jardins, constituem espaços de lazer e convívio entre os residentes. Tendo em conta a tipologia do projeto, foram tomadas decisões projetuais para responder às necessidades da população. Tanto os percursos exteriores (que são apenas pedonais) como os espaços interiores estão adaptados para receber residentes com mobilidade reduzida e é ainda de destacar o modo como os próprios volumes servem de caixa de luz para iluminar os espaços exteriores ou para sinalizar uma emergência.¹⁵²

É interessante notar como, mais uma vez, em ambos estes exemplos a vida em comum resulta de uma situação temporária, de apenas alguns dias ou de uma fase da vida. Além disso, seja o próprio espaço a estabelecer a distância (no caso do Burning Man) ou um muro a proteger a comunidade (em Alcabideche), apesar de diferentes, estas duas estratégias têm objetivos e resultados semelhantes: a **definição do limite** que separa o que pertence do que não pertence.

151 Atualmente, o Burning Man encontra-se num delicado ponto entre a ideologia comunitária e uma manifestação cultural para as elites, tendo em conta o aumento da popularidade que, naturalmente, transforma uma 'comunidade' numa 'multidão' na qual se refletem as desigualdades da sociedade contemporânea. Kerry Rohrmeier, Scott Bassett, "*Planning Burning Man: The Black Rock City Mirage*", 2015, p 25-37.

152 "*Complexo Social de Alcabideche*", *Espaço de Arquitetura*, 20 de março, 2017. [Consultado a 13 de abril de 2020] Acedido em "<https://espacodearquitetura.com/projetos/complexo-social-de-alcabideche-2/>"



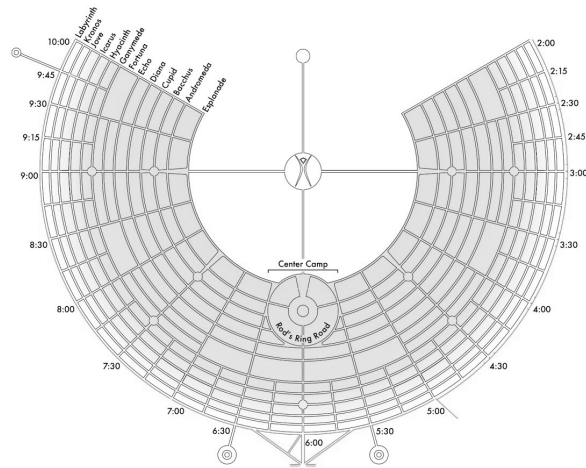
[68] Casa Moriyama, Ryue Nishizawa, Tóquio, Japão, 2005

Em oposição, na Casa Moryiama a atenção ao contexto é clara na forma como o projeto se relaciona com a envolvente. Sem nenhum limite físico a definir a propriedade, as esferas do público e do privado aproximam-se preservando o espírito comunitário característico neste bairro. Paralelamente, o pensamento sobre a coabitação leva a uma abordagem radical da organização espacial da casa e a uma reinterpretação do bairro e da cidade.

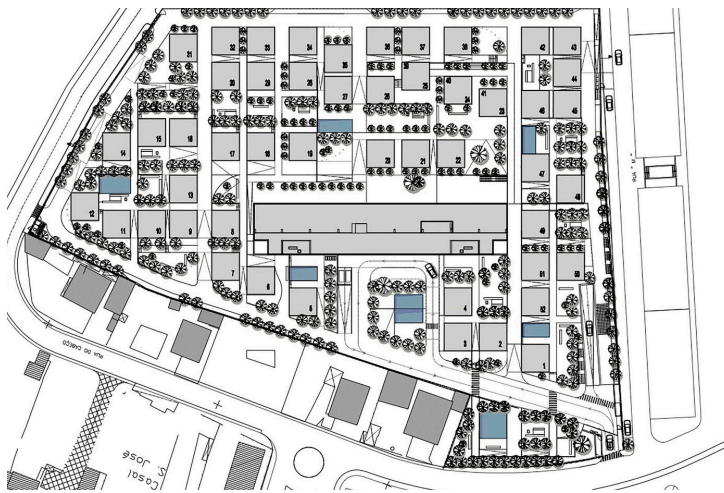
Para além da habitação para o dono, o programa incluía também a criação de espaços que poderiam ser arrendados. Perante um lote maior que os que o rodeiam, em vez de construir um grande volume, o arquiteto Ryue Nishizawa opta por distribuir o programa por diversas peças que espalha pelo terreno. A liberdade formal e estrutural que volumes individuais garantem é acompanhada por uma variedade de espaços com diversas funções: cinco *kitchenettes*, sete salas de estar, dois estúdios, quatro quartos. Entre os volumes, o exterior articula-se numa série de espaços com diferentes características - uns mais expostos ao público, que facilitam o contacto e a existência de relações visuais, outros mais reservados que servem de extensão aos espaços privados.¹⁵³

No geral, é possível afirmar que o tipo de programa e a respetiva localização são fatores fundamentais na definição da forma como determinado projeto se relaciona com o que está à sua volta. Por um lado, é natural como algumas comunidades intencionais, festivas, ou outro tipo de organizações privadas têm o objetivo de ser ‘retiros do mundo’, proporcionando aos seus membros espaço para expressarem a sua individualidade, longe da sociedade. E talvez seja precisamente ao estabelecerem esses limites (tanto espaciais como em número de ‘habitantes’) e mantendo a sua autossuficiência e independência, que a realização destas ‘utopias fechadas’ se torna possível. No entanto, olhar para o *cohousing* dessa mesma perspetiva, negligencia a capacidade que esta forma alternativa de habitação tem de influenciar positivamente o contexto em que se insere. Com efeito, em vez de retiro, o *cohousing* deverá procurar ser uma **solução de integração**. Só assim, atuando sobre a realidade, será credível reafirmar o carácter utópico do *cohousing* enquanto catalisador para uma mudança mais abrangente.

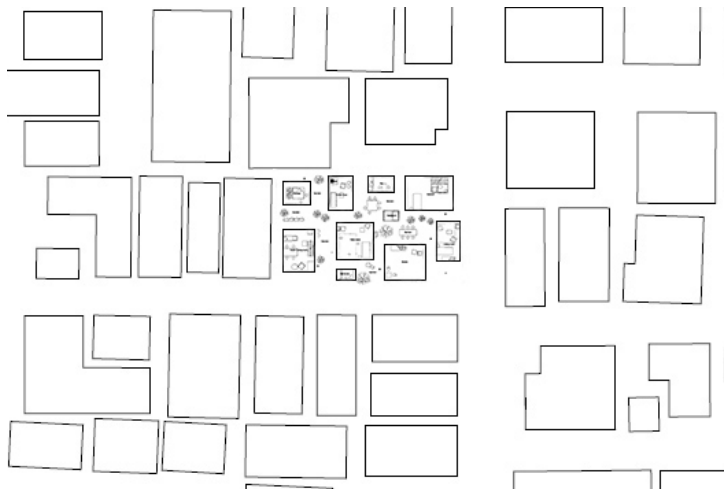
153 Fernando Márquez Cecilia (ed.); Richard Levene (ed.), “SANNA [Kazuyo Sejima+Ryue Nishizawa]: 2004-2008”, *El Croquis*, n.º139, El Croquis Editorial, 2007, p 286.



[69] Black Rock City, Nevada, EUA, anual desde 1986, escala 1:50000



[70] Complexo Social de Alcabideche, Guedes Cruz Arquitetos, Cascais, Portugal, 2012, escala 1:2000



[71] Casa Moriyama, Ryue Nishizawa, Tóquio, Japão, 2005, escala 1:1000

Uma vez mais a propósito da associação entre os conceitos de *cohousing* e utopia, Lucy Sargisson chama a atenção para o exemplo da realidade atual norte-americana que contrasta com o aparecimento do *cohousing* escandinavo, claramente impulsionado por ideias feministas e de contracultura.¹⁵⁴

*“Most intentional communities function as educational or spiritual centers. Cohousing, on the other hand, offers a new approach to housing rather than a way of life. Based on democratic principles, cohousing developments espouse no ideology other than the desire for a more practical and social home environment.”*¹⁵⁵

Ao se afastarem intencionalmente do conceito de utopia e de qualquer ideologia, comunidades que seguem esta lógica tendem a limitar a sua perspetiva crítica e o seu campo de ação aos membros que as integram, desvalorizando as potencialidades que o *cohousing* tem de promover mudanças sociais a uma escala mais alargada.¹⁵⁶ Simultaneamente, olhar para uma forma de habitação com a expectativa de implementar uma mudança absoluta, global e imediata revela-se também uma estratégia irrealista e pouco produtiva.

Nesse sentido, em vez de uma “lógica de tudo ou nada que ignora o trabalho do tempo”,¹⁵⁷ destaca-se o potencial da ideia de **incompletude** como possibilidade para a mudança. A conceção de uma proposta totalizante é, assim,

154 As ideologias políticas dos percursos do *cohousing* são evidentes nos sugestivos títulos dos artigos mencionados anteriormente. “*Children Should Have One Hundred Parents*” de Bodil Graae é uma expressão clara de feminismo e “*The Missing Link Between Utopia and the Dated One-Family House*” de Jan Gudmand-Høyer tem explícito o sentido de comunitarismo. Lucy Sargisson, “*Second-Wave Cohousing: A Modern Utopia?*”, *Utopian Studies*, vol 23, n.º 1, Penn State University Press, 2012, p 32-36.

155 A autora chama a atenção para esta e outras definições de *cohousing* defendidas por associações que promovem a sua expansão, tanto nos EUA como no Canadá. Kathryn McCamant; Charles Durrett (1988) cit. por Lucy Sargisson, “*Second-Wave Cohousing: A Modern Utopia?*”, 2012, p 36.

156 Apesar disso, é inegável na crítica social partilhada, na visão de uma vida melhor, na existência de propriedade coletiva dos espaços semi-públicos (espaços que são ‘públicos’ dentro da comunidade) ou na estruturação das atividades humanas de modo a encorajar um comportamento mais próximo do ideal desejado, a presença de um certo grau de ideologia associado a visões utópicas. Lucy Sargisson, *Ibidem*, p 42.

157 Paul Ricoeur (1971) cit. por Nathaniel Coleman, *Utopias and Architecture*, 2005, p 58.



[72] 'Urban Islands of the Green Archipelago' em The City within the City - Berlin as a Green Archipelago, Oswald Mathias Ungers, Rem Koolhaas, Hans Kollhoff, Arthur Ovaska e Peter Riemann, 1977

substituída por um processo de transformação contínuo e em desenvolvimento que se baseia no (re)pensamento gradual.

Por outro lado, faz sentido voltar a chamar a atenção para o conceito desenvolvido por Oswald Mathias Ungers, a partir dos anos 60 - a ‘cidade feita de ilhas’.¹⁵⁸ Particularmente para a forma como, face ao cenário da cidade de Berlim Ocidental em plena Guerra Fria, a diminuição da população é encarada como um fator na conversão da ‘crise’ no próprio projeto da cidade. Em vez de ser vista como um problema que precisa de ser combatido, essa ‘desertificação’ da cidade torna-se a base para a adoção de uma lógica provocatória que reduz a cidade a pontos de densidade urbana, articulados num “arquipélago de arquitetura numa lagoa de natureza”.¹⁵⁹ O desenvolvimento deste conceito acontece de intensa colaboração com Rem Koolhaas e em consequência da dialética entre cidade-campo e cultura-natureza em que partes da cidade são preservadas e, eventualmente, densificadas, enquanto o resto é abandonado e transformado numa grande floresta.¹⁶⁰

Em oposição às preocupações que guiaram a conceção desta ideia de ‘cidade dispersa’, atualmente o problema parece ser, com mais frequência, a procura de resposta ao aumento populacional nas cidades. Nesse sentido, poderá ser difícil conceber uma imagem da cidade contemporânea enquanto arquipélago. No entanto, a verdade é que o ‘mar’, nesta analogia, não tem de continuar a ser representado pelo vazio, ou pela natureza, como acontece na proposta de Ungers e Koolhaas.

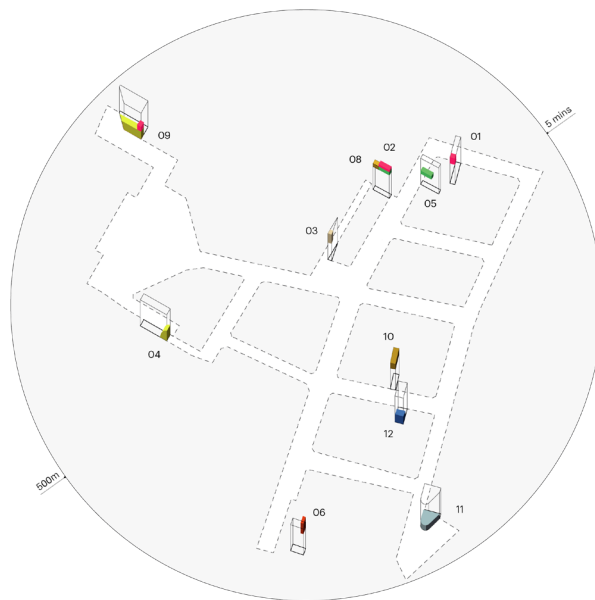
158 Este conceito guiou parte dos projetos urbanos do arquiteto alemão. A partir do momento em que começa a ensinar na Universidade Técnica de Berlim, em 1963, O. M. Ungers contraria a separação entre arquitetura e desenho urbano, introduzindo um método de leitura sistemática e obsessiva de Berlim Ocidental. Como um enclave rodeado pelo muro, a cidade torna-se um laboratório de experimentação para os estudantes que, sob a sua orientação, constroem um inventário de possibilidades arquitetónicas. Mais tarde, em 1977, em parceria com Rem Koolhaas colabora ainda com Peter Riemann, Hans Kollhoff e Arthur Ovaska na publicação do projeto/manifesto “The City in the City: Berlin, A Green Archipelago”. Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, Cambridge - London: The MIT Press, 2011, p 177 - 191.

159 Kelly Shannon, “The City in the City. Berlin: A Green Archipelago - Oswald Mathias Ungers and Rem Koolhaas with Peter Riemann, Hans Kollhoff and Arthur Ovaska. A critical edition by Florian Hertweck and Sébastien Marot”, *Journal of Landscape Architecture*, 9:2, 2014, p 77.

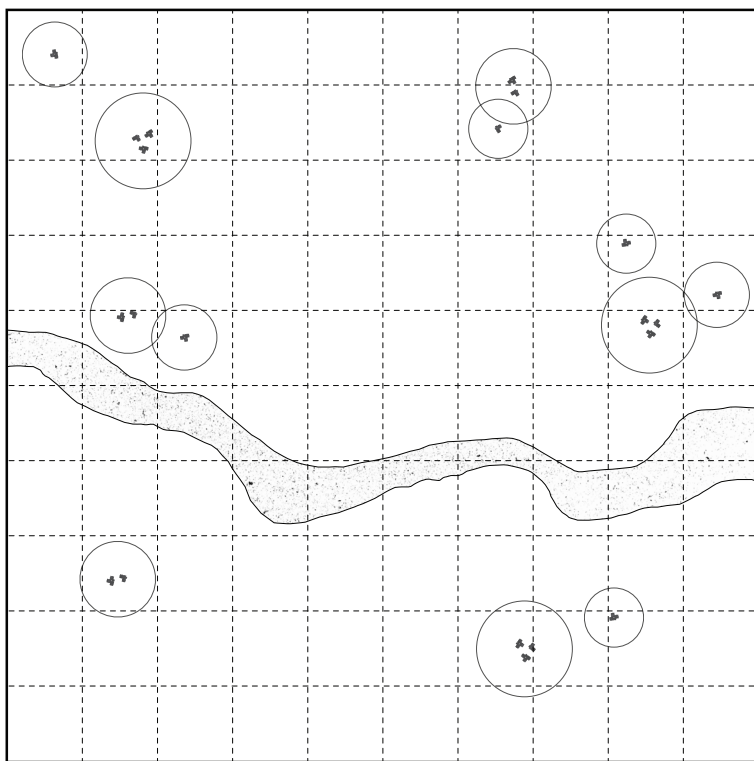
160 Além do mais, esta aderência à realidade da cidade, opõe-se à aproximação nostálgica que Colin Rowe faz em “Collage City”. Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, 2011, p 178 - 212.



[73] The City within the City - Berlin as a Green Archipelago, Oswald Mathias Ungers, Rem Koolhaas, Hans Kollhoff, Arthur Ovasca e Peter Riemann, 1977



[74] The Distributed Cooperative, TEN Studio & Alexis Kalagas, 2019



[75] Estudo da influência da aplicação do conceito de 'cohousing enquanto arquipélago', escala 1:50000

Em 2019, o TEN Studio em colaboração com o estrategista urbano Alexis Kalagas apresenta a ideia de Cooperativa Distribuída para a cidade de Zurique. Neste caso, a ideia de arquipélago é aplicada não à escala da cidade, mas à escala do quarteirão, em que, a uma distância facilmente percorrível a pé, uma rede de pequenas intervenções, conforma os equipamentos de uma ‘casa dispersa’. Num contexto em que a densificação urbana dificulta o acesso a terrenos com maior área, é proposta uma estratégia de ocupação de lotes pequenos, irregulares ou ‘estranhos’, por onde são desagregados e distribuídos os espaços e equipamentos partilhados da referida cooperativa. Para além de novas formas de pensar a cidade, conceções contemporâneas desta natureza demonstram caminhos inovadores de como esta dispersão pode ser complementada pela gestão e coordenação do coletivo através do uso de tecnologias digitais.¹⁶¹

Entre a ‘cidade dispersa’ pelo território e a ‘casa dispersa’ pelo quarteirão, o desenvolvimento do *cobousing* à escala da cidade poderá ainda ser pensado assente nas conclusões que O. M. Ungers retira do contacto com um conjunto de comunidades intencionais.¹⁶² O arquiteto observa como, nestes sistemas de comunalidade radical (desde comunas *hippies* a comunidades religiosas) o aumento da população não resulta no crescimento de dado assentamento, mas sim na sua multiplicação - na criação de um novo centro, uma nova ‘ilha’.

Assim, tal como o Monumento Contínuo que, contrariando muitos dos exemplos da mesma natureza, dialoga com a realidade, sobrepondo-se a ela como uma ‘camada’ adicional, também uma rede de intervenções pontuais em que o *cobousing* é aplicado se pode distribuir pelo tecido urbano, integrando-se, gradualmente, no contexto existente. A ideia de permanência relativamente ao *cobousing* é aqui explícita não como algo imediatamente alcançável a uma escala alargada, mas sim como um processo contínuo. Uma transformação que se prolongada no tempo (e no espaço) e que participa na evolução natural da cidade. Por outro lado, numa atitude oposta à definição de limites rígidos que definem algumas das comunidades e intervenções pontuais mencionadas, no caso do *cobousing*, deverão ser adotadas estratégias no sentido de encorajar tanto os

161 “*The Distributed Cooperative*”, *Future Architecture*, 10 de setembro, 2019. [Consultado a 19 de outubro de 2020] Acedido em “<https://futurearchitectureplatform.org/projects/4235059c-b1fd-4e39-b60a-8b40b585b6b4/>”

162 A fascinação de Ungers pelos exemplos históricos e contemporâneos de vida comunitária na América (que resulta na publicação do livro “*Communes in the New World*” no início dos anos 70) adiciona uma dimensão social e política à sua visão de desenho urbano através de pontos de intervenção. Pier Vittorio Aureli, *The Possibility of an Absolute Architecture*, 2011, p 204.

habitantes a relacionarem-se e envolverem-se no ambiente e comunidade local, como vice-versa. Para isso, é necessário, acima de tudo, encontrar o equilíbrio entre a privatização e a abertura à cidade. A criação de espaços exteriores de acesso público, a definição de espaços que podem ser ocupados, temporariamente, por pessoas que não pertencem à comunidade ou a já falada colocação de equipamentos que sirvam a cidade no piso térreo, são apenas algumas das opções de desenho que podem ter influência para além dos limites do projeto de *cobousing*.

Considerações Finais

No presente estudo, o *cohousing* é visto como um problema complexo do qual fazem parte soluções formais, conceitos teóricos e preocupações sociais. Por um lado, a perspectiva arquitetônica demonstra uma abordagem alternativa e renovada ao tema da habitação, tornando-se o equilíbrio entre os espaços privados e os espaços coletivos o ponto de interesse principal. Por outro lado, o estudo sobre o *cohousing* é também uma oportunidade para refletir sobre o papel social da arquitetura. Enquanto agente na modelação do mundo que o rodeia, o arquiteto tem a capacidade de criar possibilidades, mas também de impedir encontros e conexões. Ao ser uma forma de habitação que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de relações dentro de uma comunidade, é legítimo afirmar que um projeto de *cohousing* representa um problema tão arquitetônico quanto sociológico. Assim como uma forma de habitação em que uma comunidade não partilha espaços, também um edifício coletivo com espaços e equipamentos partilhados em que não se desenvolva uma comunidade não pode ser considerado um exemplo de *cohousing*.

Por essa razão, é determinante reconhecer que esta forma de habitação não se adapta a qualquer pessoa ou a qualquer situação. Pelo contrário, a tentativa de impor uma forma de habitar comunitária a um grupo de pessoas que não tenha como objetivo a partilha diária que lhe está associada, poderá ter consequências mais negativas do que positivas. O sensato não será olhar para o *cohousing* como uma solução para os problemas da sociedade ou da habitação, mas sim como mais uma alternativa. Ainda assim, ao influenciar comportamentos e ao incentivar a auto-gestão e auto-organização, uma forma de habitação que coloca



[76] Paysage, Nicolas de Staël, 1952



[77] La Route en Provence, Paul Cézanne, c. 1886-1890

uma maior importância na partilha poderá contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade mais participativa nos problemas da cidade e mais atenta às necessidades do outro.

Com a difusão do conhecimento sobre o *cohousing* o interesse tende a aumentar e a partir do momento em que exista a procura deverão ser criadas condições que possibilitem o acesso a uma forma de habitar mais comunitária. A diversidade de opções no que diz respeito à habitação deve ser encarada como um aspeto positivo e desejável. Neste sentido, destaca-se a estratégia desenvolvida na cidade de Zurique, que representa um interessante exemplo de articulação entre o desenho de tipologias habitacionais ‘convencionais’ e de tipologias ‘alternativas’ de forma a responder à diversidade social contemporânea.¹⁶³

A complexidade do tema ‘habitar em comum’ foi abordada no decorrer desta dissertação a partir de referências transversais a diversas áreas de estudo que guiaram, influenciaram e serviram de base à construção da narrativa apresentada. A partir delas, procurou-se adotar um pensamento realista acerca do *cohousing*, livre das restrições de raciocínio que tanto as posições demasiado ‘ativistas’ como demasiado críticas tendem a impor e perpetuar. Acima de tudo, este estudo foi uma exploração pessoal que originou e foi guiado por um ‘gosto pelo conhecimento’.

A exploração de conceitos e problemáticas relacionadas com o *cohousing* permanente funcionou como despertador de uma ideia de projeto, e foi organizada por escalas e dividida por capítulos: Íntimo (i), Privado (ii), Coletivo (iii) e Público (iv). Em cada um deles se oferecem os indícios suficientes para desencadear a vontade de proceder a uma abordagem mais aproximada. “*On a pu dire (...) que tout Nicolas de Staël était sorti de cinq centimètres carrés de Cézanne*”.¹⁶⁴ Como aumentar o detalhe de uma pintura pode resultar na produção de uma nova obra, também existe em cada escala uma série de temáticas que justificariam um olhar concentrado sobre cada uma delas, como se cada capítulo pudesse dar origem a toda uma nova investigação. Em vez disso, favoreceu-se uma perspetiva global, de modo a obter um entendimento abrangente acerca do objeto de estudo.

Após a contextualização do tema, o primeiro capítulo concentrou-se na importância do **espaço íntimo**. As noções de intimidade e privacidade, cada vez

163 Dominique Boudet (ed.), *New Housing in Zurich: Typologies for a Changing Society*, Zurich: Park Books, 2017.

164 Roland Barthes, *Comment Vivre Ensemble: Cours et séminaires au Collège de France (1976-1977)*, Paris: Seuil/Imec, 2002, p 39.

mais relevantes na sociedade contemporânea, ganham ainda maior significado numa organização em que se destaca a coletividade. Explora-se o conceito de 'ideorritmo' como ideal utópico a perseguir num projeto de *cohousing* e ainda a forma como a independência e individualização em relação à família se pode refletir numa composição arquitetónica. O objetivo de alcançar uma forma de habitação permanente não serve de impedimento para o estudo de referências que abordam o espaço íntimo como um espaço que é 'usado'. A estas referências, opõe-se a noção de espaço 'habitado' e as exigências que a permanência impõe, como a **privacidade** em relação ao coletivo e ao 'grupo familiar'; o **conforto** que está dependente de fatores como o dimensionamento ou as possibilidades que o espaço individual oferece; e ainda a abordagem à ideia de **propriedade** que do ponto de vista espacial leva à apropriação e 'contaminação' do espaço pelo habitante, mas também pode ser utilizada para refletir sobre formas alternativas de posse. No sentido de explorar estes conceitos, estabelece-se uma série limitada de configurações da célula individual, que para além de atenderem às questões levantadas pelo habitar permanente, procuram adaptar-se às necessidades de indivíduos em diferentes fases da vida.

No segundo capítulo, decidiu-se olhar para a realidade atual no sentido de ter uma perspetiva mais informada acerca dos grupos domésticos que compõem a sociedade contemporânea. Essa leitura dá origem ao pensamento em torno das **unidades privadas** de projetos de *cohousing*. Consequentemente, abordam-se as críticas referentes à homogeneidade social destas comunidades, adotando uma posição que questiona a influência que o tipo de iniciativa (*bottom up* ou *top down*) tem relativamente a essa problemática. Por um lado, recorda-se a importância do processo participativo enquanto fator diferenciador na definição do que é um projeto de *cohousing*. Contudo, salienta-se o papel que a estabilidade (financeira, profissional ou familiar) tem na decisão e capacidade de um indivíduo ou grupo familiar colaborar num processo longo e complexo com o intuito de habitar em comum. Por essa razão defende-se a pertinência de iniciativas *top down* em que esse processo é simplificado, abrindo a possibilidade do *cohousing* a mais grupos da população. Após refletir sobre a influência que o tipo de iniciativa tem nas unidades privadas de exemplos de projetos de *cohousing*, explora-se formalmente um conjunto de variações de unidades privadas que com diferentes **graus de vida em comum** pretendem ter a capacidade de se adaptar à **diversidade** que caracteriza a nossa sociedade. Apesar da posição defendida, é fundamental não negligenciar o papel da participação no desenvolvimento de relações, e do sentido de pertença e de responsabilidade entre os membros de uma comunidade. Nos

casos em que não é possível existir essa relação anterior ao habitar em comum, podem ser utilizadas estratégias sociais para reforçar o sentido de comunidade, sendo que a solução poderá também passar pela aplicação de um sistema misto em que um projeto desenvolvido por um grupo previamente formado é pensado à partida, tendo em vista a admissão de novos membros.

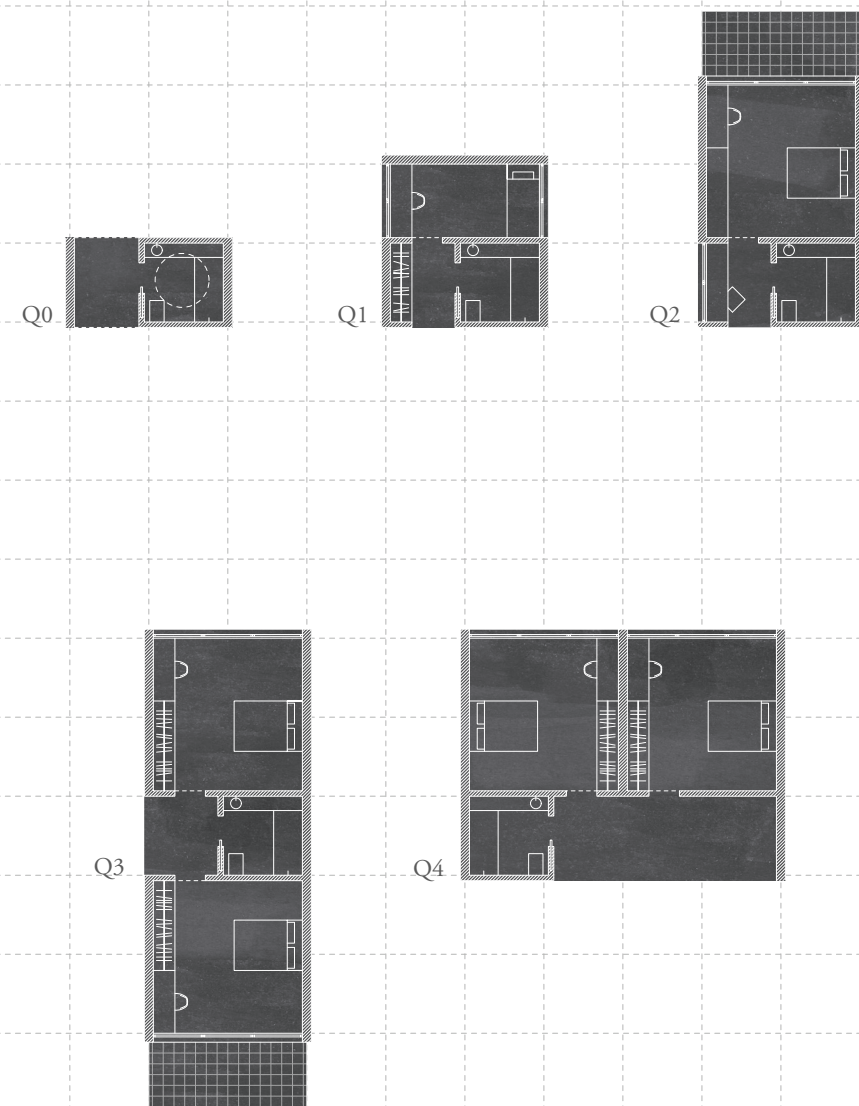
Continuando a aumentar a escala, o terceiro capítulo dedica-se ao estudo da evolução de formas - de organização social e de arquitetura habitacional - que recebem o **coletivo**. Para isso, inicia-se o percurso por um conjunto de exemplos de comunidades **intencionais** que ao apresentarem uma organização social alternativa requerem uma organização espacial também ela diferente. Essa organização irá depender do objetivo coletivo que desde mosteiros, passando pelas concepções de um conjunto de socialistas do século XIX, até ao aumento substancial de comunidades a partir da segunda metade do século XX, resultado do espírito de revolução e contestação social desse período, dá por fim origem à definição do conceito de *cohousing*. É de notar, ao longo desta análise, a importância que o equilíbrio entre a vida privada e a vida coletiva (ou a falta dele) tem na vivência destas comunidades e ainda a influência que soluções formais têm ainda hoje no pensamento sobre o habitar em comum. Por outro lado, destacam-se também alguns projetos em que se conjugam espaços privados e coletivos que, não sendo palco para o desenvolvimento de comunidades, representam importantes antecedentes para o estudo do *cohousing* em contexto urbano. Esta abordagem culmina com o reconhecimento da variedade formal e conseqüentemente estrutural inerente à arquitetura do habitar em comum. Enquanto escala fundamental de um projeto de *cohousing* em que os espaços coletivos servem de intermédio entre o privado e o público, as opções projetuais têm influência na forma como os indivíduos se relacionam entre si, com a totalidade da comunidade e ainda na forma como a comunidade se relaciona com o espaço público.

Por fim, no último capítulo foi feita uma aproximação à relação entre arquitetura e urbanismo, sustentada no conceito de **utopia**. A recorrente associação entre as formas do 'habitar em comum' e utopia motiva o interesse por esta temática e a escala do **público** serve de pretexto para o seu estudo. Em primeiro lugar, procura-se perceber em que consiste o pensamento utópico, qual a sua relação com o pensamento arquitetónico e em particular com o pensamento em torno das formas do 'habitar em comum'. A partir daí torna-se possível abordar um outro problema que as comunidades de *cohousing* enfrentam. Neste caso é o

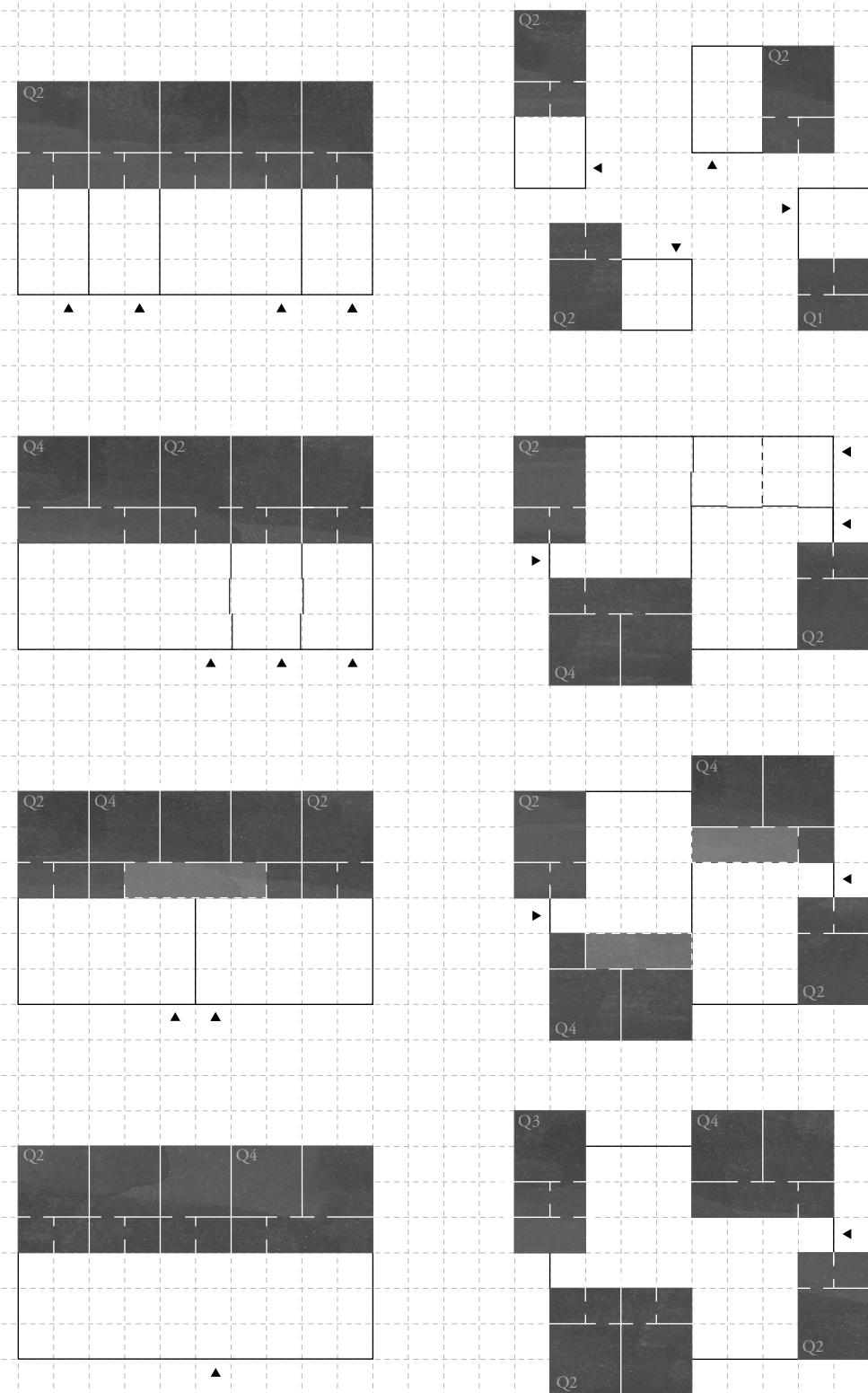
equilíbrio da relação entre uma comunidade coesa e o ambiente urbano em que se insere que se torna um desafio. O paralelismo do *cobousing* com outras formas de organização social contemporâneas que colocam no sentido de comunidade importante peso torna-se útil para abordar esta questão de forma clara. Nesse sentido, a dificuldade de alcançar este equilíbrio é estudada a partir da noção de utopia e ainda de um conjunto de referências que, a escalas diferentes, se relacionam com o que está à sua volta também de formas diferentes. Demonstra-se como este problema é frequente em várias comunidades e procede-se à reflexão de uma estratégia baseada no pensamento utópico contemporâneo, que tenha capacidade de atuar sobre esta questão. Assim, aliado ao objetivo de integração da comunidade de *cobousing* na cidade, esse raciocínio passa por defender uma abordagem baseada na dispersão, que se opõe à limitação de uma proposta concentrada e numa transformação gradual, que se opõe a uma proposta totalizante.

A presente dissertação teve como premissa o estudo de um conjunto abrangente de questões relacionadas com o *cobousing*. No entanto as associações não se esgotam e ficam ainda pontos de vista interessantes por explorar, como é o caso da perspectiva ecológica que, de maneira mais ou menos evidente, sempre esteve presente no desenvolvimento do conceito do *cobousing*. Levantam-se questões e ficam referências por analisar, mas fica também a curiosidade e o interesse pelo conjunto de áreas de estudo que integram o problema do habitar em comum.

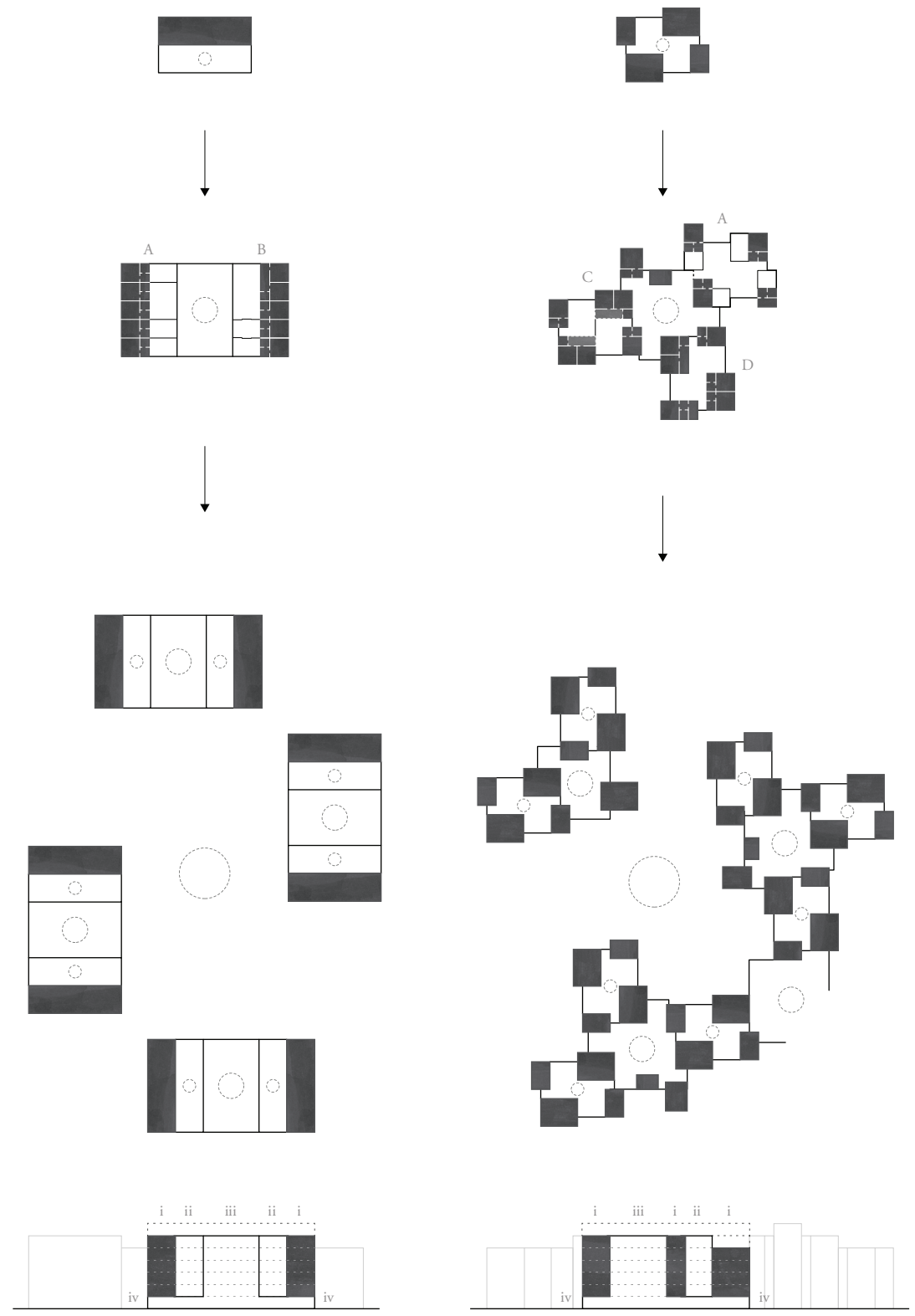
Finalmente, não se pode deixar de reconhecer um certo traço de ironia e contradição no ato de escrever uma dissertação sobre o habitar em comum ao longo de um ano marcado pelo isolamento social. O ceticismo levantado em relação a tudo o que envolve proximidade física origina dúvidas quanto à situação em que ficam as formas de habitação que se baseiam na partilha de espaços. Contudo, talvez esta seja uma oportunidade para alargar a discussão sobre a importância das relações, do contacto e da partilha que desencadeie um processo de reconhecimento e maior aceitação de formas de habitação alternativas.



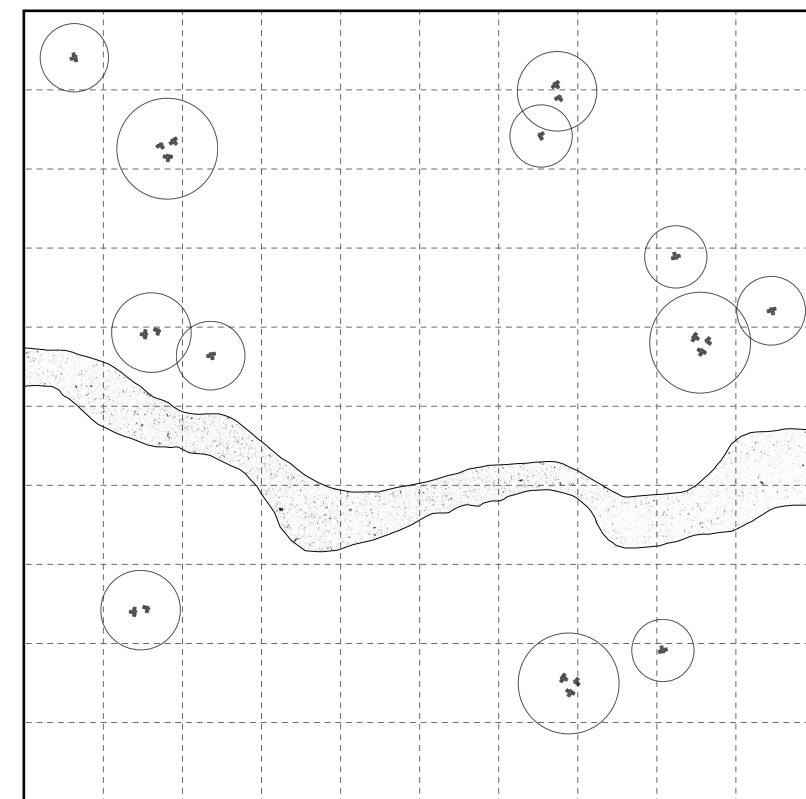
Núcleo base e possíveis alternativas de células individuais, escala 1:200



Variações da unidade privada, escala 1:400



Íntimo (i), Privado (ii), Coletivo (iii), Público (iv). Duas estratégias de desenho, escala 1:1500



Estudo da influência da aplicação do conceito de 'cobousing enquanto arquipélago', escala 1:50000

Referências Bibliográficas

1. *Cohousing* | Habitação Colaborativa

- ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri. *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*. Bruxelles: Éditions Mardaga, 2018.
- HAGBERT Pernilla (ed.); LARSEN Henrik Gutzon (ed.); THORN, Hakan (ed.); WASSHEDE, Cathrin (ed.). *Contemporary Co-Housing in Europe: Towards Sustainable Cities?*. London – New York: Routledge, 2019.
- MCCAMANT, Kathryn; DURRETT, Charles. *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*. Berkeley, California: Habitat Press, 1988.
- SCOTTHANSEN, Chris; SCOTTHANSEN, Kelly. *The Cohousing Handbook*. Philadelphia: New Society, 2005.
- VESTBRO, Dick Urban (ed.). *Living together - Cohousing Ideas and Realities Around the World*. Stockholm: Division of Urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010.
- CHIODELLI, Francesco; BAGLIONE Valeria. “*Living Together Privately: For a Cautious Reading of Cohousing*”, *Urban Research and Practice*. 7(1): 20-34, 2014. [Consultado a 19 de março de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1080/17535069.2013.827905>”.
- CZISCHKE, Darinka; HUISMAN, Carla. “*Integration through Collaborative Housing? Dutch Starters and Refugees Forming Self-Managing Communities in Amsterdam*”, *Urban Planning*. vol 3, n.º4, p 156-165, 2018. [Consultado a 6 de março de 2020] Acedido em “<http://dx.doi.org/10.17645/up.v3i4.1727>”.
- CZISCHKE, Darinka; CARRIOU, Claire; LANG, Richard. “*Collaborative Housing in Europe: Conceptualizing the Field*”, *Housing, Theory and Society*. vol 37, n.º 1, p 1-9, 2020. [Consultado a 18 de maio de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1080/14036096.2020.1703611>”.
- FROMM, Dorit. “*Seeding Community: Collaborative Housing as a Strategy for Social and Neighbourhood Repair*”, *Built Environment*. vol. 38, n.º 3, 2012. [Consultado a 6 de maio de 2020] Acedido em “<https://www.jstor.org/stable/23290269>”.
- GRESLERI, Jacopo. “*Space and Collectivity in the Mediterranean Culture*”, *Journal of Comparative Cultural Studies in Architecture*. n.º 11, 2018. [Consultado a 19 de março de 2020] Acedido em “<http://www.jccs-a.org/issues>”.

- IORIO, Annalisa. “*Le cohousing: un nouveau mode d’habiter?*”, *Socio-anthropologie*. n.º 32, p 87-101, 2015. [Consultado a 6 de março de 2020] Acedido em “<http://journals.openedition.org/socio-anthropologie/1909>”.
- JAKOBSEN, Peter; LARSEN, Henrik Gutzon. “*An alternative for whom? The evolution and socio-economy of Danish cohousing*”, *Urban Research & Practice*. vol 12, n.º 4, p 414-430, 2019. [Consultado a 24 de agosto de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1080/17535069.2018.1465582>”.
- MARCKMANN, Bella; CHRISTENSEN, Toke Haunstrup; GRAM-HANSEN, Kirsten. “*Sustainable Living and Co-Housing: Evidence from a Case Study of Eco-Villages*”, *Built Environment*. vol 38, n.º 3, 2012. [Consultado a 24 de março de 2020] Acedido em “<https://www.researchgate.net/publication/263168676>”.
- PAGH, Christian (ed.); WILLIAMS, Jamiee (ed.); BRASKOV, Ricky (ed.); CHRISTENSEN, Caroline (ed.). “*Exploring the brave new world of shared living*”, *Imagine*. SPACE10, 2018. [Consultado a 3 de fevereiro de 2020] Acedido em “https://drive.google.com/file/d/1Clx7HY6Itqv6tAJtS-V_cDENSqZCzSUK/view”.
- RUIU, Maria Laura. “*Participatory processes in designing cohousing communities: the case of the community project*”, *Housing and Society*. 43:3, p 168-181, 2016. [Consultado a 1 de setembro de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1080/08882746.2017.1363934>”.
- SARGISSON, Lucy. “*Second-Wave Cohousing: A Modern Utopia?*”, *Utopian Studies*, vol 23, n.º 1, Penn State University Press, 2012. [Consultado a 11 de maio de 2020] Acedido em “<https://www.jstor.org/stable/10.5325/utopianstudies.23.1.0028>”.
- SALGUEIRO, José. *Cohousing, Coworking: vícios e virtudes dos espaços de vida e trabalho em comunidade*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2011. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura].
- VITORINO, Marta. *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura].
- BRYSCH, Sara. “*Por uma habitação colaborativa em Portugal*” (2018). [Consultado a 2 de dezembro de 2019] Acedido em “<http://www.revistapunkto.com/2018/03/por-uma-habitacao-colaborativa-em.html>”.
- VINTERBERG, Thomas. *Kollektivet* [Filme]. København: Magnolia Pictures, 2016

ALMEIDA, Mariana; DROHN, Inka; MONTANER, Josep Maria. “*Pensar o Comum: Cohousing como solução habitacional*”. Conferência apresentada no ciclo Retomar a Cidade. Mira Forum, Porto, 22 outubro 2019.

Decreto Lei n.º 83/2019 da Assembleia da República, Diário da República: I série, n.º 168, 2019, p 28. [Consultado a 26 de outubro de 2020] Acedido em “<https://data.dre.pt/eli/lei/83/2019/09/03/p/dre>”

2. Habitação | Arquitetura

BAEZA, Alberto Campo. “*Tu casa, tu museo, tu mausoleo. Mi casa, ni museo ni mausoleo*” in *La Idea Construida*. (1996), 4.ª ed., Buenos Aires: Nobuko, 2009.

BOUDET, Dominique (ed.). *New Housing in Zurich: Typologies for a Changing Society*. Zurich: Park Books, 2017.

CORBUSIER, Le; BOESIGER, Willy (ed.). *Le Corbusier: Oeuvre Complète 1946-1952*. (1953), 6.ª ed., Zurich: Les Editions d'Architecture, 1970.

MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere. *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTEYS, Xavier. *La habitación: Más allá de la sala de estar*. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

SCHITTICH, Christian (ed.). *In Detail: Housing for People of All Ages*. München: Birkhäuser, 2007.

MÁRQUEZ CECILIA, Fernando (ed.); LEVENE, Richard (ed.). “*Steven Holl Architects: 2003-2008*”, *El Croquis*. n.º141, El Croquis Editorial, 2008.

MÁRQUEZ CECILIA, Fernando (ed.); LEVENE, Richard (ed.). “*SANNA [Kazuyo Sejima+Ryue Nishizawa]: 2004-2008*”, *El Croquis*. n.º139, El Croquis Editorial, 2007.

HUGUIER, Françoise. *Kommunalka* [Filme]. Paris: Les Films d'Ici, 2008.

3. História | Teoria | Utopia

AURELI, Pier Vittorio. *Less is Enough: On Architecture and Asceticism*. Moskva: Strelka Press, 2013.

- AURELI, Pier Vittorio. *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge - London: The MIT Press, 2011.
- COLEMAN, Nathaniel. *Utopias and Architecture*. London - New York: Routledge, 2005.
- GEHL, Jan. *Cities for People*. Washington - Covelo - London: Island Press, 2010.
- HAYDEN, Dolores. *Seven American Utopias: The Architecture of Communitarian Socialism, 1790-1975*. Cambridge: The MIT Press, 1976.
- JASCHKE, Karin. "City Is House and House is City: Aldo van Eyck, Piet Blom and the Architecture of Homecoming" in *Intimate Metropolis: Urban Subjects in the Modern City*. (ed.) V. di Palma, D. Periton e M. Lathouri, London - New York: Routledge, 2009, p 175-194.
- MORE, Thomas. *Utopia: ou a melhor forma de governo*. (1516), trad. e pref. Aires de Nascimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- ROWE, Colin; KOETTER, Fred. *Collage City*. Cambridge - Massachusetts - London: MIT Press, 1978.
- SARGENT, Lyman Tower. *Utopianism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press Inc., 2010.
- VIEIRA, Fátima. "The concept of utopia" in *The Cambridge Companion to Utopian Literature*. (ed.) G. Claeys, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p 3-27.
- AURELI, Pier Vittorio. "The Theology Of Tabula Rasa: Walter Benjamin And Architecture in The Age of Precarity", *Log*. n.º 27, p 111-127, Anyone Corporation, 2013. [Consultado a 13 de agosto de 2020] Acedido em "<https://www.jstor.org/stable/41765790>".
- MOVILLA VEGA, Daniel. "Housing and Revolution: From the Dom-Kommuna to the Transitional Type of Experimental House (1926–30)", *Architectural Histories*. 8(1): 2, p 1-16, 2020. [Consultado a 14 de maio de 2020] Acedido em "<https://doi.org/10.5334/ah.264>".
- ROHRMEIER, Kerry Rohrmeier; BASSET, Scott. "Planning Burning Man: The Black Rock City Mirage", *The California Geographer*. n.º 54, 2015. [Consultado a 3 de outubro de 2020] Acedido em "<https://core.ac.uk/download/pdf/48500142.pdf>".
- SHANNON, Kelly. "The City in the City. Berlin: A Green Archipelago – Oswald Mathias Ungers and Rem Koolhaas with Peter Riemann, Hans Kollhoff and Arthur Ovaska. A critical edition by Florian Hertweck and Sébastien Marot", *Journal of Landscape Architecture*. 9:2, p 77, 2014. [Consultado a 15 de outubro de 2020] Acedido em "<https://doi.org/10.1080/18626033.2014.931723>".

- TRUMMER, Peter. “*The City as na Object: Thoughts on The Form of the City*”, *Log*, n.º 27, p 51-57, Anyone Corporation, 2013. [Consultado a 29 de maio de 2020] Acedido em “<https://www.jstor.org/stable/41765780>”
- VIEIRA, Fátima. “*O legado de Thomas More*”. Conferência apresentada no Colóquio Internacional Fronteiras da Utopia: História e Imaginário, CHAM, Açores, 2016. [Consultado a 3 de fevereiro de 2020] Acedido em “https://www.youtube.com/watch?v=yVyMsfrYlz0&list=PLgl--_4qb2ziZN53zKEHIYRbJPpy1yKuQS&index=18&t=165s”.
- SCHNAIDT, Claude. *Hannes Meyer: Buildings, projects and writings*. New York: Architecture Book Publishing, 1965. [Consultado a 13 de Agosto de 2020] Acedido em “<https://thecharnelhouse.org/2013/08/10/hannes-meyer/>”
- GROSSMAN, Joan. *Drop City* [Documentário]. Los Angeles: Seveth Art Releasing, 2012.
- SUPERSTUDIO. *Supersurface: An Alternative Model for Life on the Earth* [Filme]. New York: Marchi Produzioni, 1972. [Consultado a 28 de Agosto de 2020] Acedido em “<https://youtu.be/1KkTewCUKT8>”

4. Sociologia | Filosofia | Literatura

- ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. (1958), 2.ª ed., Chicago – London: The University of Chicago Press, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. (1958), trad. Maria Jolas, Boston: Beacon Press, 1994.
- BARTHES, Roland. *Comment Vivre Ensemble: Cours et séminaires au Collège de France (1976-1977)*. Paris: Seuil/Imec, 2002.
- BRODSKY, Joseph. “*In a Room and a Half*” in *Less Than One: Selected Essays*. New York: Farrar, Straus, Giroux, 1986.
- ENGELS, Frederich. *Socialism Utopian and Scientific*. Chicago: Charles H. Kerr & Company, 1907.
- GALEANO, Eduardo. *Las Palabras Andantes*. (1993), 5.ª ed., Buenos Aires: Catálogos S.R.L., 2001.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien Años de Soledad (1967)*, Buenos Aires: Editorial Oveja Negra, 1994, p 7.
- PEREC, Georges. *A Vida: Modo de Usar*. (1978), trad. Pedro Tamen, 1.ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*. Paris: Éditions Galilée, 1974.

ESIPOVA, Neli; PUGLIESE, Anita; RAY, Julie. “*The demographics of global internal migration*”, *Migration Policy Practice*. vol 3, n.º 2, 2013. [Consultado a 4 de setembro de 2020] Acedido em “<https://publications.iom.int/books/migration-policy-practice-volume-iii-number-2-april-may-2013>”

MCAULIFFE, Marie; BAULOZ, Céline; NGUYEN, Michelle; QU, Sophie. “*Migration and migrants: A global overview*”, *World Migration Report 2020*. Geneva: International Organization for Migration, 2019. [Consultado a 4 de setembro de 2020] Acedido em “https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf”

MCAULIFFE, Marie (ed.); KHADRIA, Binod (ed.). *World Migration Report 2020*. Geneva: International Organization for Migration, 2019.

TAVARES, Gonçalo M. “*Arquitectura, Natureza e Amor*”, *Opúsculos*. n.º14, Dafne Editora, 2012

Índice de Imagens

Introdução

[01] desenho da autora

[02] e [04] MCCAMANT, Kathryn; DURRETT, Charles. *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*. Berkeley, California: Habitat Press, 1988, p 22 e p 149.

[03] LINDÉN, Karin Palm. “Kollektivhusets rumsliga struktur - stöd eller tvångströja”, *Arkitekturforskning*, vol. 2 n.º 4, 1989, p 42. [Consultado a 23 de outubro de 2020] Acedido em “<http://arkitekturforskning.net/na/article/view/1056>”.

i. Íntimo

* PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*. Paris: Éditions Galilée, 1974, p 44.

[05] Célula individual, Mosteiro de Galluzzo. https://it.wikipedia.org/wiki/Certosa_di_Firenze [visitado a 13.08.2020]

[06] Neue Stadt, Oswald Mathias Ungers. <http://socks-studio.com/2014/02/05/the-neue-stadt-of-koln-1961-1964-by-o-m-ungers/> [visitado a 20.08.2020]

[07] Estudos para célula individual.

[08] Co-op Theatre, Hannes Meyer. <https://thecharnelhouse.org/2013/08/10/hannes-meyer/> [visitado a 13.08.2020]

[09] Co-op Zimmer, Hannes Meyer. <http://thecityasaproject.org/2015/05/the-theology-of-tabula-rasa-walter-benjamin-and-architecture-in-the-age-of-precarity/> [visitado a 5.08.2020]

[10] Célula do Colective Oak, PLP Architecture. <https://www.thecollective.com/> [visitado a 5.08.2020]

[11] Célula de Absalon. <https://www.are.na/private-house/absalon--2> [visitado a 5.08.2020]

[12] Absalon, Solutions. <https://museum.imj.org.il/artcenter/newsite/en/gallery/?artist=Absalon,%20Israeli&list=> [visitado a 5.08.2020]

[13] e [14] redesenho da autora

[15] desenho da autora

[16] Redifinição dos espaços íntimos. ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri. *Ensemble et Séparément: Des Lieux Pour Cohabiter*. Bruxelles: Éditions Mardaga, 2018 p 189, 190.

ii. Privado

* Homem Primitivo protege-se da chuva, Libro Architectonico, Filarete, c. 1464. BURKE, Jill. *Nakedness and Other Peoples: Rethinking the Italian Renaissance Nude*, Art History, Vol. 36, 4, 2013. [Consultado a 29 de outubro de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1111/1467-8365.12029>”.

[17] Cronograma de três projetos. SCOTTHANSEN, Chris; SCOTTHANSEN, Kelly. *The Cohousing Handbook*. Philadelphia: New Society, 2005, p 235.

[18] Imagem do filme. VINTERBERG, Thomas. *Kollektivet* [Filme]. København: Magnolia Pictures, 2016

[19] Participação da comunidade no processo. <http://www.lacol.coop/projectes/laborda/> [visitado a 30.09.2020]

[20] Unidades privadas 'bottom up'. VITORINO, Marta. *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura], p 136, 148, 160, 170.

[21] Unidades privadas 'top down'. VITORINO, Marta. *Cohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura], p 196, 206, 234, 222.

[22] Unidade privada do *coliving* WeLive. <https://www.welive.com/new-york-city/> [visitado a 30.09.2020]

[23] Unidades privadas do projeto Startblok. <https://startblokkriekerhaven.nl/en/living-startblok/housing-units/> [visitado a 30.09.2020]

[24] Desenho da autora

[25] Desenho da autora

[26] Desenho da autora

[27] Unidades privadas do Edifício Residencial Verdemonte. MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere. *Casa collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p 75

iii. Coletivo

* The Art Of Living, Saul Steinberg, 1949. <https://i.pinimg.com/564x/83/0c/e9/830ce9048b1622cfb9f503e7dfa28c77.jpg> [visitado a 30.09.2020]

[28] Claustro do Mosteiro. <https://bibliotheque-numerique.inha.fr/idurl/1/14780> [visitado a 28.10.2020]

- [29] SEQUEIRA, Marta. Le Corbusier e as casas dos monges brancos. São Paulo: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, p 9.
- [30] VOGT, Adolf Max. *Le Corbusier, the Noble Savage*. Cambridge - London: The MIT Press, 1998, p 23.
- [31] Planta de célula do Mosteiro. SEQUEIRA, Marta. *Op. Cit.*, p 18.
- [32], [33] e [34] CORBUSIER, Le; BOESIGER, Willy (ed.). *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Oeuvre Complète 1910-1929*. (1953), 6.^a ed., Zurich: Les Editions d'Architecture, 1970, p 42, p 40 e p 39.
- [35] New Lanark. <https://www.newlanark.org/introducing-robert-owen> [visitado a 23.05.2020]
- [36] Parallelogram. <https://exhibitions.senatehouselibrary.ac.uk/> [visitado a 23.05.2020]
- [37] Falanstério. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Houghton_Soc_860.05_-_Fug%C3%A8re,_phalanst%C3%A8re.jpg?uselang=fr [visitado a 23.05.2020]
- [38] Falanstério. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Falanst%C3%A9rio> [visitado a 23.05.2020]
- [39] e [40] Familistério. <https://www.familistere.com/fr/decouvrir/le-familistere-par-l-image> [visitado a 23.05.2020]
- [41] La Borda. <https://www.archdaily.com/922184/la-borda-lacol> [visitado a 10.10.2020]
- [42] <https://www.nytimes.com/2018/05/05/world/europe/france-may-1968-revolution.html> [visitado a 11.07.2020]
- [43] Cúpula sobre Manhattan. <https://www.buckminsterfuller.net/images/domes.html> [visitado a 13.05.2020]
- [44] Biosfera de Montreal. <https://www.archdaily.com.br/br/796023/classicos-da-arquitetura-biosfera-de-montreal-buckminster-fuller> [visitado a 13.05.2020]
- [45] Drop City. <http://www.clarkrichert.com/drop-city> [visitado a 13.05.2020]
- [46] Ecoaldeia. <https://www.tamera.org/> [visitado a 13.05.2020]
- [47] Cohousing Trudslund. MCCAMANT, Kathryn; DURRETT, Charles. *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*. Berkeley, California: Habitat Press, 1988, p 23
- [48] Ideias de Alva Myrdal e Sven Markelius. VESTBRO, Dick Urban (ed.). *Living together - Cohousing Ideas and Realities Around the World*. Stockholm: Division of Urban and Regional Studies, KTH, e Kollektivhus NU, 2010, p 46.
- [49] Imagem do filme. HUGUIER, Françoise. *Kommunalka* [Filme]. Paris: Les Films d'Ici, 2008.
- [50] Edifício Narkomfin. <https://thecharnelhouse.org/2013/10/05/dom-narkomfin-in-moscow-1929/> [visitado a 14.09.2020]
- [51] Corte transversal, Edifício Narkomfin. <https://planejamentoemsecao.wordpress.com/casos-de-estudo/movimento-moderno/narkomfin/> [visitado a 14.09.2020]
- [52] Corte transversal, Unité d'Habitation. <https://lecorbusier-worldheritage.org/en/unite-habitation/> [visitado a 14.09.2020]

- [53] Unité d'Habitation. <https://divisare.com/projects/198381-le-corbusier-cemal-emden-unite-d-habitation-marseille> [visitado a 14.09.2020]
- [54] Tietgen Dormitory. <https://www.archdaily.com/474237/tietgen-dormitory-lundgaard-and-tranberg-architects> [visitado a 14.09.2020]
- [55] Linked Hybrid. <https://www.stevenholl.com/projects/beijing-linked-hybrid> [visitado a 14.09.2020]
- [56] Edifício Schwitter. <https://afasiaarchzine.com/2016/02/herzog-de-meuron-70/> [visitado a 14.09.2020]
- [57] Apartamento Unité d'Habitation. CORBUSIER, Le; BOESIGER, Willy (ed.). *Le Corbusier: Oeuvre Complète 1946-1952*. (1953), 6.^a ed., Zurich: Les Editions d'Architecture, 1970, p 186.
- [58] Módulos Habitat 67. <https://www.archdaily.com.br/br/01-23132/classicos-da-arquitetura-habitat-67-moshe-safdie> [visitado a 14.10.2020]
- [59] Desenho da autora

iv. Público

- * Leaf Tree Diagram. <https://archiveofaffinities.tumblr.com/post/1197416998/aldo-van-eyck> [visitado a 22.05.2020]
- [60] Cidade Vertical. VELAZQUEZ, Marisol Rivas; BARAJAS, Diego. “*Hilberseimer, Radical Urbanism*”, *Aura*, 2008, p 176. [Consultado a 29 de outubro de 2020] Acedido em “http://www.a-u-r-a.eu/upload/research_radicalurbanism_100dpi_2.pdf”
- [61] Monumento Contínuo. FIGUEROA, Almudena Traspaderne. *Superstudio 1966: imágenes y utopías contemporáneas*, Madrid: ETSAM, 2018, p 52.
- [62] Planta de Sforzinda. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Idealstadt.jpg> [visitado a 11.07.2020]
- [63] Obras literárias distópicas. https://en.wikipedia.org/wiki/Brave_New_World; https://en.wikipedia.org/wiki/Nineteen_Eighty-Four; https://en.wikipedia.org/wiki/Fahrenheit_451 [visitado a 11.07.2020]
- [64] Gravura Utopia. https://www.joh.cam.ac.uk/library/special_collections/early_books/utopia.htm [visitado a 01.06.2020]
- [65] Burning Man satélite. <https://www.houstonchronicle.com/travel/article/burning-man-pictures-satellite-playa-map-14382868.php#photo-18168858> [visitado a 01.06.2020]
- [66] Burning Man. <https://duncan.co/Burning-Man-2017/> [visitado a 20.05.2020]
- [67] Complexo Social de Alcabideche. <https://guedescruzarquitectos.squarespace.com/> [visitado a 20.05.2020]

- [68] Casa Moriyama. <https://www.metalocus.es/en/news/moriyama-house>; <https://medium.com/iamacamera/moriyama-house-by-ryue-nishizawa-c9ae1fb7eb55> [visitado a 20.05.2020]
- [69] Planta Burning Man. <https://burningman.org/> [visitado a 20.05.2020]
- [70] Planta Complexo Social de Alcabideche <https://guedescruzarquitectos.squarespace.com/> [visitado a 20.05.2020]
- [71] Planta Casa Moriyama. Fernando Márquez Cecilia (ed.); Richard Levene (ed.), “SANNA [Kazuyo Sejima+Ryue Nishizawa]: 2004-2008”, El Croquis, n.º139, El Croquis Editorial, 2007, p 286.
- [72] WALKER, Julia Walker (2015) “*Islands-in-the-City: Berlin's urban fragments*”, *The Journal of Architecture*, 20:4, 2015, p 715. [Consultado a 19 de outubro de 2020] Acedido em “<https://doi.org/10.1080/13602365.2015.1075226>”
- [73] The City within the City. https://drs-rdt.tumblr.com/post/134052520340/a-green-archipelago-peter-riemann-and-oswald#_=_ [visitado a 19.10.2020]
- [74] The Distributed Cooperative. <https://futurearchitectureplatform.org/projects/4235059c-b1fd-4e39-b60a-8b40b585b6b4/> [visitado a 19.10.2020]
- [75] Desenho da autora

Considerações Finais

- [76] Paysage, Nicolas de Staël. <http://www.muma-lehavre.fr/fr/expositions/nicolas-de-stael-lumieres-du-nord-lumieres-du-sud/en-images> [visitado a 30.10.2020]
- [77] La Route en Provence, Paul Cézanne, c. 1886-1890. <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/paul-cezanne-hillside-in-provence> [visitado a 30.10.2020]